

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
MESTRADO**

CYNTIA VIRGINIA FARIAS D'AMORIM

**O FIO QUE CONTA:
Rejeições e acolhimentos das religiões afro-brasileiras em ambiente escolar**

**RECIFE/PE
2025**

O FIO QUE CONTA: REJEIÇÕES E ACOLHIMENTOS DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS EM AMBIENTE ESCOLAR

Dissertação apresentada à banca examinadora como requisito de qualificação de mestrado em cumprimento às exigências do Curso de Pós-graduação Stricto Sensu em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco.

Linha de pesquisa: Campo Religioso brasileiro, cultura e sociedade.

Orientadora: Profa. Dr^a. Valdenice José Raimundo.

CYNTIA VIRGINIA FARIAS D'AMORIM

RECIFE/PE
2025

A524f Amorim, Cyntia Virginia Farias d'.
 O fio que conta : rejeições e acolhimentos das religiões
 afro-brasileiras em ambiente escolar / Cyntia Virginia Farias
 d'Amorim, 2025.
 130 f. : il.

 Orientadora: Valdenice José Raimundo.
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de
 Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências da
 Religião. Mestrado em Ciências da Religião, 2025.

 1. Cultos afro-brasileiros. 2. Diálogo inter-religioso.
 3. Discriminação religiosa. 4. Relações raciais - Aspecto religioso.
 I. Título.

CDU 299.6

Pollyanna Alves - CRB-4/1002

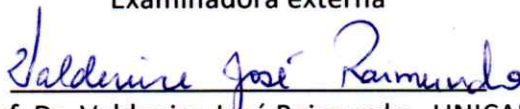
**O FIO QUE CONTA: REJEIÇÕES E ACOLHIMENTOS DAS
RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS EM AMBIENTE ESCOLAR.**



Prof. Dr. Gilbraz de Souza Aragão - UNICAP
Examinador Interno



Profa. Dra. Denise Maria Botelho - UFRPE
Examinadora externa



Prof. Dr. Valdenice José Raimundo - UNICAP
(Presidente da Banca Examinadora)

CYNTIA VIRGINIA FARIAS D'AMORIM

AGRADECIMENTOS

A vida, aos deuses e aos orixás, pelo encontro.

Aos meus pais, e por tudo que aprendi na convivência.

A minhas filhas, Rayssa e Gabi, pela torcida aí da plateia, somos um time.

A Miguel, o marido, amigo, professor. Obrigada por tanto amor e por tanta paciência.

Você soube como lidar com a fera e pelas tantas vezes que você falou “Você vai conseguir”.

Aos meus gatos, meus companheiros de escrita, têm muitos pelinhos de vocês em meio as letras dessa dissertação.

A Professora Valdenice, pelo acolhimento, pela calma e toda sabedoria.

Sua história me inspira!

Aos professores do PPGCR, pelo acolhimento.

Aqui eu me senti em casa, com direito a bolo com café e muitos sorrisos!

Aos amigos que compartilharam comigo essa jornada:

Iremar e Saulo, meus vizinhos/amigos que vibraram com minhas conquistas e foram presenças!

Aos meus companheiros de caminhada.

Com os/as quais dividi muitos congressos, escritas, as horas de medo, ansiedades, momentos felizes, muitas risadas e cafés.

A Jair, meu amigo que não é o Messias e quero levar para a vida.

Sandra, a pessoa mais linda e de risada mais gostosa.

João, o adolescente mais adulto que conheci.

Geraldino, que chegou todo tímido e ficou.

Irmã Valdirene por toda paciência comigo.

Marise, nossa psicanalista... a turma precisava de você!

Com vocês a vida ficou mais leve.

Ao Fórum Diálogos da Diversidade Religiosa em Pernambuco, não seria possível essa pesquisa sem a experiência do diálogo.

Aos professores Gilbraz Aragão, que conheço de longas datas.

A Denise Botelho, por aceitar o convite para composição da banca!

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro que tornou possível a realização desta pesquisa. O auxílio concedido foi fundamental para o desenvolvimento do trabalho e para minha formação acadêmica.

Enfim, aos povos de terreiros, pela alegria e pela força diante às dificuldades!

Muito obrigada! Sigamos...

RESUMO

Essa dissertação é fruto do meu interesse de pesquisadora em tomar conhecimento sobre a recepção de jovens estudantes pertencentes às religiões afro-brasileiras em escolas públicas o que resultou em uma pesquisa teórico-prática sobre a relação entre o acolhimento ou rejeição a essas religiosidades violentadas por meio da demonização, exotização de seus cultos e a relação com o racismo religioso. A pesquisa foi realizada com dez (10) estudantes de oitavo ano da região metropolitana do Recife/PE, por meio de questionários abertos, de fácil linguagem e aplicados em sala de aula e em ambiente doméstico, assinado e autorizado por pais e professores responsáveis. Analisando as respostas dos estudantes, percebi que, apesar do acolhimento a essas religiosidades nas instituições de ensino pesquisadas, ainda existe grande resistência no que se refere ao diálogo inter-religioso. Na perspectiva das ciências da religião, compreendo que a educação para a pluralidade permite o encontro com a subjetividade do outro, gerando um encontro entre os diversos níveis de realidades, conduzindo o sujeito a uma consciência transreligiosa. Apesar de não ser ofertado o Ensino Religioso em nenhuma das escolas investigadas, observei que os estudantes que têm acesso ao diálogo com as diversas crenças em seu contexto social possuem uma consciência que dialoga com o respeito. Analisei as vozes dos estudantes e entendi que essa pesquisa aponta a necessidade de um Ensino Religioso que assegure o respeito e a liberdade religiosa, sem proselitismo e ministrado por professores cientistas da religião.

Palavras-chave: Racismo Religioso. Diálogo Inter-religioso. Educação étnico-racial. Religiões afro-brasileiras.

ABSTRACT

This dissertation is the result of my researcher's interest in understanding the reception of young students belonging to Afro-Brazilian religions in public schools. It led to a theoretical and practical investigation into the relationship between the acceptance or rejection of these religious traditions, which have been historically violated through demonization and the exotification of their rituals, and their connection to religious racism. The research was conducted with ten (10) eighth-grade students from the metropolitan region of Recife/PE through open-ended questionnaires, written in accessible language and applied both in the classroom and in a domestic setting, with signed authorization from parents and responsible teachers. Analyzing the students' responses, I noticed that, despite the acceptance of these religious traditions in the studied educational institutions, there is still significant resistance to interreligious dialogue. From the perspective of religious studies, I understand that education for plurality allows for an encounter with the subjectivity of the other, fostering an interaction between different levels of reality and leading individuals toward a transreligious awareness. Although Religious Education is not offered in any of the investigated schools, I observed that students who have access to dialogue with different beliefs in their social context develop an awareness rooted in respect. By analyzing the students' voices, I concluded that this research highlights the need for Religious Education that ensures respect and religious freedom, without proselytism, and that is taught by scholars of religion.

Keywords: Religious Racism. Interreligious Dialogue. Ethnic-Racial Education. Afro-Brazilian Religions.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Nomes fictícios e perfis dos estudantes da escola A	81
Tabela 2 - Nomes fictícios e perfis dos estudantes da escola B	82
Tabela 3 - Ocorrência de Racismo Religioso - Oba	82
Tabela 4 - Ocorrência de Racismo Religioso - Jahi	84
Tabela 5 - Ocorrência de Racismo Religioso - Dumi.....	85
Tabela 6 - - Ocorrência Racismo Religioso - Amina	87
Tabela 7 - - Ocorrência de Racismo Religioso - Nia.....	88
Tabela 8- Ocorrência de Racismo Religioso - Bakari	89
Tabela 9- Ocorrência de Racismo Religioso - Sekou.....	91
Tabela 10 - Ocorrência de Racismo Religioso - Adisa	92
Tabela 11- Ocorrência de Racismo Religioso - Zuri.....	94
Tabela 12 - - Ocorrência de Racismo Religioso - Imani	95
Quadro 1- Porcentagem de estudantes que já ouviram falar de religiões afro-brasileiras na escola	96
Quadro 2- Porcentagem de acolhimento ou rejeição aos estudantes de religiões afro-brasileira na escola A.....	98
Quadro 3- Porcentagem de acolhimento e rejeição aos estudantes de religiões afro-brasileiras na escola B.....	99
Quadro 4- Porcentagem de acolhimento e rejeição aos estudantes de religiões afro-brasileiras nas escolas A e B.....	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
2.1 O que conta a Lei – LDB/BNCC	52
2.2 O lugar das religiões afro-brasileiras na escola (acolhimento/rejeição).....	59
2.3 Racismo Religioso: as matrizes africanas no ambiente escolar	63
3. LIGANDO AS CONTAS PARTIDAS.	69
3.1 Os fios da caminhada: procedimentos metodológicos da investigação.....	71
3.2 Sondando vozes: uma abordagem qualitativa	72
3.3 O terreiro da pesquisa.....	73
3.3.1 Contexto da escola A.....	74
3.3.2 Contexto da escola B.....	75
3.3.3 Contexto da escola C.....	75
3.4 Caminhos cruzados e a encruzilhada sócio-religiosa	75
3.5 Entre o silêncio e o sagrado: um não além dos não	77
3.6 Entre contas e o caminho: os sujeitos da pesquisa	80
3.7. As vozes dos estudantes	81
3.8 O que essas vozes nos dizem?	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	105
ANEXOS.....	111

INTRODUÇÃO

O fio que conta as rejeições e as lutas contra o racismo religioso, conta também a resistência, a preservação e a conexão das religiosidades afro-brasileiras com o sagrado. É história que inspira e reflete a identidade desse povo. É axé que protege, que guia e fortalece os caminhos. Nesse momento em que escrevo, peço permissão aos Orixás para percorrer o fio que liga as contas que contam a história do povo negro e de terreiro, sem elas não há como ter acesso à história do Brasil contada pelos povos negros.

O fio¹ que conta: rejeições e acolhimentos das religiões afro-brasileiras em ambiente escolar foi escrito em um período de dúvidas, questionamentos e muito medo do que acontecerá com o futuro, no que diz respeito à laicidade da educação pública brasileira. São tempos difíceis para as minorias, mas são tempos muito mais desafiadores para as religiosidades afro-brasileiras. Nesse contexto, as principais vítimas são os povos de santo que sofrem as consequências do crescimento de violações religiosas junto ao aumento do fundamentalismo religioso e as articulações políticas da extrema-direita.

Ao aspecto religioso soma-se a cor da pele e o racismo mantém-se com a exotização e a demonização dessas religiosidades, contribuindo diretamente com o crescente número de violações a terreiros e ameaças aos direitos de cultos dos afro-brasileiros. Perante essa realidade, o termo ‘intolerância religiosa’ não comportou em seu significado a violência que envolve raça e religião, isto é, o que conceituo como racismo religioso. Concernente ao racismo religioso, Nascimento (2014) afirma:

Os ataques são expressões tenazes de uma das manifestações do racismo, que persegue as heranças religiosas que têm influências do povo negro, trazido à força para nosso país. Por essa razão, algumas pessoas têm se referido às perseguições como racismo religioso. Essa modalidade específica do racismo engloba práticas violentas que vão da demonização das crenças religiosas de umbandistas e candomblecistas, passando por ofensas morais a esses religiosos, chegando a violências físicas e, em alguns casos, à morte de pessoas que, nos terreiros, praticam sua crença. (Nascimento, 2014, p. 71).

Para o autor, a intolerância contra as religiosidades afro-brasileiras não são violências apenas baseadas na religião, mas tem uma ligação muito forte com a origem étnica e a cor da

¹ Os fios de contas são colares sagrados utilizados nas religiões afro-indígenas, como símbolos de proteção, identidade e ligação espiritual com os Orixás, Voduns e Minkisi. Feitos de miçangas de diferentes cores e padrões, são consagrados em rituais específicos e representam uma divindade específica dentro das tradições ancestrais. Além de sua função espiritual, servem como elementos de reconhecimento dentro da comunidade religiosa, indicando a relação do praticante com seu Orixá de cabeça e com sua posição na hierarquia do terreiro.

pele dos seus praticantes. A forma violenta com que essas perseguições acontecem, muitas vezes, ocasionando agressões físicas e morte dos praticantes dessas religiosidades, reforça a imposição de crenças e narrativas coloniais que se mantêm no poder, invisibilizando e demonizando essas matrizes religiosas ao longo da história.

A minha história se cruza com as histórias dos estudantes analisados, preconceitos e racismo também fizeram parte dela. Despertei para essa pesquisa com um olhar de uma mulher branca, não praticante das religiosidades afro-indígenas e que sempre gozou dos privilégios estabelecidos socialmente dessa parcela da sociedade. Essas condições não limitam meu olhar, que compreende o racismo como uma desconstrução diária, e me ajuda a resgatar e ressignificar o passado, quando as narrativas euro-cristãs faziam parte da rotina brasileira e o diálogo religioso parecia uma utopia.

Grande parte da minha vida morei na Zona da Mata de Pernambuco, região de engenhos e usinas de açúcar e álcool. Lá, as grandes igrejas estão localizadas nos centros das cidades, não são simples coincidências, mas retratos da hegemonia religiosa, onde e quando, raramente, identificam-se com povo de terreiro. Do mesmo modo que o sistema de patriarcado dita as normas sociais e corrobora com a manutenção do racismo, a influência das igrejas cristãs invisibiliza, estereotipa e demoniza as religiosidades afro-brasileiras. Se, antes, na minha opinião, a convivência harmônica entre um padre e um pastor parecia difícil, entre cristãos e povo de terreiros se tornava impossível.

Sou a primeira filha viva de um jovem casal que morava vizinho à casa dos meus avós paternos. Na casa destes, vivenciei praticamente toda minha infância e adolescência. Antes de mim, um irmão que faleceu horas após o parto, depois de mim um irmão consanguíneo e uma irmã do coração. Tive uma educação familiar patriarcal, onde o esteio da família era o meu avô, que ditava as regras para todos que o cercavam. Por ser o homem com mais recursos financeiros que os outros homens da família, era ele quem mandava e interferia diretamente na vida dos demais. Minha formação escolar foi em colégio de freiras, com aulas de “religião”, missas na capela e mutirão de confissão na semana santa. Minha mãe, era filha de Iemanjá, lembro-me vagamente na minha infância da experiência nos terreiros de candomblé das cidades vizinhas. Essa pertença religiosa afro-brasileira era dos meus avós maternos, que também integravam a sua vida religiosa, as missas obrigatórias todos os domingos pela manhã, as procissões de santos e os andores no ombro do meu avô. Durante minha adolescência, aconteceu na família da minha mãe uma mudança religiosa repentina: a adesão da minha mãe e avós maternos a uma igreja evangélica conservadora e o discurso fundamentalista e intolerante contra as religiões afro-brasileiras.

A ausência de uma educação para a diversidade, as teorias de superioridade/inferioridade e a construção social que privilegia a branquitude validou a separação de classes. O encontro com grupos inter-religiosos contribuiu para a desconstrução das narrativas negativas, a construção de um senso crítico e a consciência transreligiosa que ultrapassa os muros institucionais. O encontro com as Ciências da Religião e com o Fórum Diálogos da Diversidade Religiosa em Pernambuco oportunizou-me ter um olhar atento direcionado para o diálogo religioso e o interesse pelo fenômeno religioso.

Foi a partir desse olhar que um novo rumo começou a ser construído, das catequeses fundamentalistas às linguagens de inclusão e respeito, de uma formação cristã aos diversos níveis de realidades das ciências da religião. O Fórum Diálogos, que nasceu de uma iniciativa do Ministério Público de Pernambuco em um período quando diversas denúncias de racismo religioso estavam acontecendo, fez-me ver que o diálogo religioso não é utopia. São mais de doze anos de constituição do Fórum, onde e quando quinze (15) instituições religiosas e pessoas sem religião se encontram mensalmente visando provocar a sociedade por meio de seminários, fóruns e eventos em parcerias com outros movimentos e instituições públicas e privadas para falar e mostrar que é possível a convivência harmônica entre as religiões.

Participar ativamente do Fórum Diálogos motivou minha pesquisa de mestrado e me permitiu compreender não só o fenômeno do racismo religioso, mas acompanhar a história de luta dos adeptos de religiões afro-brasileiras. A minha história não difere das histórias dos estudantes, mas, diferente de muitas realidades, tenho a possibilidade de dialogar com sujeitos diversos e desconstruir cotidianamente as minhas atitudes de preconceito e racismo.

O apagamento e o silenciamento da população afro-brasileira é uma realidade na sociedade contemporânea. Assim sendo, a educação desempenha um papel crucial na desconstrução de preconceitos e no resgate histórico e cultural dos diversos povos que foram considerados subalternos com a intensão de manutenção de poder que alimentaram por séculos o racismo estrutural. A partir desse contexto, três questões centrais motivaram o encontro com estudantes de oitavo ano da Rede Básica de Ensino, de escolas públicas da Região Metropolitana da Cidade do Recife.

Em primeiro lugar, a desmistificação da falsa ideia de democracia racial que narra a história do Brasil miscigenado sem desigualdades raciais, onde e quando os diversos povos convivem harmonicamente. No entanto, as religiões afro-brasileiras enfrentam diversos tipos de violências físicas e psicológicas. A sub-representação em locais de poder é uma realidade dos povos de santo, invisibilizados pelos estereótipos negativos construídos por de narrativas fundamentalistas cristãs. Em vista disso, uma parcela de professores e estudantes adeptos de

religiões afro-brasileiras não manifestam sua pertença religiosa com receio de sofrer perseguição e violência. Nessa pesquisa, em um total de quarenta e oito (48) estudantes, das duas escolas analisadas que devolveram os questionários, não houve nenhuma declaração de pertença às religiões afro-brasileiras. Considero a falta de representatividade das religiões afro-brasileiras, nas duas turmas pesquisadas, como resposta à violência recorrente contra essas matrizes religiosas e o sentimento de insegurança dos estudantes em assumir a religiosidade.

Em segundo lugar, a educação de promoção à diversidade cultural e religiosa ainda é insuficiente na busca de superação do racismo, discriminações e estigmas relacionados a religiões afro-brasileiras. Apesar das implementações de políticas públicas nas áreas da educação, são poucas as instituições de ensino que implementam as Leis 10.639/03 e 11.645/08, que obrigam o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas escolas públicas e privadas. Outro desafio para a educação é a negação da oferta de um ensino religioso laico, conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) regulamenta, em seu artigo 33, a “matrícula facultativa” no ensino religioso nas escolas, e como “parte integrante da formação básica do cidadão”. Sendo assim, determinada uma abordagem pedagógica transdisciplinar das religiões, contribuindo com uma educação crítica das diversas formas de crer e “sem quaisquer formas de proselitismo”.

Em terceiro, a laicidade do Estado. A hegemonia do currículo euro-cristão e a ameaça de institucionalização dos intervalos bíblicos por grupos religiosos fundamentalistas e políticos de extrema-direita desrespeitam e violam a garantia do espaço escolar destinado a todas as crenças e não crenças. Conforme nossa Constituição Federal, artigo 19, “É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecerem cultos religiosos ou igrejas, salvo por interesse público”. Em vista disso, a escola deve ser um espaço de acolhida e respeito a todas as formas de crenças, ou não crenças. O ensino religioso deve considerar os conhecimentos da área a partir de pressupostos éticos e científicos, ressaltando que nenhuma religião deve ser privilegiada em detrimento de outra. Porém, o que observo em muitas escolas públicas do Estado de Pernambuco são algumas igrejas cristãs instituindo uma doutrinação fundamentalista, tomando os espaços que, por lei, são destinados à diversidade.

Dessa forma, compreendo que o fenômeno religioso não é um fato isolado ou exclusivamente social, mas é moldado pelas culturas e práticas da sociedade em que está inserido. A ligação entre fenômeno religioso e sociedade está intimamente ligada às relações de poder e dominação de uma cultura sobre outra. Para Duarte (2004), é preciso entender o fenômeno religioso, sua realidade, dinâmicas e influências do meio social.

A religião é, antes de tudo, uma construção sócio-cultural. Portanto, discutir religião é discutir transformações sociais, relações de poder, de classe, de gênero, de raça/etnia; é adentrar num complexo sistema de trocas simbólicas, de jogos de interesse, na dinâmica da oferta e da procura; é deparar-se com um sistema sócio-cultural permanentemente redesenhado que permanentemente redesenha as sociedades. (Duarte, 2004).

Essas trocas simbólicas e jogos de interesse criam sistemas de identidades e valores que redesenham comportamentos coletivos e influenciam na recepção de matrizes religiosas afro-brasileiras em sociedade e na escola. É daqui, do chão da escola e a partir das escritas dos estudantes, que esta pesquisa busca contribuir para o debate sobre a importância de um ensino religioso não confessional que permita o encontro entre diversos níveis de realidades, promovendo um novo olhar, crítico e aberto, à realidade do outro.

O encontro entre Ciência e Religião, numa pedagogia que promova a pluralidade de pensamentos, é imprescindível para que as ações educativas ampliem o debate sobre as religiões. São necessárias a desconstrução de estereótipos negativos, a adequação do currículo e práticas escolares que resgatem os valores humanos a partir desse contexto. Para isso, delimitei como pergunta de pesquisa: Como estudantes, pertencentes às religiões afro-brasileiras, são recepcionados (acolhidos ou rejeitados) no ambiente escolar? Para responder à indagação, elaborei o seguinte objetivo geral:

- Analisar a receptividade e a rejeição das religiões afro-brasileiras nas vozes dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental da rede pública do ensino básico.

E como objetivos específicos:

- Investigar o olhar, as experiências ou percepções de casos de racismo religioso nas vozes dos estudantes de ensino fundamental de outras denominações religiosas;
- Identificar termos racistas, demonização de culto, exotização cultural e o racismo contra religiões afro-brasileiras nos registros escritos dos estudantes;
- Interpretar as percepções individuais e as percepções coletivas nos resultados colhidos dos estudantes considerando as Ciências da Religião.

Aqui abro um parágrafo para explicar que o acolhimento aos estudantes praticantes dessas religiosidades não significa, necessariamente, o acolhimento à religião. Da mesma forma, observei no caminhar da pesquisa que o respeito também não é sinônimo de acolhimento. Ao analisar as respostas dos questionários, percebi como o acolhimento ou a rejeição aos estudantes pertencentes às religiões afro-brasileiras e a falta de ações pedagógicas que tratem do tema étnico-racial e do diálogo inter-religioso contribuem com e para o racismo religioso.

Para realização da pesquisa, considerando a faixa etária dos estudantes analisados e as particularidades de cada escola selecionada, utilizei o Método de Sondagem, Minayo (1993), envolvendo uma amostragem de cinco (5) estudantes por turma de oitavo ano do Ensino Fundamental e questionários com perguntas abertas de fácil entendimento e linguagem acessível. Através de questionários, busquei, mediante as respostas dos estudantes, identificar situações de demonização religiosa, exotização cultural e racismos religiosos. No entanto, na falta dessas três categorias de análises, a identificação de uma consciência transreligiosa foi importante critério de análise para a caracterização do acolhimento ou da rejeição às religiões afro-brasileiras em contexto escolar.

Este trabalho está composto por três capítulos: no primeiro, eu dissertei a respeito do resgate através da história dos povos negros escravizados. No segundo, discorri sobre a educação para a diversidade e, no terceiro, fiz uma análise de dados com base nos estudos das ciências da religião.

O primeiro capítulo intitulado “O que contam as contas da História” trouxe um breve relato da violência sofrida pelos negros, cuja narrativa colonialista intencionou a dominação e escravização desses povos justificada pela cor da pele. Essas narrativas justificam o racismo estrutural, a violência contra religiões afro-brasileiras e fere o princípio de laicidade. “O ideal de branquitude” na construção das relações étnico-raciais no Brasil, as ideias de superioridade/inferioridade que sustentam a supremacia branca, a imposição das religiões cristãs e o esforço para validar os estigmas sociais dos negros influenciam nas formas como essas religiões são vistas pela sociedade. Nesse contexto de exclusão e invisibilidades dessas religiosidades, apesar da importância do Movimento Negro, as implementações de políticas públicas de reparação, infelizmente, são medidas ineficientes no contexto social.

A história de perseguição e apagamento das culturas e religiões afro-brasileiras e a proibição de cultos e ritos são temáticas evidenciadas neste capítulo. Para concluir o primeiro capítulo, fiz um breve relato histórico que apresentando a diferença entre racismo e intolerância, resultando numa breve explanação sobre o racismo religioso.

No segundo capítulo “A educação a partir do que se conta”, escrevi sobre a importância do diálogo e de práticas pedagógicas que contribuem para a libertação dos sujeitos. Acredito que o grande desafio da sociedade contemporânea é a implementação de uma educação que contemple as diversidades culturais e religiosas e a desmistificação das falsas ideias de democracia racial. O que conta a Lei – LDB/BNCC, averigui os privilégios da elite colonial branca, as organizações e os três principais Movimentos Negros, além de políticas públicas educacionais de enfrentamento aos vários tipos de preconceitos e racismo, resultado da luta

desses movimentos. Explorando o lugar das religiões afro-brasileiras na escola (acolhimento/rejeição), tratei do papel da escola na formação de sujeitos críticos e comprometidos com a transformação social e a falta de aplicação efetiva de uma legislação antirracista. Por conseguinte, escrevi também falei sobre as teorias de inferioridade/superioridade de raças e a violência do branqueamento como forma de dominação e apagamento cultural que perpetuam situações de racismo religioso no ambiente escolar. No decorrer deste capítulo, abordei como as histórias de perseguição, violação dos direitos humanos e não humanos contribuem para a violação da laicidade em ambiente escolar. Arrematei o capítulo dissertando sobre o ensino religioso e os desafios no que diz respeito à laicidade da escola pública nas escolas públicas da região metropolitana da Cidade do Recife/PE.

No terceiro capítulo, “Ligando as contas partidas” analisei como estudantes praticantes de religiões afro-brasileiras são recepcionados em escolas públicas da rede fundamental de ensino. Apresentei uma breve abordagem sobre o fundamentalismo cristão e como a laicidade da escola deve contribuir para a criação de um espaço de reflexão. Ainda nesse capítulo, destaquei os procedimentos e abordagens metodológicos adotados nessa pesquisa, com ênfase nos questionários de perguntas abertas e fácil interpretação. No tópico “O terreiro da pesquisa” contextualizei o ambiente das escolas selecionadas, por conseguinte, na “A encruzilhada sócio-religiosa” justifiquei a escolha das três escolas analisadas. Ressaltei em “Um não além dos não: silenciamento e racismo” um breve relato da negação para a realização da pesquisa pela equipe de gestão e do professor da escola C. Por fim, reiterei os procedimentos para escolha dos estudantes e fiz uma análise e interpretação das vozes desses discentes, que responderam ao questionário vivenciado nas aulas.

Observei, após as análises das vozes dos estudantes, a importância de uma educação que contemple o respeito e o acolhimento à diversidade étnica e religiosa. Neste sentido, os governantes precisam se comprometer com a laicidade do Estado, com a formação continuada dos professores, visando uma educação que seja crítica, acolhedora e que contribua para a transformação das pessoas e da sociedade.

1. O QUE CONTA AS CONTAS DA HISTÓRIA

*E foi então que, tomada pelo desespero por não lembrar que cor seria os olhos da minha mãe, naquele momento resolvi deixar tudo e, no dia seguinte, voltar a cidade que nasci.
Eu precisava buscar o rosto da minha mãe, fixar meu olhar no dela, para nunca mais esquecer a cor de seus olhos.*
(Conceição Evaristo)

As narrativas que contam a história do povo brasileiro revelam, ao longo da linha da vida, violentas histórias de humilhações, perseguições e dores sofridas pelos povos negros e de terreiros, frequentemente menosprezados e injustiçados por seus modos de ser, viver e cultivar seus orixás. A cor da pele é fator determinante para que todas essas discriminações, intolerâncias e violências possam ser definidas com base no racismo estrutural.

Chamo de racismo estrutural as manifestações de violências, discriminações e preconceitos enraizados na sociedade associados à cor da pele, origem étnica e outras características físicas, privilegiando a população branca em detrimento da negra. Com base nessa estrutura de poder, o racismo estrutural pode se manifestar de várias formas: racismo ambiental, racismo recreativo, racismo institucional, entre outros. Nessa dissertação, limitaremos nossa pesquisa ao racismo religioso e sua manifestação em ambiente escolar.

As diversas manifestações de racismo são construções sociais produzidas e reproduzidas dentro das sociedades, evidenciando a estrutura de poder das relações sociais quando apresentadas através de uma classe dominante privilegiada e outra marginalizada e excluída. As classes dominantes, representadas pela burguesia branca euro-cristã, promoveram um processo de desumanização e animalização dos negros como forma de manutenção de poder. Nesse cenário, contribuíram para que estados e municípios transportassem na sua linha do tempo uma história de perseguição, marginalização e violência contra cultos de matrizes africanas.

Em pesquisa realizada pelo portal de notícias Uol², somente no primeiro semestre de 2024, o número de violações à liberdade religiosa no Brasil quase chegou ao patamar do total de violações do ano de 2023, contabilizados um aumento de 91%, com 1.940 registros no Disque 100, canal que recebe demandas relacionadas às violações e ataques contra grupos em situações de vulnerabilidade social do Ministério dos Direitos Humanos³. Nesse *ranking* de

² Empresa brasileira de conteúdo, serviços digitais e tecnologia com vários canais de jornalismo.

³ Matéria online de Pedro Vilas Boas, publicada no Portal de conteúdos da Uol. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/07/17/dados-violacoes-religiao-mdh.htmfbclid=I>

violências, as religiosidades afro-brasileiras são os principais alvos de intolerâncias e racismo religioso. Dentre essas religiões, o candomblé é a principal vítima, com cento e sessenta e seis (166) violações notificadas. A umbanda é a segunda religião afro-brasileira mais violentada, com cento e vinte e quatro (124) notificações. Salientamos que esses números são de notificações oficiais. No entanto, além desses dados divulgados pelo portal, percebo que há um número maior de casos subnotificados, isto é, quando acontece o crime de racismo religioso, mas é registrado pelos órgãos competentes como um crime de menor gravidade e outros, por medo ou coação, não chegam a ser registrados. A pesquisa Uol ainda informa que entre os suspeitos de cometer esse crime contra adeptos das religiões afro-brasileiras, estão grupos evangélicos.

Esses números confirmam que a falsa ideia de democracia racial no Brasil é uma realidade, bem como a relação entre racismo religioso e práticas conservadoras. Ao iniciar essa pesquisa, li vários relatos de praticantes das religiões afro-brasileiras concernentes à violação dos direitos. Para mim, isso confirma a desigualdade e a tentativa de apagamento das culturas e religiosidades dessas comunidades. A interferência no direito de ir e vir, as violências física e psicológica, a falta de oportunidade em cargos e locais de destaque na sociedade são relatadas por essas pessoas que confirmam a falta de oportunidades em uma sociedade democraticamente desigual. Conforme conceitua Florestan Fernandes (1972) a falsa ideia de democracia racial mascara as relações sociais no Brasil, tornando um país com vários elementos favoráveis para uma convivência harmoniosa entre as raças, mas que não existe, nem existirá, enquanto os dados da investigação científica não forem aceitos na construção de uma sociedade plurirracial.

A dominação de uma cultura euro-cristã reproduziu-se sem barreiras durante séculos e a resistência da população negra, que empregou o sincretismo religioso⁴ como forma de preservação identitária e religiosa, foi traduzida como harmonia e representações do bem viver. Na realidade, pelo que sinto, não se vive bem quando uma parcela da população é cotidianamente subjugada e não se reconhece a sua contribuição na formação do país, enquanto fundadora de riquezas econômicas, culturais e religiosas. Nas contas coloridas que unem esse fio religioso⁵, várias matrizes religiosas se misturam, formando um lindo cordão colorido,

wZXh0bgNhZW0CMTEAAR2zK1zaiHxAC3rCnZYjLnTow9Ozhj8OMeuhXEjfy8F83NzYdhc7UqiC_4g_aem_Lb1OfyNzE-D381HXKRCRyg&sfnsn=wiwspwa. Acesso em: 22 jan. 24.

⁴ O sincretismo religioso ocorre quando elementos de tradições religiosas se misturam, criando práticas, rituais e crenças híbridas. No Brasil, em decorrência da perseguição e violência, muitas práticas religiosas trazidas de África foram sincretizadas com tradições religiosas cristãs como forma de resistência cultural e religiosa.

⁵ As contas coloridas dos guias, ou fios-de-contas, representam aspectos simbólicos específicos de cada orixá, sendo que cada cor está associada a uma divindade e às suas respectivas forças e atributos.

representando a diversidade e a pluralidade do nosso povo. Beleza muitas vezes ofuscada e quebrada pelas ações e investidas violentas de grupos de cristãos fundamentalistas, que tentam impor uma norma de conduta social, cultural e religiosa como forma de manutenção de poder.

Nesse ambiente as violências são apoiadas em um ideal de branqueamento e impostas sobre a população negra. A hegemonia de uma cultura branca dominante tinha/tem como finalidade o apagamento da história, das contribuições e das presenças de negros nos espaços comunitários e institucionais da sociedade brasileira. As religiões e comunidades afro-brasileiras, com o apoio de movimentos negros que começaram a surgir no período da escravização, representam a luta e resistência de seus povos e os terreiros surgem, não apenas como espaço sagrado, mas como local de articulação e conservação da cultura africana. Conforme Nascimento (2017):

Fenômenos muito estudados pelas ciências sociais e, normalmente, percebidos apenas como tradições de matrizes africanas vivenciadas nos terreiros envolvem um complexo modo de conservação, manutenção e transformação das heranças africanas aportadas no Brasil durante o processo escravagista, aliadas a alguns elementos indígenas (Nascimento, 2017, p. 53).

Desse modo, são nos terreiros que resgates históricos, culturais e religiosos dos povos negros e escravizados acontecem. É por meio de narrativas orais que essas tradições resistiram/resistem ao tempo e às violências de terem suas histórias e contribuições excluídas dos currículos escolares e nos diversos campos de atuação social e da formação histórica do Brasil. Mesmo com a luta dos movimentos negros e a implementação das leis antirracistas 10.639/2003 e a 11.645/2008 que tornam obrigatório o ensino da cultura e história africana, afro-brasileiras e indígenas nas escolas públicas e privadas no ensino básico, especialmente, nas aulas de história, artes e literatura, as culturas e religiosidades dos negros no Brasil ainda são demonizadas e estereotipadas. Diante disso, sinto que os estudantes negros não se sentem representados diante da comunidade escolar e a liberdade perde veracidade quando, ainda hoje, essas populações são perseguidas e mortas devido à da cor da pele, traços físicos ou por causa das religiosidades que professam.

Cada conta desse fio conta⁶ uma história de luta, de resistência e de muitas conquistas de povos que, desde o período colonial, sofreram/sofrem com a proibição de vivenciarem suas culturas e tradições ancestrais. A fusão que interpôs as estruturas de poder e de religião tornou a Igreja Católica a religião oficial do Estado. A imposição dessa cultura dominante euro-cristã

⁶ O fio de contas, mas religiões afro-brasileiras, simbolizam a ligação entre o orixá e o iniciado, funcionando também como elemento de proteção.

foi considerada como parâmetro único de civilidade e humanidade, fortaleceu as diversas formas de racismo e a tentativa de aniquilamento dos povos de matrizes africanas.

Durante o Império, a punição contra celebrações, propagandas e cultos de religiões não católicas fundamentava-se no Código Criminal de 1830⁷. No final do período imperial, as perseguições às religiões não cristãs são regidas pelo Código Penal de 1890⁸ que visava criminalizar e combater os chamados “feiticeiros”. Nesse ambiente de hostilidades e perseguições, as comunidades afro-brasileiras encontraram no sincretismo com elementos de outras religiões uma maneira de assegurar suas práticas religiosas, mesmo que de forma clandestina.

Em 1891, com a Constituição da República, o Brasil se torna um país laico e a separação entre a religião e o poder político é constitucionalizada. Por conseguinte, a liberdade de todas as pessoas que professam ou não uma fé deve ser salvaguardada pela Lei e o Estado não deve oficializar uma religião. Apesar da garantia do livre exercício das religiões não cristãs, ressalto que, na prática, não foi bem assim que aconteceu e acontece atualmente. Em todo país a hegemonia das igrejas cristãs são observadas desde o currículo e práticas escolares até os prédios públicos onde os símbolos religiosos majoritariamente cristãos são admitidos sobre a proteção da lei. Chamo a atenção para a imposição violenta de uma matriz religiosa cristã que oprime e exclui religiões não cristãs e se justifica no discurso de ajuda humanitária, mas de fato o seu interesse é dominar e consolidar o seu poder.

Santos e Gino (2016) relatam um dos episódios mais marcantes sobre violência religiosa cometida contra uma criança praticante de religião afro-brasileira, que ilustra com bastante clareza que o livre exercício da liberdade religiosa precisa ser efetivado na prática. Assim destacam:

Aquele 14 de junho de 2015 vai ficar por um bom tempo marcado como uma das datas símbolo contra a intolerância religiosa no Brasil. A imagem que chocou toda a sociedade transparece na menina Kayllane Campos, de apenas de 11 anos de idade, trajada com suas brancas vestes religiosas toda manchada de sangue, advindo de um sangramento provocado por uma pedra, jogada por quem? Até agora não sabemos, mas junto com a pedrada também vieram os insultos “vai queimar no inferno” e “macumbeira”, proferidos por quem? Até hoje, também, não sabemos (Santos e Gino, 2016, p. 58-59).

⁷ Art. 276. Celebrar em casa, ou edifício, que tenha alguma forma exterior de Templo, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de outra Religião, que não seja a do Estado.

⁸ Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública:

Penas - de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000.

Perante essa citação, eu afirmo que a menina apedrejada por dois homens quando retornava para casa depois de um culto de Candomblé é o retrato de uma sociedade que precisa ser educada para conviver com a diversidade religiosa e cultural. Apesar dos movimentos sociais e avanços significativos na legislação, a demonização das religiões afro-brasileiras está muito presente no imaginário popular. A associação dos cultos afro-brasileiros a ritos satânicos e dos orixás e entidades ao demônio ainda é muito difundido por uma parcela de igrejas cristãs que, de forma violenta, fere a liberdade de crença das comunidades afro-brasileiras.

Ora, a liberdade religiosa e a criminalização da intolerância religiosa instituíram-se com a promulgação da Constituição Cidadã, em 1988, que evidencia a proteção dos direitos dos povos negros no Brasil. O reconhecimento das religiões afro-brasileiras como parte integrante da trama religiosa brasileira foi um marco essencial para a garantia dos direitos do povo de santo. Conforme a Constituição, “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e a garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. (Brasil, Constituição, 1988, p. 9). Com a garantia da liberdade de culto e a proteção dos espaços sagrados, nenhuma instituição religiosa deve ser favorecida ou discriminada pelo Estado. Entretanto, o que acontece na prática para mim é nítido: são templos/terreiros depredados, incendiados e destruídos e a liberdade de cultos afro-brasileiros desfavorecidos/discriminados nos espaços públicos. Percebo que essa discriminação está ligada à invenção ocidental de raça, então pesquisei cientificamente e apresento brevemente a seguir o que diz a ciência a esse respeito.

No decorrer do século XXI, pesquisas genéticas comprovam que não há bases biológicas que validem as classificações das raças baseadas em características físicas e cor de pele. Padrões hierárquicos que justificavam as discriminações e racismos, fortalecendo uma relação de poder baseada em raças superiores e inferiores, não eram indicadores de ascendências genéticas, mas permaneceram e se perpetuam como uma construção política ideológica. Mediante essa discussão, Munanga (2002) a respeito do conceito de raça declara:

São essas raças que estão nas cabeças das pessoas e é por isso que nós continuamos a utilizar o conceito de raça na área das Humanidades, mas com um conteúdo que não é biológico porque biologicamente a raça não existe, mas com um conteúdo simplesmente ideológico e político, na medida em que essas raças fictícias (que Octavio Ianni define como raças sociais) continuam a fazer vítimas em nossa sociedade. É a partir dessas raças que se reproduz e se mantém o racismo que está difuso no tecido social (Munanga, 2002, p. 16).

O conceito de raças, civilizadas e bárbaras, que justificou inúmeras perseguições e discriminações ganha novas configurações e continua fazendo vítimas nas comunidades negras presentes na sociedade brasileira. Fruto dessas perseguições, a violência contra negros e negras atinge números alarmantes no Brasil.

Na contemporaneidade, novos atores entram em cena e os crescentes casos de racismo ganham as páginas dos noticiários e dos jornais constantemente. Lideranças religiosas e fiéis de igrejas cristãs neopentecostais e fundamentalistas são acusados de disseminar discursos de ódio contra religiões afro-brasileiras, descrevendo-as como religiões demoníacas e provocando ataques a templos, agressões físicas e psicológicas.

Em consonância com religiosos fundamentalistas, a extrema-direita e a bancada da bíblia atuam de forma organizada na política brasileira, alimentam o sistema doutrinário e de poder, fortalecem a aliança entre Igreja e Estado, violam a liberdade religiosa e contribuem para o crescimento da violência contra adeptos de religiões afro-brasileiras. (O fortalecimento do sistema doutrinário e de poder, a aliança com o Estado e a ligação com o crime organizado contribuem para o crescimento da violência contra adeptos de religiões afro-brasileiras.) Para Duarte (2004) é preciso entender o fenômeno religioso, sua realidade, dinâmicas e influências no meio social:

A religião é, antes de tudo, uma construção sociocultural. Portanto, discutir religião é discutir transformações sociais, relações de poder, de classe, de gênero, de raça/etnia; é adentrar num complexo sistema de trocas simbólicas, de jogos de interesse, na dinâmica da oferta e da procura; é deparar-se com um sistema sociocultural permanentemente redesenhado que permanentemente redesenha as sociedades (Duarte, 2004, p. 121-122).

Nesse sentido, a religião não é vista apenas como uma prática espiritual, mas como parte de um sistema complexo, onde os interesses e as trocas simbólicas moldam e são moldadas pelas mudanças sociais. Deste modo, observo que toda essa problemática que envolve o racismo religioso é fruto de construção política e ideológica que chega as nossas escolas, espaço privilegiado pela diversidade.

A ideia de laicidade nas escolas brasileiras nem sempre é adequadamente compreendida ou implementada. Com a justificativa de liberdade religiosa, algumas igrejas cristãs ocupam os espaços escolares com o objetivo de realizarem uma doutrinação catequética, violando a laicidade desses espaços públicos. Em Pernambuco, grupos de católicos e evangélicos fazem desses espaços uma extensão das igrejas e realizam cultos, louvores e adorações, dessa forma estão ocupando e pretendem institucionalizar os intervalos escolares destinados ao descanso

dos estudantes. Nas escolas onde acontecem essas práticas religiosas, há uma promoção indireta ou implícita de uma religião específica dentro do ambiente escolar, seja por meio de atividades, eventos ou conduta de professores e funcionários.

Na minha concepção, os principais fatores que fortalecem o racismo religioso são: a tentativa de institucionalização dos intervalos de aulas (recreios) por políticos de extrema-direita; a falta de uma capacitação adequada dos professores; a invisibilidade de estudantes negros e de terreiros; a exclusão do tema cultura e religiões afro-brasileiras e o descaso na aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatórias dentro do currículo escolar o ensino de cultura afro-brasileira e indígena. Essas ações, reafirmo, dificultam uma pedagogia libertadora, ou seja, uma educação que transforme o estudante em autor da própria história, atuando criticamente para a consolidação de uma sociedade mais justa, ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária.

Além disso, a estrutura social molda as instituições, mostrando uma realidade onde o racismo estrutural e institucional forma os comportamentos dos educadores dos espaços públicos no nosso país. Para mim, a escola reflete as normas e valores da sociedade, reproduzindo preconceito, racismo e exclusão histórica. Professores e gestores não estão isentos dessas influências que, em alguns casos, moldam as práticas pedagógicas consoantes às orientações religiosas.

Eu acredito que é preciso emendar o fio⁹ da boa convivência e do respeito para que as contas contem com uma sociedade mais justa e equitativa em um Estado que reconheça as várias histórias. Incluir essas histórias, culturas, religiões da comunidade afro-brasileira no espaço escolar é fazer, sim, uma reparação étnico-racial, mas também é esperar dias melhores, pautados por uma cultura de paz e um Estado realmente democrático.

1.1 O ideal branco na construção das relações étnico-raciais no Brasil

“Eu era muito invejosa; inveja do físico das pessoas. Achava que as pessoas eram muito mais bonitas que eu.”
(Neusa Santos Souza)

As relações étnico-raciais no Brasil são construídas por histórias transpassadas pela violência do racismo, que faz parte da realidade de descendentes de africanos que vivem no

⁹ O rompimento do fio-de-contas de um iniciado é interpretado como um sinal espiritual significativo. Diante desse acontecimento, é fundamental buscar orientação com a liderança religiosa para compreender a mensagem transmitida, sendo comum a confecção de um novo fio, geralmente acompanhada de rituais de proteção e reforço espiritual.

Brasil, cujos ancestrais foram sequestrados na África e foram e escravizados nesse país. A falta de conhecimentos e acesso às cultura e tradições dessas populações gera condutas sociais hegemônicas, determinadas por uma parcela da sociedade branca e cristã, que impõe seus padrões comportamentais em uma parcela da sociedade que não corresponde ao conceito imposto “de civilidade”. Enfatizo que não se trata apenas de preconceitos individuais ou atos isolados, mas evidências de normas sociais, crenças religiosas e práticas políticas que favorecem um grupo em detrimento de outro.

A história decolonial conta que o discurso colonialista e a escravização se perpetuaram e tomaram novas formas de violências através das ações de classes privilegiadas e detentoras do poder econômico, político e social. Várias comunidades, entre elas as afro-brasileiras e indígenas, são constantemente discriminadas, marginalizadas e atravessadas pelo desinteresse de uma classe burguesa e detentora dos meios de controle sociais que impossibilita a chegada de recursos, ações e oportunidades de forma equitativa a essas comunidades.

Os ideais de superioridades difundidos por meio da relação de classes fortalecidas pelo ideal de branquitude, internalizaram uma imagem negativa e estigmatizada de negros e indígenas que testemunharam a desconstrução das identidades e das culturas das comunidades de pertença e sofreram/sofrem as perseguições e discriminações violentas ao longo dos séculos. Chamo a atenção para a seguinte condição: se por um lado essas culturas e religiosidades sofrem com o processo de exotização e demonização, por outro, a inculturação de práticas e costumes afro-brasileiras são ferramentas de apagamento de um povo. Por consequência, o acarajé se transformou em “Bolinho de Jesus” e o maracatu em “Maracatu Gospel” que se apresentam em pleno carnaval pernambucano com ritmos próprios de ritos de terreiros.

Conforme Munanga (2005) a desumanização de indígenas e a de descendentes de africanos escravizados, contribuiu para construção da hierarquização e dominação baseados em identidades coletivas.

Com o descobrimento da América e da África, os povos autóctones recém-descobertos receberam as identidades coletivas de “índios” e “negros”. A questão colocada tanto pelos teólogos ocidentais dos séculos XVI e XVII, quanto pelos filósofos iluministas do século XVIII, era saber se esses índios e negros eram bestas ou seres humanos como os europeus. Questão cuja resposta desembocou numa classificação absurda da diversidade humana em raças superiores e inferiores (Munanga, 2005, p. 5).

Essa estrutura de poder reflete e reforça as desigualdades dando origem ao racismo pseudocientífico¹⁰ que interfere até hoje nas relações humanas, privilegiando pessoas brancas em detrimento de pessoas negras e indígenas. Reitero que apagar a identidade de um povo é negar sua contribuição e importância na história do país. Negar o direito de existir por meio da eliminação biológica e cultural das comunidades negras e indígenas fez e ainda faz parte do projeto de uma parcela da elite branca do Brasil.

Munanga (2005), em seu artigo “Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania”, nos explica que a identidade negra, diferente da construção das identidades de outros povos que aqui chegaram¹¹, foi objeto de representações e de construção de uma identidade negativa. A violência do sequestro de homens e mulheres que foram arrancados violentamente do seu país e transportados, em navios negreiros, para o continente americano mantem-se interiorizada e algumas vezes naturalizada pelas próprias vítimas da discriminação racial. A dor da escravização ainda é atual e o sequestro dessas identidades ainda sobrevive através da falta de oportunidades e políticas de reparação destinada a esse povo.

Mediante o conceito de “ideal branco” características e padrões estéticos associados à branquitude foram construídos, perpetuando desigualdades e dificultando a ascensão social de grupos não brancos. Esse conceito abrange valores, comportamentos, normas de beleza e outras características que, associados com a cultura europeia branca, muitas vezes, são percebidas como culturas superiores. O privilégio de ser branco numa sociedade marcada pela violência e desigualdade tenta apagar uma história de luta e conquistas das comunidades afro-brasileiras, contribuindo para que muitos homens e mulheres negros não se reconheçam pertencentes a essas comunidades.

Fanon (2008) na sua obra *Pele Negra, Máscara Brancas* discute como os padrões de ideal branco impostos às populações negras causaram uma busca por aceitação e validação através da imitação dos colonizadores europeus. Os padrões de beleza e de comportamento, além do sucesso destinado às pessoas brancas causavam/causam conflitos internos entre a população negra que não desfrutava/desfruta do mesmo privilégio, prejudicando assim a autoimagem e identidade de negros e negras. Conforme o autor, “O negro quer ser branco. O

¹⁰ Para o autor citado o racismo pseudocientífico se refere a utilização de teorias científicas para justificar a crença em superioridades e inferioridades de determinadas raças humanas.

¹¹ Quando os europeus chegaram ao Brasil em 1500, encontraram uma grande diversidade de povos indígenas, os verdadeiros donos da terra, que habitavam a região há milhares de anos, portando diferentes culturas, línguas, modos de viver em suas comunidades.

branco incita-se a assumir a condição de ser humano”. (Fanon, 2008, pág. 27). Na mesma obra, o autor assegura que para acontecer uma desalienação dessas pessoas é preciso de uma tomada de consciência da realidade econômica e social que as envolvem.

No Brasil, o padrão estético eurocêntrico provocou um movimento de negação de identidade da população negra. A repressão e a constante desvalorização das características físicas, como cabelos crespos, cor da pele e traços físicos, contribuem para a busca incansável de uma representação estética e a internalização dos valores de branquitude. Esse processo, completamente enraizado no racismo estrutural, tem contribuído para que negros e negras tenham uma percepção negativa de si, a rejeição da própria identidade e a perpetuação dos ciclos de opressão e racismo.

Penso que, a conscientização e desconstrução de ideias que sustentam a supremacia branca e conflitos étnicos raciais enraizados em muitas sociedades são possíveis a partir de um processo formativo crítico da história, especialmente às histórias que foram silenciadas ou distorcidas. A educação crítica desafia as narrativas hegemônicas fundamentadas numa lógica colonial e promove uma compreensão mais inclusiva a partir das histórias dos sujeitos negros e negras que a viveram. Essa nova lógica é possível através de uma decolonialização dos processos formativos e o acesso às histórias e culturas dos sujeitos ocultados pela classe dominante ao longo da história do Brasil.

A discussão étnico-racial extrapola a discussão no âmbito acadêmico e atravessa a arte e a cultura. Uma poderosa crítica através da música ‘Haiti’ foi lançada por Gilberto Gil e Caetano Veloso, nos anos 90, período em que o país, assim como hoje, enfrentava a violência urbana, uma extrema pobreza e uma profunda desigualdade social, mas também um período marcado por uma consciência sobre os problemas raciais do Brasil. Gil e Caetano realçam em sua letra o setor da sociedade brasileira que sofre com o racismo e a xenofobia ao chegar em um novo país, eis um trecho da letra da canção:

Quando você for convidado pra subir no adro da
 fundação Casa de Jorge Amado
 Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos
 Dando porrada na nuca de malandros pretos
 De ladrões mulatos e outros quase brancos
 Tratados como pretos
 Só pra mostrar aos outros quase pretos
 (E são quase todos pretos)
 Como é que pretos, pobres e mulatos
 E quase brancos, quase pretos de tão pobres são tratados
 E não importa se olhos do mundo inteiro
 (Caetano Veloso e Gilberto Gil, Haiti, 1993).

Caetano e Gil cantam a realidade da sociedade violentada e marginalizada, que o mundo inteiro não quer ver e muito menos reconhecer sua importância enquanto pretos fazedores de história. A perpetuação de estereótipos, preconceitos, desigualdades e racismos são marcados na violência nos corpos e nas mentes daqueles que têm o direito de existir e usufruir da liberdade de viver e conviver em harmonia num país que é laico e democrático. Assim, entendo que os negros, que para cá foram sequestrados, têm o direito de usufruir das riquezas e das histórias que eles, em condições de escravos, construíram nesse país.

Todavia, o ideal branco que valoriza, naturaliza e privilegia suas características culturais e comportamentais, interfere diretamente na vida dos diferentes grupos étnico-religiosos que são tratados e percebidos na sociedade como seres inferiores. Silva (2016) afirma que a aparência física, as indumentárias e os trejeitos de negros e negras acionam critérios de como ser tratados com civilidade, agressividade ou simplesmente, ignorando sua presença na sociedade contemporânea. Do mesmo modo, a negação da humanidade e a violação dos direitos de negros e indígenas têm comprometido a construção de uma sociedade democrática.

A imposição das religiões cristãs, destacadamente do catolicismo, como forma de controle e dominação no período do colonialismo continua a influenciar a percepção e tratamento das religiões afro-brasileiras. Entre as matrizes religiosas não cristãs, o Candomblé, a Umbanda e a Jurema são religiões que sofrem diversas formas de violências e discriminações por trazerem na sua composição elementos afro-indígenas e sofreram interferências de outras religiosidades brasileiras.

Diversas citações nos livros do Levítico e Êxodo foram utilizadas de maneira distorcidas ao longo da história e a catequese colonizadora imposta aos negros e indígenas serviu para disseminar ideologias preconceituosas e racistas. A passagem de Cam, filho Noé, é um modelo de narrativa bíblica rejeitado por alguns teólogos, mas que por muitos anos foi usada distorcidamente para justificar a escravidão e o racismo. Para ilustrar essa passagem, narra-se que Cam viu a nudez do seu pai numa situação de embriaguez e contou a seus irmãos que o cobriram com um manto. Ao acordar, Noé amaldiçoou Cam destinando-o a ser escravo dos seus irmãos. Essa má interpretação teológica foi propagada também aqui no Brasil durante o período colonial, marcado pelas missões evangelizadoras da Igreja Católica, cujo objetivo foi educar e converter negros e indígenas, considerados bárbaros, à fé cristã.

Nesse processo, a Companhia de Jesus tornou-se uma das principais ordens religiosas envolvidas na evangelização e conquistas de novas regiões. O modelo de educação e civilidade tinha como parâmetro o modo de ser, viver e crer da cultura euro-cristã. Não obstante, nesse

contexto, as crenças e culturas dos negros eram consideradas espiritualmente inferiores e associadas a tudo que era considerado negativo, feio e maligno.

Considero que a demonização de cultos, ritos e forma de viver dos povos de terreiros é um fenômeno enraizado e manifestado nas diversas formas e reflete o racismo religioso presente na sociedade brasileira contemporânea. A marginalização e a criminalização das práticas religiosas, reforçados com a escravização, forçaram comunidades africanas e indígenas a abandonarem suas práticas consideradas “pagãs” e “demoníacas”. Esses povos sobreviveram às perseguições e sincretizaram suas divindades com as divindades católicas.

Nascimento (2004) afirma que os ataques às religiões de matrizes africanas são expressão de uma das manifestações do racismo. Essas expressões englobam práticas violentas como a demonização das crenças religiosas, ofensas morais, violência física e assassinato de pessoas de terreiros. Constantemente são noticiadas invasões a terreiros, depredação de objetos sagrados e violação do livre exercício de culto de matrizes afro-indígenas. Apesar de argumentos racistas, conceitos como **demônio**, **mal** e **inferno** não fazem parte dos imaginários das religiões afro-brasileiras e indígenas. Essas agressões fazem parte da realidade de praticantes de religiões afro-brasileiras, conforme o seguinte exemplo:

Rio - A idosa Maria da Conceição Cerqueira da Silva, 65 anos, foi agredida a pedradas em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, na última sexta-feira. Segundo a família, ela foi vítima de intolerância religiosa por parte de uma vizinha que não aceita a religião praticada por Maria, que é candomblecista. Segundo a filha da idosa, Eliane Nascimento da Silva, de 42 anos, ao sair para ir no mercado, Maria ouviu sua vizinha gritar “lá vem essa velha macumbeira. Hoje eu acabo com ela”. Em seguida, ela foi acertada por uma pedra, que teria sido atirada pela vizinha, identificada apenas como Jéssica. A idosa teve ferimentos no rosto, na boca e no braço e foi levada para o Hospital Geral de Nova Iguaçu (HGNI). Fonte: O Dia online.¹²

Como se pode ler na citação, praticantes dessas religiões enfrentam diariamente estigmas sociais, sendo vistos como inferiores ou perigosos e muitas vezes podendo ser levadas ao isolamento devido à discriminação sofrida em várias esferas da vida. Mediante essa problemática, mais uma vez afirmo que o racismo faz com que adeptos de religiões afro-brasileiras internalizem o ideal de branquitude e rejeitem suas práticas e costumes, vistos como indesejáveis nas diversas esferas da vida privada.

Em 2023, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, promulgou a Lei 14.532/2023, que equipara injúria racial ao crime de racismo. Não cabendo mais fiança, ou seja,

¹² Fonte: Jornal O Dia, matéria completa no endereço digital Idosa é agredida por intolerância religiosa em Nova Iguaçu | Rio de Janeiro | O Dia. Acesso em: 20 fev. 2024.

e inafiançável, os juízes devem considerar qualquer atitude que cause constrangimento, humilhação e medo às pessoas ou grupos minoritários. Ao longo dos anos, políticas públicas de promoção de igualdade e inclusão foram implantadas pelo Governo Federal. Os movimentos sociais que se agregam a essa luta por equidade e dignidade para as populações negras e indígenas necessitam do apoio de toda a sociedade para reforçar e fiscalizar a legislação que proteja os direitos dos cidadãos e penalize a discriminação e a violência religiosa.

No que se refere à educação étnico-racial, leis, decretos, resoluções, portarias e pareceres foram sendo construídos para uma educação para a diversidade. No Brasil, a educação étnico-racial tem sido tema de várias leis, decretos, resoluções, portarias, pareceres. Algumas das principais:

- A Lei 11.645/08 complementou a lei 10.639/03, incluindo a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas.
- O Parecer CNE/CP nº 6/2005 e Resolução CNE/CP nº 2/2005 que regulamentam a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, definindo as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais.
- O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2013) que estabelece estratégias e ações para a implementação efetiva das diretrizes curriculares em relação à educação étnico-racial.

Apesar do avanço legislativo, a escola ainda não implementa de forma efetiva uma pedagogia antirracista que valorize as diversidades. Defendo que a escola deve ser o lugar onde as várias histórias se encontram e traduzem a diversidade étnica, religiosa, de cor e de gênero presente na sociedade brasileira. Lugar onde a individualidade de cada estudante deve ser valorizada e preservada, mas nem sempre é assim que acontece.

Percebo que as narrativas coloniais influenciam as formas como as religiões afro-brasileiras são ensinadas, da mesma forma, o currículo das escolas públicas e privadas privilegia o pensamento eurocêntrico, suas culturas, histórias e religiões, enquanto marginaliza e ignora as contribuições de culturas e religiões indígenas e afro-brasileiras. As representações dos negros nos livros didáticos são mencionadas de forma estereotipada ou limitadora, reforçando preconceitos e racismos. As contribuições científicas, as artes, as literaturas e o papel de

destaque são destinados em maiores proporções a atores brancos, destinando o espaço de subalternos aos negros e indígenas.

Os Movimentos Negros têm atuado em amplos sentidos na promoção de iniciativas que contribuam para o reconhecimento e fortalecimento de negros e negras, inclusive em ambiente escolar e acadêmico. Sobre a ação dos Movimentos Negros na promoção de uma educação para as relações étnico-racial, Silva (2008) argumenta:

A ação contínua e progressiva do Movimento Negro, contando particularmente com o compromisso de professores negros, originou princípios que devem ser contemplados num projeto de educação nacional que preveja a participação dos negros, sem deixar, é claro, de perder de vista a diversidade constitutiva da sociedade brasileira (Silva, 2008, p. 26).

É importante ressaltar que, apesar da luta dos Movimentos Negros e da adesão de uma parcela de professores que busca compreender a educação numa perspectiva inclusiva, a valorização e a contribuição dos diversos povos que formam a sociedade brasileira ainda encontram barreiras significativas. Acredito que a valorização das visões de mundo, experiências, histórias e as contribuições dos diversos povos que formam a nação brasileira, podem despertar nos estudantes o sentimento de pertença à comunidade escolar e à sociedade enquanto cidadãos, de fato e direito.

O Relatório do Todos pela Educação (2023) reflete um atraso de dez anos no sistema educacional brasileiro e aponta que estudantes pretos e pardos continuam enfrentando barreiras significativas em relação aos brancos. O documento faz um comparativo de iniciativa de ações de combate ao racismo em instituições de ensino nos anos de 2015 e 2021. Conforme a pesquisa apresentada pelo relatório em 2015, o índice havia chegado ao maior patamar no período: 75,6%. Desde então, os números têm despencado de maneira contínua e, em 2021 chegaram ao patamar de 50,1%. É na escola, onde as populações negras encontram o seu maior desafio. Desde a sua permanência, até o reconhecimento e valorização enquanto cidadãs em um ambiente que, em sua maioria, exclui e marginaliza quem não se enquadra nas diretrizes eurocêntricas.

Combater o "ideal de branquitude" no contexto histórico das comunidades negras e das religiões afro-brasileiras nas escolas brasileiras é essencial para promover o respeito e o acolhimento a estudantes negros. Políticas públicas devem garantir o acesso a uma educação de qualidade, justa, inclusiva e representativa.

1.2 História de perseguição e apagamentos das culturas e religiões afro-brasileiras

... Quem deve dirigir é quem tem capacidade. Quem tem dó e amizade ao povo. Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre. Se a maioria se revoltar, o que pode fazer a minoria? Eu estou do lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar o país dos políticos açambarcadores

(Carolina Maria de Jesus)

A história de perseguição e apagamentos das culturas e religiões afro-brasileiras é longa, complexa e dolorosa para afrodescendentes que, desde o período colonial, têm suas vidas capturadas pela violência do processo escravagista, por doutrinas e ideologias racistas. Sequestrados e violentados em seus países de origem, africanos foram escravizados e transportados, isto é, traficados pelo transatlântico em navios negreiros em condições cruéis e desumanas. Em viagens que duravam semanas ou meses, muitos escravizados morreram no caminho devido às doenças consequentes das situações precárias de higiene, de fome e de desnutrição, outros eram jogados ao mar. Tratados como mercadoria, os que até aqui resistiram e desembarcaram, foram obrigados a esquecerem e abandonarem as suas identidades, culturas, costumes, crenças, línguas, práticas religiosas e forçados a adotarem as práticas e os costumes dos colonizadores europeus.

Entre as diversas formas de apagamento da história, costumes e contribuições, uma árvore do esquecimento¹³ sustentava a ideia de exclusão das vozes e da vida dos negros. Do rito de passagem, renascia um novo ser humano no imaginário da sociedade, com uma nova identidade, sem história, e agora, escravizados e explorados pelo colonizador no trabalho agrícola, na mineração e na casa dos senhores. Penso que talvez as árvores se encontrem nos mesmos lugares, mas as voltas do esquecimento, na contemporaneidade, ganharam novos sentidos e as tentativas de apagamento ainda dão em volta da vida dos negros. As narrativas colonizadoras resistiram ao tempo e, apesar da resistência da comunidade negra, continuam empenhando-se no silenciamento de vozes e no esquecimento da ancestralidade.

Na tentativa de suprimir qualquer forma de resistência e ameaçar as ordens coloniais, perseguições e proibição dos cultos de religiões afro-brasileiras se intensificaram. Com isso, o Estado e a Religião desempenharam um papel central nas perseguições dos negros, até então fortes e numerosos, que lutavam e resistiam às violências impostas pelos seus senhores. A

¹³ Essa árvore tinha um papel simbólico e ritualístico em portos de saída de escravizados. As voltas ao redor do Baobá, em um número específico de vezes, eram o ponto de partida para a exclusão e marginalização dos negros escravizados que chegavam no Brasil. Abdias do Nascimento, em sua obra *Genocídio do Negro Brasileiro* (1998), resgata essa metáfora como a primeira medida do escravagista que era produzir o esquecimento do negro, de seus lares, de sua terra, de seus deuses, de sua cultura, para transformá-lo em objeto de exploração.

missão de evangelizar os negros e os indígenas foi atribuída à Igreja Católica, a qual coube o papel de criminalizar e condenar os cultos aos orixás.

Sobre pressão para que os negros abandonassem suas práticas consideradas demoníacas, o cristianismo exerceu papel fundamental na missão colonizadora e na tentativa de deslegitimar a religião afro-brasileira. O batismo foi utilizado como forma de controle e uma maneira de civilizar os escravizados, até então considerados bárbaros, incivilizados e “sem alma”. Com isso, por meio do batismo, negros recebiam novos nomes e a igreja acreditava que essa mudança removia a conexão com a ancestralidade e a identidade cultural desses povos. Apesar da imposição do batismo e da doutrina católica, muitos africanos e afrodescendentes resistiram em preservar elementos culturais e religiosos dentro das senzalas, preservando os costumes.

A proibição de cultos e ritos veio em formas de Lei. O primeiro marco legal republicano, no que se refere à relação Estado e Igreja, aconteceu com a promulgação do Código Penal de 1890, que perseguia e criminalizava práticas consideradas como ilegais e associadas à magia e ao curandeirismo. Conforme estabelecido no Código Penal de 1890:

Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentaria ou a pharmacia; praticar a homeopathia, a dosimetria, o hypnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos:

Penas - de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

Parágrafo único. Pelos abusos commettidos no exercicio ilegal da medicina em geral, os seus autores sofrerão, além das penas estabelecidas, as que forem impostas aos crimes a que derem causa.

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica:

Penas - de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

§ 1º Si por influência, ou em consequência de qualquer destes meios, resultar ao paciente privação, ou alteração temporaria ou permanente, das faculdades psychicas:

Penas - de prisão cellular por um a seis annos e multa de 200\$ a 500\$000.

§ 2º Em igual pena, e mais na de privação do exercicio da profissão por tempo igual ao da condenação, incorrerá o médico que diretamente praticar qualquer dos actos acima referidos, ou assumir a responsabilidade delles.

Art. 158. Ministrarr, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer fórma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro (Brasil, 1890, artigos 156, 157, 158).

Nesse ambiente, o Código criminalizava e punia rituais considerados não convencionais. Praticantes de candomblés e umbandas foram presos e terreiros fechados. Além da imposição do catolicismo como religião oficial e a política do branqueamento imposta pela elite, o Estado considerava as religiões afro-brasileiras como ameaças à ordem pública. Em 1891, a instituição da primeira Constituição da República foi fundamental para a construção do

país democrático e pluralista, consumando o fim do padroado¹⁴ e a revogação da religião católica como oficial do país. Dessa forma, o Brasil se tornou “teoricamente” um país laico. Na Constituição constava a separação entre Estado e Igreja, mas, na prática, as religiões não cristãs continuavam sofrendo a mesma perseguição, repressão e violência. Ideologias racistas manipuladas pelos colonizadores europeus no início do século XVI e disseminadas pelas missões religiosas, continuam presentes no imaginário da sociedade brasileira, fazendo suas vítimas até os dias atuais.

A cor da pele, a cultura negra africana e a estigmatização negativa em torno da ancestralidade e das espiritualidades afro-brasileiras são condições que contribuem para o entendimento da intolerância e do racismo religioso. Percebo que, apesar da miscigenação brasileira e o imaginário de falsa democracia racial defendida por uma grande parcela de brasileiros, casos de racismos têm apresentado um aumento significativo nos últimos anos. O advento da internet revisitou os crimes virtuais e a falsa ideia de imunidade diante das redes, além dos quatro anos de governo do então Presidente Jair Messias Bolsonaro que minimizou a existência do racismo no Brasil. Nascimento (2014) classifica o racismo como um conjunto de ideias e projetos com o poder de hierarquizar e tirar proveito de um grupo de pessoas. Sobre racismo religioso, o autor relata:

Os ataques são expressões tenazes de uma das manifestações do racismo, que persegue as heranças religiosas que têm influências do povo negro, trazido à força para nosso país. Por essa razão, algumas pessoas têm se referido às perseguições como racismo religioso. Essa modalidade específica do racismo engloba práticas violentas que vão da demonização das crenças religiosas de umbandistas e candomblecistas, passando por ofensas morais a esses religiosos, chegando a violências físicas e, em alguns casos, à morte de pessoas que, nos terreiros, praticam sua crença (Nascimento, 2014).

O autor destaca que ataques às religiões afro-brasileiras não são meras expressões de intolerância, mas são violências profundamente atravessadas pelo aspecto étnico e religioso. Nesse contexto, a cor da pele e traços negroides alimentavam o discurso de ódio, os ataques a

¹⁴ Padroado se refere ao direito de autoridade da Coroa Portuguesa, a Igreja Católica, nos territórios de domínio Lusitano. Esse direito consistiu na delegação de poderes ao Rei de Portugal, concedida pelos papas, em forma de diversas bulas papais, uma das quais uniu perpetuamente a Coroa Portuguesa à Ordem de Cristo, em 30 de dezembro de 1551. A partir de então, no Reino português, o Rei passou a ser também o patrono e protetor da Igreja, com as seguintes obrigações e deveres: a) Zelar pelas Leis da Igreja; b). Enviar missionários evangelizadores para as terras descobertas; c) Sustentar a Igreja nestas terras. O Rei tinha também direitos do Padroado, que eram: a). Arrecadar dízimos (poder econômico); b). Apresentar os candidatos aos postos eclesiásticos, sobretudo bispos, o que lhe dava um poder político muito grande, pois, nesse caso, os bispos ficavam submetidos a ele. Verbete elaborado por Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro, disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicam.p.br/navegando/glossario/v_erb_c_padroado3.htm#_ftnref1. Acesso em: 12 set. 2024.

terreiros e praticantes dessas religiosidades. Por meio de denúncias de atitudes e narrativas violentas de evangélicos fundamentalistas, que observo, como costumeiramente os cultos aos orixás são associados à feitiçaria, ao demônio e à magia negra.¹⁵

Nesse processo de idas e vindas, a promulgação da Constituição Federal, em julho de 1934, foi considerada um risco à laicidade e ao princípio democrático do Estado. Embora o Brasil se mantivesse como país laico, a Constituição permitiu a colaboração recíproca entre o Estado e a Igreja para o atendimento em questões de interesses comuns, principalmente onde o governo não tinha condições de atender plenamente à população. Uma das grandes beneficiadas com esse princípio foi a Igreja Católica devido ao papel significativo que exercia no cotidiano da população e à grande influência, sobretudo nas áreas da educação, cultural e assistência social.

Durante o Estado Novo (1937-1945), liderado por Getúlio Vargas, as censuras, repressões e violências tentaram exterminar as religiões afro-brasileiras, principalmente o Candomblé e a Umbanda. Instituições policiais atuavam de forma violenta, principalmente nos grandes centros urbanos, invadiam os terreiros, destruíam objetos sagrados, prendiam e acusavam o povo de santo, de feitiçaria ou bruxaria.

A ditadura militar foi uma continuidade das políticas de repressão às religiões afro-brasileiras. O caráter conservador e autoritário do regime militar buscava controlar todas as formas de expressões culturais que não se alinhassem com a visão de ordem e progresso, incluindo as religiosidades afro-brasileiras, consideradas suspeitas. A aliança entre o regime autoritário e setores conservadores da sociedade ajudaram a perpetuar o racismo, resultando em repressão policial, reforço de estereótipos negativos por meio das mídias e censuras culturais.

Considerados selvagens e primitivos, os povos afro-brasileiros vivenciaram uma tentativa de apagamento cultural e uma política de embranquecimento que contribuíram para a repressão daqueles que não se enquadravam nas visões civilizatórias de uma cultura europeia, branca e cristã. Nascimento (2016) em seu artigo ‘Intolerância ou Racismo?’ evidencia que religiões de matrizes africanas são muito mais que religião, são modos de vida espiritualizadas com o poder de reconstruir os laços quebrados pela violência:

Por isso, podemos dizer que essas religiões são muito mais que religiões, no modo como o ocidente as entende: são modos de vida que contém em seu interior uma

¹⁵ Consoante com o Professor Doutor em Ciências da Religião, Gilbraz Aragão, “Magia Negra (ou Culto ao Diabo, Satanismo) é uma tradição espiritual criada pelos gringos nos Estados Unidos, cujos ritos (que não incluem mortes)”. A associação de nomes africanos e títulos de terreiros afro-brasileiros com a Magia Negra, colaboram para reforçar a secular criminalização do Xangô-Candomblé, da Umbanda e Jurema, como coisas ruins e perversas.

espiritualidade. Se são religiões, o são muito mais em uma conotação política, no sentido de reconstruir vínculos quebrados pelo racismo e pela colonização entre as pessoas africanas e suas histórias pregressas ao processo escravizador que aconteceu em nosso país: tinham – e têm – a função de religar comunidades quebradas pelo violento processo (Nascimento, 2016).

Apesar de toda perseguição e apagamento histórico, a população afro-brasileira encontrou na cultura e na religião uma maneira de preservar sua ancestralidade e reconstruir os vínculos históricos com o continente africano. Os terreiros são pedaços de África no Brasil, onde os cultos aos orixás acontecem e a comunidade se torna uma grande família, e o encontro com elementos de outras religiões se tornaram formas de resistência e sobrevivência da cultura e religiosidade desse povo.

Apesar de toda resiliência do povo de santo, evidenciei nesta pesquisa como as religiões afro-brasileiras ainda sofrem fortes discriminações raciais e religiosas, apontando, da mesma forma, como os praticantes do Candomblé, da Umbanda e da Jurema são as principais vítimas dessas agressões. Em 2023, a ONG Criola¹⁶, o Ilê Axé Omiojuarô¹⁷ e o Ilê Axé Omi Ogun Siwajú¹⁸ lançaram um relatório com dados e estratégias de combate ao racismo religioso. Segundo o documento Panorama Geral do Contexto de Racismo Religioso no Brasil,¹⁹ “o processo de formação do Estado brasileiro se confunde com a história de demonização e perseguição às religiões de matriz africana” (p.19) que, apesar da abolição, manteve o modelo euro-cristão que continuou silenciando, perseguindo e apagando o legado das populações negras no Brasil.

Apesar da atenção do Governo Federal no que diz respeito a políticas de reparação históricas, de combate ao racismo e de garantia dos direitos da população negra brasileira, os números de violência contra as religiões afro-brasileiras crescem assustadoramente. A subnotificação, o medo de represália e o descaso são algumas das principais queixas de militantes e lideranças religiosas que questionam e denunciam casos de racismo religioso no

¹⁶ Organização da sociedade civil com 29 anos de trajetória na defesa e promoção dos direitos das mulheres negras.

¹⁷ Comunidade de terreiro de candomblé fundada por Mãe Beata de Yemanjá, yalorixá, escritora e ativista pelos direitos humanos, em especial os direitos das mulheres negras, que fez sua passagem em maio de 2017 aos 86 anos.

¹⁸ Comunidade de terreiro sediada na zona rural da cidade de São Félix – BA, fundada na primeira metade do século XX por Mamédio Silva.

¹⁹ O documento Panorama Geral do Contexto de Racismo Religioso no Brasil integra o conjunto de ações do projeto “Racismo Religioso e Redução da Violência e Discriminação contra Praticantes de Religiões Afrodescendentes no Brasil”, desenvolvidas por Criola, o Ilê Axé Omiojuarô, no Rio de Janeiro e Baixada Fluminense-RJ, e o Ilê Axé Omi Ogun siwajú, no Recôncavo Bahiano, com apoio do International Institute on Race, Equality and Human Rights. Disponível em: <https://criola.org.br/lancamento-panorama-geral-do-contexto-de-racismo-religioso-no-brasil/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

Brasil. É fundamental a correta tipificação dos crimes para garantia de direitos das vítimas e punições adequadas dos agressores, no entanto, observo, a descridibilidade nos órgãos responsáveis pela proteção e manutenção dos direitos dos cidadãos, bem como a minimização dos casos de racismo religioso por agentes públicos.

Segundo a antropóloga Miranda (2012), que pesquisa ataques de evangélicos neopentecostais fundamentalistas contra religiões de matrizes africanas no Rio de Janeiro, a desarticulação entre esfera e espaço público no Brasil internaliza sentimentos de descrédito nas autoridades pelas vítimas de “intolerância religiosa”²⁰. Comenta a autora:

Há um aspecto interessante nos casos acompanhados no que se refere às vítimas de intolerância religiosa, que não acreditam na possibilidade de um diálogo e esperam que o Estado, por meio das suas autoridades policiais e judiciais, confirme o direito de que consideram serem merecedoras, sem que isto, no entanto, tenha como consequência a internalização de sentimentos ou valores. Penso que este fato pode ser mais um exemplo da “desarticulação entre esfera pública e espaço público no Brasil”, que para Luís Roberto Cardoso de Oliveira é o “principal responsável pela discriminação cívica entre nós” (Cardoso de Oliveira, 2002:12 e 95-128). Esta confirmação pela autoridade legal é uma forma de trazer o caso novamente para a esfera pública, espaço por excelência em que os “crimes” são definidos, já que mantê-lo no âmbito privado impede a possibilidade de universalização necessária para que seja enquadrado como uma violação dos direitos de cidadania (Miranda, 2012, p.144).

Embora existam leis que garantam ao direito ao culto e a liberdade religiosa, a implementação, a fiscalização e a efetivação por vezes priorizam uma matriz religiosa. São práticas comuns no Brasil, as rotineiras abordagens policiais em terreiros, fundamentadas pela lei do silêncio²¹. Porém, o que constato é que as mesmas abordagens não acontecem de forma efetivas quando as instituições denunciadas são as igrejas cristãs. Denúncias de violação da liberdade religiosa também ocorrem em escolas públicas, onde frequentemente as práticas escolares priorizam uma religião em detrimento das demais e estudantes pertencentes as religiões afro-brasileiras, muitas vezes, se sentem constrangidos ao assumir sua pertença religiosa ou usar seus objetos sagrados.

Além das várias denúncias, muitas escolas utilizam o currículo numa perspectiva eurocêntrica, não priorizando as contribuições históricas e as religiosidades afro-indígenas. As diversas histórias e tradições, quando valorizadas em ambiente escolar, despertam o senso de

²⁰A autora usa o termo intolerância religiosa para violências, perseguições e crimes cometidos contra as religiões de matrizes africanas.

²¹ Conjunto de normas que regulam o nível de ruído permitido em diferentes horários e locais, dessa forma, qualquer interferência causada por vizinhos que comprometa a tranquilidade pode ser legalmente contestada.

pertencimento aos estudantes que se reconhecem como partícipes da comunidade escolar e, conseqüentemente, da sociedade. Carneiro (2005) relata os danos à educação escolar e a família quando a negação de identidade é usada como plano de controle político:

A negação da identidade, da racialidade negra, no qual a miscigenação é um operador, implica no plano político em destituir o negro da condição de um grupo de interesse, a ser reconhecido, é uma estratégia de controle e anulação do sujeito político. É em relação a esses danos que a educação escolar e na família em geral se omite, silencia, nega permite sua perpetuação comprometendo a autonomia das pessoas negras (Carneiro, 2005, p. 282).

Conforme a autora, são reprimidas a participação política e as identidades da população negra no Brasil, essas repressões são estratégias políticas de uma classe dominante branca eurocentrada que atua, visando negar as oportunidades, desvalorizar as trajetórias da população afro-brasileira e anular a autonomia dessa população. Dessa maneira, a ausência de uma pedagogia de enfrentamento que valorize e dialogue com as pluralidades presentes no ambiente escolar afeta negativamente a autoestima de estudantes negros e indígenas, prejudicando o senso de pertencimento à comunidade escolar e social, influenciando seu desempenho escolar, sua saúde emocional e contribuindo para a alta taxa de evasão escolar.

A omissão das diversas culturas e religiosidades limita a formação dos estudantes, inibindo um posicionamento crítico e comprometido com a sociedade de pertença. Verifica-se que uma parcela significativa de escolas ainda resiste à utilização de uma pedagogia que promova uma abordagem étnico-racial, que converse com as diferenças e que descentralize o aspecto europeu do currículo escolar. Sobre a decolonização do currículo, Gomes (2012) aponta o seguinte pensamento:

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciamos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos. (Gomes, 2012, p. 102).

Concordo com a autora sobre a necessidade de ouvir as vozes silenciadas ao longo da história. É preciso repensar o currículo escolar a fim de instituir práticas pedagógicas que superem as intolerâncias e preconceitos que alimentam as diversas manifestações de racismo estrutural enraizadas na sociedade brasileira. Nesse contexto percebo o pouco aprofundamento da sociedade brasileira, especificamente no setor educacional, referente à formação de professores, ao desenvolvimento de material e de recursos educacionais que representem a diversidade do Brasil; à implementação de fiscalização das políticas públicas que promovem a

inclusão e requerem um esforço conjunto de governos, educadores, comunidades e sociedade civil na construção de educação para a diversidade.

1.3 Racismo e Intolerância – Distinção sofrida na pele

Foi com o professor Oliveira que você descobriu que as raças não existiam. Numa única aula você aprendeu que as raças eram uma mentira. Que sua cor era uma invenção cruel e orquestrada pelos europeus.

(Jeferson Tenório)

Com a intenção de explorar economicamente o Brasil e dominar povos indígenas e africanos, a hierarquização entre as classes consideradas civilizadas e bárbaras foi usada para legitimar a escravização e marginalização desses povos. A narrativa construída retratando a história sobre um único ponto de vista, causou danos terríveis às ricas tradições culturais e à visão inclusiva de novos conhecimentos e organizações culturais.

Os poderes econômicos e políticos dos colonizadores europeus foram mantidos com a manipulação de uma série de crenças que suscitou no imaginário social a inferioridade, a incapacidade e a demonização dessa população, contribuindo para manutenção do poder do branco e da exploração da mão de obra escrava. Nessas circunstâncias, a formação ideológica do racismo desfrutou do tráfico negreiro como um dos principais fatores para a sua formação.

Teorias científicas que surgiram nos séculos XVIII e XIX defendiam que as pessoas com a cor da pele preta, o formato do crânio arredondado e as características biológicas diferentes do branco ocidental, eram consideradas inferiores: moral, intelectual psicológica, e cognitivamente, por isso eram tratados como animais irracionais. Essas teorias mantiveram os colonizadores europeus no topo da hierarquia racial, justificando a dominação do negro em relação aos brancos. Munanga descreve em seus textos que durante o século XVIII a cor da pele foi o critério fundamental e divisor de águas entre as três categorias de raças: a raça branca, a negra e a amarela, incorporando outros critérios morfológicos apenas no século XIX. Segundo o autor:

No século XIX, acrescentou-se ao critério da cor outros critérios morfológicos como a forma do nariz, dos lábios, do queixo, do formato do crânio, o ângulo facial, etc. para aperfeiçoar a classificação. O crânio alongado, dito dolicocefalo, por exemplo, era tido como característica dos brancos “nórdicos”, enquanto o crânio arredondado, braquicefalo, era considerado como característica física dos negros e amarelos (Munanga, 2003, p. 4).

O autor reflete sobre o esforço da ciência naquele momento em justificar práticas racistas tomando como base as características físicas. O epistemicídio não só promoveu desigualdades, estigmas e estereótipos, mas institucionalizou, no Brasil, o preconceito e a discriminação.

Todo processo de escravização e a justificativa para a perseguição de religiões afro-brasileiras teve como núcleo ideológico as crenças de superioridades raciais. Em nome de uma ordem natural e consolidada no racismo pseudocientífico, essas ideologias racistas distorciam textos religiosos e se favoreciam, de forma concreta, com a marginalização, a violência e a exclusão da população negra.

No Brasil, o fim da escravização, após três séculos de explorações, tortura, violência, estupro, aconteceu devido um longo processo liderado pelos movimentos abolicionistas, a sociedade civil e os próprios escravizados que instauraram um novo cenário político e conseguiram a assinatura da Lei Aurea em maio de 1888. Embora legalmente a escravização houvesse acabado, não houve a garantia de direitos e de reparação histórica para a população negra que, apesar de “livre”, continuou sendo perseguida pelas ideologias escravocratas que se mantiveram de forma adaptada a esse novo contexto. Estereótipos negativos e preconceitos raciais, arquitetados pela elite brasileira branca que não desejava renunciar à mão de obra barata, sustentaram ideologias racistas como forma de manutenção de poder.

Apesar do incentivo do Governo Federal concernente ao investimento em políticas públicas de reparação, à implementação de leis e programas nacionais para combater o racismo e promover a igualdade racial, atento para o fato de que a sociedade brasileira ainda se mantém desigual e excludente. As disparidades salariais e a falta de oportunidades para a população negra em relação à branca são apontamentos de que o modelo escravagista resiste sob novas formas na sociedade contemporânea.

A consolidação do domínio português encontrou na missão evangelizadora católica a ferramenta para submissão dos povos nativos e africanos. Além da repressão cultural e religiosa, embora houvesse uma proteção formal contra a escravização, a Igreja Católica via na evangelização meios de controlar a força de trabalho.

A intensão dos missionários era de converter indígenas e africanos ao catolicismo, à imposição de valores europeus, à adoção e instituição da Língua Portuguesa e à estrutura familiar baseados nos valores europeus que reforçavam ideologias preconceituosas e racistas, forçando a adoção de novas crenças e o apagamento das religiosidades e culturas dessas comunidades.

A ideia de civilização europeia atravessou a sociedade na modernidade com pressupostos de educação evangelizadora, esteio de salvação. Sobre educação e civilização, Nascimento (2014) argumenta:

Civilizar seria isso: imprimir no outro a imagem que faço, como positiva, de mim mesmo, enquanto colonizador/civilizado. E, deste modo, vemos uma parte do contexto que fez com que a educação ocupasse esse espaço colonial/civilizador. Esta prática educacional é, também, subjetivadora. Não apenas ensina algo a alguém, mas ensina alguém a ser. E esse tornar-se educacional, em contextos coloniais, é sempre atravessado pelo poder hierarquizante, progressivo e ensina, também, a estabelecer relações: dos sujeitos consigo mesmos e com os outros (Nascimento, 2014, p. 450).

Nesse contexto Nascimento (2014) ressalta a importância de uma educação antirracista, que não molde os estudantes, mas que forme esses sujeitos para se posicionar criticamente em uma lógica hierárquica dominante. A internalização da cultura euro-cristã contribuiu com uma percepção negativa das culturas e costumes dos afro-brasileiros, ao mesmo tempo que a relação hierarquizada de poder se impõe como instrumento de dominação. A educação colonial estabeleceu bases para o sistema educativo que combinou valores e ensinamentos cristãos, colaborando para a desvalorização de outras culturas e religiões.

A educação colonial e pós-colonial ajudou a perpetuar o racismo e a intolerância, reafirmando a superioridade racial enquanto ferramenta de poder. Quando uma comunidade é considerada inferior, incivilizada ou menos humana, é mais fácil justificar atos de violência e crueldade contra ela. Quando as religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé, são consideradas demoníacas, o racismo religioso é justificado em nome da fé.

Diferenciar o Racismo e a Intolerância é fundamental para nos aprofundarmos no conceito sobre racismo religioso e interpretar toda a consequência que ele proporciona. O Dicionário de Ciências Sociais (1987) refere-se à intolerância como “à aceitação dogmática de uma série de concepções sociais, políticas e religiosas”. Na opinião dos autores, “um fator decisivo no aparecimento da atitude intolerante é o medo” e alude à intolerância em matéria religiosa, por parte da Igreja Católica. Por séculos, o catolicismo enraizou-se nas consciências dos sujeitos, afirmando-se como detentora da verdade eterna e sendo inevitavelmente uma instituição dogmática.

Com o crescimento do neopentecostalismo, observo que o monopólio da “verdade eterna” antes instituída pela igreja Católica não se limita apenas a grupos desses movimentos de igrejas evangélicas fundamentalistas, mas, orquestrado por eles, tornou-se o motivo para perseguição e descredibilidade de religiosidades não cristãs.

Nesse sentido, Cardoso (2003) observa:

[...] a tolerância, enquanto reconhecimento da diversidade cultural, contrapõe-se contra a hegemonia de qualquer cultura que domina e marginaliza as demais. Portanto a tolerância tem limites claros. Não se pode tolerar a intolerância nas relações de exploração entre povos, grupos e classes sociais. (Cardoso, 2003).

Para o autor, tolerar significa promover a igualdade, a resistência e o reconhecimento das culturas consideradas subalternas. Permitir ações “civilizatórias” dificultam a coexistência pacífica, mantém o sistema de dominação social e dificulta o diálogo entre culturas e religiosidades diferentes. Nesse sentido, penso que tolerar não seja sinônimo de acolhimento e desconstrução das narrativas e estereótipos negativos, mas uma desobrigação de aceitação dos sujeitos ou religião e no diálogo com a diversidade como caminho de respeito e de uma cultura de paz.

Apesar da ideologia em torno do mito da democracia racial no Brasil, que ajuda a mascarar as diversas manifestações de racismo, e privilegia a classe branca dominante, a luta dos movimentos negros tem proporcionado a implementação de políticas de ações afirmativas, visando ressignificar a vida e a história da população negra, oportunizando comunidades periféricas. No entanto, as burocracias e desinteresse de uma parcela dos governantes limitam o acesso e oportunidade não só à população negra e periférica, mas a mulheres, imigrantes, refugiados e as comunidades LGBTQIAPN+. O enfrentamento do racismo institucional exige mudanças estruturais e uma transformação cultural que desafie as estruturas de poder que continuam a manter essas desigualdades.

Sublinho o fato de que a intolerância religiosa não se tornou um problema apenas no Brasil, mas em diversos países ao redor do mundo. Em alguns lugares, essa situação é mais frequente e grave, dentre eles a Nigéria, a Arábia Saudita, a Índia, a França, os Estados Unidos e a Austrália, ocasionando diversas vítimas diariamente. Cristãos, hindus, mulçumanos, bahá'is e outras formas de expressões religiosas enfrentam conflitos, violências e ataques a locais sagrados.

No Brasil, a aproximação de facções criminosas e igrejas evangélicas em comunidades das grandes capitais sinaliza mudanças no ritmo, não só de religiões afro-brasileiras, mas em paróquias e comunidades católicas. A estrutura de poder nessas periferias é mantida pela união do narcotráfico com a doutrinação fundamentalista neopentecostal. Conforme a reportagem

publicada na página de notícias online do BBC News²² facções do tráfico usam referências religiosas para estender e controlar seu domínio, como evidencia a citação a seguir:

“A facção se autodenomina “Tropa de Arão” — uma figura cristã, irmão de Moisés. A estrela de David foi espalhada em muros e bandeiras nas entradas das favelas, e está até em um neon no alto de uma caixa d’água na comunidade Cidade Alta. O território foi batizado, segundo a polícia, de “Complexo de Israel” pelo chefe da Tropa — uma referência à “terra prometida” para o “povo de Deus” na Bíblia. (BBC News, 2023).

Nesse contexto relatado na reportagem, o uso de símbolos religiosos reflete uma estratégia dos “traficantes evangélicos” para marcar o território dominado pelo tráfico, inibindo, amedrontando ou se utilizando de grupos armados para impedir o livre funcionamento de terreiros e templos católicos. Nessas comunidades, os muros são usados como suporte para a escrita de mensagens “tudo é de Jesus” demonstrando que as religiões, em consonância ao crime organizado, a intolerância e o racismo religioso, ganham status de guerra.

O crescimento dos movimentos neopentecostais no Brasil tem contribuído para o acirramento das chamadas “guerras santas”, que fazem vítimas adeptos de diversos tipos de crenças, agnósticos e ateus, mas suas ações predominantes são, em sua maioria, direcionadas às populações e religiões afro-indígenas. Nascimento (2017) afirma que mesmo com o fim da escravidão, o racismo continua determinando a perseguição contra religiões afro-brasileiras, inclusive pelo Estado. Segundo o autor, o termo ‘intolerância religiosa’ é insuficiente para definir a violência contra a população praticante das religiões de matriz africana no país:

Por isso, penso que a noção de intolerância religiosa não é suficiente para entender o que acontece com as comunidades que vivenciam as tradições de matrizes africanas, pois não é apenas, ou exclusivamente, o caráter religioso que é recusado efetivamente nos ataques aos templos e pessoas vivenciadoras dessas tradições. É exatamente esse modo de vida negro, mesmo quando vivenciado por pessoas não negras, que se ataca; ou seja, mesmo pessoas brancas que vivenciem as tradições de matrizes africanas podem ser vítimas de um racismo originalmente destinado a elementos negros dessas tradições. (Nascimento, 2017, p. 54).

Na opinião do autor, a violência contra as religiões afro-brasileiras vai para além do aspecto racial, se estendendo a qualquer tipo de pessoas que pratique ou valorize as religiosidades afro-brasileiras. Nesse sentido, compreendo que o conceito intolerância religiosa não comporta a violência e discriminação contra essas religiões, tendo em vista que a

²² Reportagem exibida no dia 12 de maio de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/05/12/narcopentecostalismo-traficantes-evangelicos-usam-religiao-na-briga-por-territorios-no-rio.shtml> Acesso em: 30 mai. 2024.

perseguição e atentados não se limitam apenas ao aspecto religioso, mas envolve a rejeição ao modo de vida negro.

O legado da colonização euro-cristã no Brasil personificou uma imagem negativa e demoníaca das religiões afro-brasileiras, onde o racismo e a cultura negra têm um papel central. A eterna guerra entre o bem e mal, o céu e o inferno é propensa a ser perpetuada pelas religiões cristãs através de um sistema de hierarquia opressivo, violento e mais difícil de ser combatido. É preciso uma visão amplificada e convergente para entender que a perseguição e a violência contra as espiritualidades afro-brasileiras vão além do fator religioso e alcançam questões justificadas e perpetuadas pelo racismo estrutural e suas diversas manifestações.

1.4 Racismo Religioso

Quebra! Quebra! Quebra em nome de Jesus! Jesus se encolhia num canto, assustado por usarem seu nome na contramão dos princípios humanistas!

Mulheres e crianças se abrigaram no fundo do barracão, rogando para que a agressão acabasse logo! Para que nenhum homem de terreiro chegasse e se visse obrigado a enfrentar dois crentes.

Caiu água forte, chuva de raio e vento. Eparrei Oyá! Eparrei! Todo mundo saudou a senhora das tempestades pedindo proteção. Algumas mulheres em voz baixa, outras, mentalmente!

(Cidinha da Silva)

O Candomblé, a Umbanda e a Jurema são espiritualidades que combinam elementos de tradições africanas, indígenas e europeias. Nascidas em solo brasileiro, representam a resistência dos africanos da diáspora, que adaptaram neste país um modo de vida e espiritualidade reconstruídas a partir das heranças ancestrais e reunindo nas religiões afro-brasileiras as divindades que em África eram cultuadas separadamente.

Os terreiros, por excelência, simbolizam a memória e a resistência ancestrais. São espaços sagrados onde cultos e rituais preservam as crenças, a cultura e a espiritualidade afro-brasileira. Além do compromisso com o sagrado, os terreiros funcionam como locais de acolhimento e proteção para a comunidade negra. Organizada numa estrutura hierárquica e familiar, é no terreiro onde as narrativas orais desempenham papéis educativos, bem como, as culturas e os valores são transmitidos aos mais jovens pelos Babalorixás e Ialorixás.

Concretizada em ambiente de disputas e enfrentamentos, consequências das perseguições e violências coloniais, os Candomblés são constituídos de três grandes grupos

étnicos que vieram ao Brasil, por meio dos negros da diáspora: os Bantos, os Iorubás e os Fon-Ewés. Cada um desses grupos trouxe consigo as culturas, as línguas, as tradições religiosas e influenciou a estrutura das comunidades afro-indígenas que temos hoje no Brasil.

Semelhante ao Candomblé, a Jurema é uma religião tipicamente brasileira, originada no nordeste de Pernambuco, que adapta suas práticas religiosas a elementos do catolicismo, do espiritismo kardecista e das cosmologias africanas e indígenas²³. A árvore da jurema presente nos rituais sagrados e no culto aos ancestrais e seus panteões compostos por caboclos típicos do sertão nordestino são características próprias de uma religiosidade marcada pelas tradições espirituais do povo indígena do Nordeste do Brasil.

A Umbanda sincretiza elementos e práticas religiosas africanas, do catolicismo e do kardecismo. Representação da miscigenação cultural e religiosa brasileira, busca uma conexão espiritual com ancestrais que representam as diferentes camadas da sociedade como preto velho, caboclos e crianças. Desse encontro cultural e religioso entre as tradições dos colonizadores europeus com as africanidades da diáspora originaram novas tradições, culturas e religiosidades que descrevo nesta dissertação, por se tratar de uma análise do acolhimento/rejeição das religiões afro-brasileiras em Pernambuco, como afro-indígenas. Esse conceito reconhece e valoriza a origem da população brasileira, enquanto diversa e ampara a luta contra o racismo, reconhecendo as contribuições dos afrodescendentes que, sequestrados e trazidos para cá, fizeram para construção da “história no Brasil”.

A partir do encontro entre as várias religiosidades e as inúmeras expressões culturais, o cenário social brasileiro torna-se uma grande colcha de retalhos onde a diversidade e a pluralidade de pensamentos despertam o racismo e a intolerância de grupos fundamentalistas. Como mencionado nesta pesquisa, as agressões experimentadas pelo povo de santo combinam aspectos religiosos e raciais, tornando inadequada a natureza de intolerância religiosa para crimes cometidos no contexto religioso dos afrodescendentes no Brasil. Acentuo que o objetivo desta dissertação é a pesquisa sobre o racismo religioso. No que se refere ao Racismo Religioso, Claudiene dos Santos Lima, em seu trabalho de conclusão de curso²⁴, define da seguinte maneira:

O racismo pode ser definido como crenças na existência de raças superiores e inferiores. Dessa forma é passada a ideia de que por questões de pele e outros traços físicos, um grupo humano é considerado superior ao outro. Ao direcionar os

²³ Originária do nordeste brasileiro, a jurema tem fortes raízes nas tradições indígenas dos povos Tupi e Tapuia.

²⁴ Foi no trabalho de conclusão de curso de Claudiene dos Santos Lima que o termo Racismo Religioso foi utilizado pela primeira vez em um trabalho acadêmico.

argumentos racistas para as religiões, tem-se o racismo religioso, através do qual se discrimina uma religião (Lima, 2012, p. 9).

No pensamento da autora, o racismo religioso amplia e aprofunda o conceito de racismo, tomando como base a crença na existência de raças superiores e inferiores, se estendendo para o aspecto religioso. Diferentemente da intolerância religiosa, o racismo religioso atinge diretamente comunidades e religiosidades afro-brasileiras pela associação com a identidade negra e africana. Conforme Nascimento (2017), “é fundamental ressaltar o entrecruzamento das relações entre racismo e práticas de violência, relacionado aos ataques às “religiões de matrizes africanas”. Nesse contexto, a cor da pele e o modo de viver são os grandes influenciadores das violências contra adeptos de religiões afro-brasileiras.

A mobilização de um grupo em tornar civilizados²⁵ os primitivos,²⁶ resultou em um processo de violenta perseguição e morte contra afrodescendentes e indígenas. No Brasil, os europeus acreditavam que suas culturas, valores e sistemas familiares e sociais eram superiores a todas as outras e a separação entre civilizados e bárbaros foi utilizada para justificar o processo de escravização de negros e negras da diáspora.

A comparação entre civilização e barbárie adentrou o campo religioso. A propagação do cristianismo e a tentativa de desmonte de religiões não cristãs foram investidas na missão catequética e civilizadora contra afrodescendentes e indígenas. Dessa maneira, a violência, a perseguição e a demonização foram instrumentos de dominação, exploração e manutenção de poder dessas culturas hegemônicas que se beneficiavam do trabalho escravo de afrodescendentes que foram sequestrados para Brasil.

A representação negativa das religiões afro-brasileiras associada às práticas consideradas “magia negra” ou “feitiçaria” foram difundidas como perigosas ou malignas, reforçando estereótipos por correntes religiosas tradicionalistas. Nesse cenário, friso que ainda na sociedade contemporânea é recorrente a associação de crimes que envolvem distúrbios mentais da personalidade humana à falsa ideia de “magia dos negros”. Flor do Nascimento (2017) afirma que o legado construído pelos afrodescendentes e a violência sofrida por essa comunidade é compreensível quando observado pela ótica do racismo religioso:

E se são esses legados africanos que incomodam nas religiões de matrizes africanas é mais que compreensível o motivo pelo qual o racismo religioso seja a causa

²⁵ O conceito de civilização pelos europeus no período de colonização (séc. XV) foi moldado por uma visão etnocêntrica que colocava as culturas europeias como ápice do desenvolvimento humano.

²⁶ Essa visão desvalorizava as culturas, religiões e sistemas sociais dos povos colonizados, colocando-os em estágio inferior do desenvolvimento humano e civilizacional, justificando a escravização desses povos.

fundamental desses lamentáveis ataques que assistimos lastimavelmente crescer em nosso país! São vidas extirpadas, territórios depredados, incendiados, pessoas agredidas física e moralmente, alianças entre lideranças criminosas que forçam as próprias pessoas das comunidades de terreiros a destruírem seus símbolos e territórios sob a ameaça de armas (Nascimento, 2017, p. 55).

Dessa forma, o que motiva os ataques às religiões afro-brasileiras vai além da intolerância, as violências firmam-se na intensa aversão à identidade racial e ao legado dos africanos. Sendo assim, as narrativas de determinados grupos religiosos fundamentalistas e neopentecostais colaboram diretamente para o crescente aumento da perseguição e violação contra terreiros e adeptos de religiões. Recorrendo à promessa da salvação, católicos e evangélicos fundamentalistas, em consonância com políticos de extrema-direita, vêm desempenhando um papel significativo na rivalidade entre confissões religiosas, inserindo-se cada vez mais nos espaços públicos e privados.

A ocupação desses espaços, além de dificultar o diálogo entre as diversas religiões, compromete a garantia dos direitos dos praticantes de comunidades apontadas como minoritárias e viola o princípio de democracia e laicidade do Estado. Adentrar a dimensão dos direitos humanos é romper com o direito de existir de mulheres, LGBTQIAPN+, negros, religiosos e demais pessoas que não se enquadram no contexto social, formado por homens brancos, heterossexuais e cristãos. As religiões afro-brasileiras possuem um grande poder de resistência. O acolhimento às diversidades, desmonta um projeto político de dominação evangélica cujo objetivo é a exclusão e o silenciamento de grupos minoritários na sociedade contemporânea, visto que o racismo religioso não tenta aniquilar apenas o contexto religioso das populações afro-brasileiras, mas silenciar e excluir do convívio social todo contexto histórico, cultural e social onde essas comunidades estão inseridas.

A destruição de um lugar sagrado é um ato de violência que carrega significados profundos tanto para a identidade ancestral negra como para a religiosidade em si. Como integrante do Fórum Diálogos da Diversidade Religiosa em Pernambuco, várias denúncias de violação a terreiros e enfrentamentos religiosos chegam ao conhecimento do Fórum. Na cidade do Recife, em julho de 2024²⁷, um casal tentou destruir uma área de convivência de um terreiro localizado no Bairro da Várzea. A ação criminosa tomou como alvo a cultura de acolhimento, os serviços prestados àquela comunidade. Exemplos como esses são violências recorrentes cujo alvo principal são as religiões afro-brasileiras. Adeptos dessas espiritualidades enfrentam

²⁷ Reportagem exibida em 04 de julho de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2024/07/04/homem-destroi-com-marreta-jardim-em-terreiro-de-candomble-e-e-denunciado-por-depredacao-e-injuria-video.ghtml>. Acesso em: 30 jul. 2024.

frequentemente a marginalização e exclusão em ambientes sociais, reforçando os sistemas de opressão, violando muitas vezes o direito de ir e vir.

A educação deve colaborar com a construção de uma consciência étnico-racial e transreligiosa. O ensino das culturas, histórias e contribuições de povos africanos, afrodescendentes e indígenas deve fazer parte dos currículos escolares e atividades pedagógicas. Da mesma forma, é preciso ressaltar a necessidade da oferta de um ensino religioso que não contemple apenas uma matriz religiosa, mas aborde a diversidade religiosa de forma laica.

A escola é um espaço destinado ao aprendizado, à socialização e ao desenvolvimento de valores. Não ter a história reconhecida e não se sentir acolhido pela comunidade escolar contribui para o baixo rendimento e a taxa de evasão sempre crescente entre os estudantes negros e negras. Os conhecimentos, das diversas culturas e religiosidades, devem ser difundidos e utilizados como forma estratégica de descontinuidade de um ensino hegemônico euro-cristão. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) no seu artigo 12 considera:

Toda pessoa tem direito à liberdade de consciência e de religião. Esse direito implica a liberdade de conservar sua religião ou suas crenças, ou de mudar de religião ou de crenças, bem como a liberdade de professar e divulgar sua religião ou suas crenças, individual ou coletivamente, tanto em público como em privado (Organização dos Estados Americanos, Convenção Americana de Direitos Humanos [“Pacto de San José de Costa Rica”], 1969, art. 12).

Um dos instrumentos internacionais mais importantes para o nosso país, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, ou Pacto de San José de Costa Rica, representa um marco jurídico para proteção dos direitos humanos e da liberdade religiosa. Praticar e professar ou não uma crença religiosa, tendo seus direitos respeitados, garantia de coexistência pacífica e o respeito pelas diversidades fortalecem a democracia, a liberdade religiosa e uma cultura de paz.

Dessa forma, é preciso garantir meios que cheguem aos conhecimentos da sociedade brasileira, instrumentos de proteção dos direitos de todos os cidadãos, principalmente o direito de crença. O que se entende é que as religiões afro-brasileiras não têm reconhecimento, por parte significativa da sociedade, que historicamente tem desvalorizado a diversidade cultural e religiosa do país. É através da educação que essa realidade pode ser transformada.

2. A EDUCAÇÃO A PARTIR DO QUE SE CONTA

Mas a guerra continua. E durante anos ainda teremos que cuidar das múltiplas feridas, por vezes indeléveis, causadas a nossos povos pela onda colonialista.

(Frantz Fanon)

O diálogo não é apenas um ato isolado ou uma forma de comunicação, ou até uma técnica pedagógica, mas é a construção coletiva de ver, entender e interpretar o mundo. É um caminho de humanização, um encontro entre sujeitos onde e quando todos devem ter igualdade para falar e ouvir. Trazer Paulo Freire para essa pesquisa é reafirmar o meu compromisso enquanto professora e cientista da religião com uma educação que coloca o diálogo como papel central, fundamental para tomada de consciência de si e de sua realidade.

Diferente de uma educação que silencia as vozes dos oprimidos, a educação deve cumprir o seu papel ao proporcionar o acesso à história e a cultura de vários povos que por muitos séculos foram excluídas e silenciadas nos currículos e nas práticas pedagógicas das escolas brasileiras. São através dessas histórias contadas em sala de aula que estudantes se reconhecem como pertencentes a sociedade, e podem, através da construção de um senso crítico, tornarem-se capazes de questionar e transformar as estruturas de poder e as formas hierárquicas de organização social.

A inclusão desses grupos no currículo escolar ou nas práticas e nos projetos pedagógicos é fundamental para a preservação da história e tradição de cada povo. Contar a história de lutas, injustiças e conquistas de africanos da diáspora e dos povos originários é expor diferentes pontos de vista que permitirão aos estudantes desenvolver uma visão crítica sobre as questões sociais que os cercam. É por meio da educação que os sujeitos constroem uma percepção sobre quem são, de onde vêm e aonde querem chegar em sociedade.

Em contrapartida, é por meio de práticas hegemônicas que as histórias e experiências de grupos étnico-raciais e religiosos são negligenciadas, distorcidas e submetidas a diversas formas de manifestação do racismo e de visões preconceituosas sobre a religiosidade e cultura de um povo. Mais uma vez insisto que a escola é o lugar da diversidade humana. Promover um ambiente inclusivo significa permitir que os estudantes tenham suas vivências reconhecidas, representadas e validadas através das narrativas de outros povos. Porém, a realidade é que há um número significativo de escolas que não acolhe e não valoriza a diversidade étnica e religiosa, que é tratada como inferior.

E escritora bell hooks (2017), quando traz sua experiência de professora e educadora, compreende a prática discente como uma prática para a libertação e expõe o medo de professores em abordar um ensino a partir do ponto de vista pluralista:

A falta de disposição de abordar o ensino a partir de um ponto de vista que inclua uma consciência de raça, do sexo e da classe social tem suas raízes, muitas vezes, no medo de que a sala de aula se torne incontrolável, que as emoções e paixões não sejam mais represadas (hooks, 2017, p.55).

Para a autora, o medo dos professores em perder o controle da situação em sala de aula está enraizado na segurança que práticas pedagógicas tradicionais proporcionam. Não trazer para discussão as diversidades presentes em sala de aula e não as explorar de maneira construtiva e emancipadora é uma forma de perpetuar e reproduzir as desigualdades no espaço escolar.

No Brasil, os índices de intolerância e racismo religioso crescem assustadoramente durante anos consecutivos. Pessoas de religiões não cristãs ou que não confessam uma determinada fé sofrem violências e abusos de poder diariamente. Um caso que demonstra essa violência religiosa aconteceu com a estudante Loyane Barbosa, impedida de entrar numa Escola Cívico Militar, na cidade de Sobradinho, Distrito Federal, por usar fios de contas²⁸. Nesse contexto não só o acesso à escola é negado aos estudantes, mas também o direito à liberdade de crença garantido pela Constituição Federal. No decorrer desta pesquisa pude observar o receio e o constrangimento de estudantes e professores ao serem questionados sobre a aceitação das religiões afro-indígenas. Compreendo esse desconforto como consequência da imagem negativa construída ao longo dos séculos a respeito dessas religiosidades.

Ainda é um grande desafio a implementação de uma educação que contemple as diversidades étnicas, raciais e religiosas. A hegemonia do currículo, das narrativas e a falta de professores dispostos a romperem com a hierarquização de conhecimentos contribuem para visibilidade de uma cultura em detrimento de outra. Gomes (2012) compreende a hierarquização como um processo resultante da colonização e exploração que se consolidaram como formas de violências implícitas, marginalizando povos e culturas consideradas não civilizadas. Segundo a autora:

²⁸ A estudante, adepta da Umbanda, foi vítima de racismo religioso numa Escola Cívico Militar, na cidade de Sobradinho/DF, ao ser impedida de entrar na escola por estar usando fios de contas. Um segundo episódio de racismo religioso aconteceu quando o Pai de Santo foi xingado em decorrência da violência sofrida pela estudante. Matéria disponível na página de notícias Metrôpoles no endereço digital: <https://www.metrôpoles.com/distrito-federal/mae-de-vitima-de-racismo-religioso-desabafa-impedida-de-estuda>. Acesso em: 23 ago. 2024.

Um paradigma que compreende que não há hierarquias entre conhecimentos, saberes e culturas, mas, sim, uma história de dominação, exploração, e colonização que deu origem a um processo de hierarquização de conhecimentos, culturas e povos. Processo esse que ainda precisa ser rompido e superado e que se dá em um contexto tenso de choque entre paradigmas no qual algumas culturas e formas de conhecer o mundo se tornaram dominantes em detrimento de outras por meio de formas explícitas e simbólicas de força e violência. Tal processo resultou na hegemonia de um conhecimento em detrimento de outro e a instauração de um imaginário que vê de forma hierarquizada e inferior as culturas, povos e grupos étnico-raciais que estão fora do paradigma considerado civilizado e culto, a saber, o eixo do Ocidente, ou o “Norte” colonial (Gomes, 2012, p. 102).

Essa colonização não se limitou à conquista territorial, mas à imposição de um regime cultural e religioso que relegou a cultura do Norte e Ocidental o domínio das formas de poder de ser e de crer. Essa cultura de domínio é compreendida pela autora como um processo que precisa ser rompido. É por meio do diálogo justo e equitativo que a decolonialidade das estruturas educacionais, sociais e políticas acontece e contribui para o rompimento dos processos de subalternação e hierarquização.

A colaboração de um currículo inclusivo que valorize as narrativas étnico-raciais e religiosa ajuda a construir um ambiente igualitário e que contribui para a redução das discriminações e racismo. A história do povo negro não se reduz à escravização, as contribuições nas diversas áreas de conhecimentos devem fazer parte do currículo escolar, fortalecendo o senso de pertencimento e autoestima dos estudantes.

Quando os estudantes têm acesso às histórias e contribuições de diversos grupos étnicos, raciais e religiosos, essas narrativas desconstróem estereótipos, preconceitos e discriminações alimentados por grupos dominantes durante séculos. Para que a escola seja um espaço de acolhimento e respeito às diversidades é preciso reconhecer e combater as estruturas de poder que alimentam as diversas formas de intolerância e racismo.

Nesse contexto, a falsa ideia de democracia racial colabora para mascarar as desigualdades e práticas excludentes em ambientes escolares. Estudantes negros e indígenas enfrentam a falta de acesso de uma educação de qualidade e o ambiente escolar reflete as desigualdades presentes na sociedade. Freire (2000) ressalta a importância do Estado para garantir que a democracia se concretize:

Não creio na democracia puramente formal que “lava as mãos” em face das relações entre quem pode e quem não pode porque já foi dito que “todos são iguais perante a lei”. Mais do que dizer ou escrever isto, é preciso fazer isto. Em outras palavras, a frase se esvazia se a prática prova o contrário do que nela está declarado. Lavar as mãos diante das relações entre os poderosos e os desprovidos de poder só porque já foi dito que “todos são iguais perante a lei” é reforçar o poder dos poderosos. É imprescindível que o Estado assegure verdadeiramente que todos são iguais perante a

lei e que o faça de tal maneira que o exercício deste direito vire uma obviedade (Freire, 2000, p. 48-49).

Na perspectiva freiriana, a falta de ação frente à estrutura de poder é uma escolha política e intervém diretamente nas relações hierárquicas que perpetuam a dominação e as diversas formas de desigualdades sociais. Concordo com o autor quando ele fala que não basta que o Estado apenas promulgue leis, mas é necessário à sua efetividade e o seu cumprimento para corrigir as desigualdades presentes na sociedade contemporânea.

Pesquisar essa temática contribuiu para que eu entendesse que é preciso um esforço conjunto, do Estado, da gestão escolar, docentes e toda a comunidade escolar, para que o diálogo com as diversidades chegue ao chão da escola. A exemplo dessa realidade, pude observar a efetivação da Lei 10.648/03, que torna obrigatória o ensino da cultura e história dos africanos e afro-brasileiros na Rede de Educação Básica, promulgada a mais de vinte anos (20) e ausente do contexto escolar de grande parte das escolas públicas pela falta de capacitação de alguns gestores e professores que são evangélicos. A Lei não se limita ao contexto religioso de africanos e afro-brasileiros, mas uma interpretação limitada de que essa Lei é associada apenas a esses povos, dificulta o acesso ao contexto histórico-social.

As escolas brasileiras são marcadas por uma educação predominantemente cristã e a falta de projetos educacionais que englobem a diversidade religiosa no currículo escolar reforça a necessidade de uma cultura euro cristã, apresentada como a norma social a ser seguida. Nesse contexto, educar para a libertação se torna uma tarefa complexa já que a ideia colonial perdura até hoje e nossas escolas ainda suprimem as culturas e religiosidades não cristãs, na tentativa de apagamento dessas.

A falsa ideia de democracia oculta a visão distorcida e preconceituosa nas relações entre grupos diferentes e, no chão da escola, a distância do que é declarado e o que é praticado afeta o desempenho de estudantes negros e indígenas. Mais uma vez, reafirmo que para a efetivação de uma legislação antirracista e um ensino religioso laico é preciso fiscalização. Onde deveria ser espaço de diversidade e transformação social, nesse contexto, reflete e reproduz a dominação de uma cultura em detrimento de outra.

As estruturas hierárquicas, muitas vezes, silenciam as vozes dos estudantes que não se reconhecem como pertencentes ao grupo ou que têm suas opiniões não levadas em consideração. Até a primeira metade do século XX, as religiões afro-brasileiras foram perseguidas, marginalizadas e demonizadas pelas instituições, incluindo a educação, que reflete no seu currículo e nas práticas cotidianas a hegemonia das religiões cristãs.

Pinheiro (2023), professora e idealizadora da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa, considera a educação como meio de socializar os conhecimentos construídos historicamente:

[...] a educação tem a função ontológica de socializar os conhecimentos sistemáticos produzidos historicamente pelo coletivo com as novas gerações, de modo que não precisamos reinventar a roda a cada novo tempo; nos apropriamos dos saberes já postos e damos continuidade ao mundo, elaborando o novo constantemente, superando e construindo a história por ruptura ou incorporação (Pinheiro, 2023, p. 23).

Nesse sentido, a educação defendida pela autora dialoga com a teoria freiriana de uma educação para a libertação. O processo transformador possibilita a incorporação de novos saberes e desenvolve a humanidade dos sujeitos. Sendo assim, quando as instituições educacionais não dialogam com as diversidades existentes na escola não é permitida uma ruptura com as práticas violentas de poder e superação de paradigmas.

O silenciamento e a discriminação contra as religiões afro-brasileiras são a realidade de estudantes adeptos dessas religiosidades. Agressões verbais e físicas, zombarias, proibições do uso de guias e fios de contas violam a liberdade religiosa, garantida pela Constituição²⁹ e reforçam o racismo religioso contra essas tradições.

Na atualidade, presenciamos a influência do fundamentalismo religioso³⁰ dentro do ambiente escolar e a promoção de uma visão religiosa exclusivista que estimula a discriminação contra as religiões minoritárias. Em alguns casos essa imposição dogmática interfere diretamente no currículo escolar e no material de apoio utilizado pelas escolas como subsídio para uma pedagogia que contemple as diversidades, como aconteceu com o livro infantil *Amoras*, do escritor e rapper Emicida³¹.

A obra conta a história de uma menina negra que estava aprendendo a reconhecer o mundo. Esse livro foi riscado por uma mãe de um aluno que escreveu em contraposição em

²⁹ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Título II Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Art. 5º Inciso **VIII** — ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

³⁰ O fundamentalismo religioso é definido como uma postura religiosa rígida, que tenta impor seus valores à sociedade, perseguindo ou deslegitimando outras crenças. Para Faustino Teixeira, diante da ameaça globalizadora, o fundamentalismo religioso reage com a afirmação tradicional da tradição e rejeita o diálogo com a modernidade e qualquer possibilidade de reflexividade da tradição. Disponível em: <https://fteixeira-dialogos.blogspot.com/2010/04/o-fundamentalismo-em-tempos-de.html>. Acesso em: 25 nov. 2024.

³¹ O caso de racismo religioso com os livros infantis do escritor e rapper Emicida foi divulgado na página virtual do G1 Bahia. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/03/07/livro-infantil-de-emicida-e-alvo-de-intolerancia-religiosa-praticada-por-mae-de-aluno-em-escola-de-salvador.ghml>. Acesso em: 22 ago. 2024.

suas páginas, versículos bíblicos e ainda enfatizou que eram falsas as informações sobre os Orixás. Apesar do crime ser registrado como racismo religioso, a mãe do estudante negou ter cometido racismo religioso. Considero a falta de entendimento da mãe do estudante como uma consequência da falta de acesso a uma educação que desmitifique os estereótipos negativos em torno das religiosidades afro-brasileiras.

O princípio laico deve garantir a separação entre Estado e Religião e a escola pública deve ser igualitária, sem privilégio de crenças. Assim como na Constituição, a Declaração dos Direitos Humanos, no seu artigo 18, garante:

Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto em público ou em particular (ONU, 1948, art. 18).

Respeitando os princípios de laicidade, as instituições educacionais devem garantir o respeito às diversidades religiosas e culturais, promovendo um ambiente onde as comunidades escolares possam conviver sem violência e perseguição. Da mesma forma que as escolas podem atuar como um espaço onde as intolerâncias e as diversas manifestações de racismo acontecem e se perpetuam de forma direta, violando a Laicidade do Estado, a falsa ideia de democracia racial e o ocultamento da diversidade cultural reforçam a manutenção do poder de grupos hegemônicos.

A sociedade contemporânea tenta vender a ideia de superação do racismo e a falsa ideia de igualdade perante a lei, ignorando experiências concretas de perseguição e violência contra a cultura e religiosidade dos povos considerados subalternos. Sobre a visão distorcida sobre as relações de poder, Gonçalves e Silva (2007) afirma:

O ocultamento da diversidade no Brasil vem reproduzindo, tem cultivado, entre índios, negros, empobrecidos, o sentimento de não pertencer à sociedade. Visão distorcida das relações étnico-raciais vem fomentando a ideia, de que vivemos harmoniosamente integrados, numa sociedade que não vê as diferenças. Considera-se democrático ignorar o outro na sua diferença (Gonçalves e Silva, 2007, p. 498).

Segundo a autora, ignorar as diversidades existentes no Brasil, enquanto se vende uma ideia de integração harmoniosa, gera uma marginalização e limita os direitos básicos desses grupos, como educação, saúde e moradia digna. Essa dominação construída ao longo dos séculos, reproduz no sistema educacional a perpetuação das desigualdades sociais e transforma a escola em um espaço que não dialoga com as diferenças.

É preciso agir efetivamente na promoção da inclusão e combate ao racismo, para isso, a educação é o instrumento mais eficaz para que o diálogo entre as diversas culturas e religiões aconteça. As políticas públicas voltadas para educações pluralistas contribuem para a diminuição do preconceito racial, da demonização religiosa e da hegemonia das religiões e culturas dominantes.

2.1 O que conta a Lei – LDB/BNCC

Não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio.

(Paulo Freire)

Ao voltar o meu olhar para a história do povo negro, tomei conhecimento de que o grande sonho de libertação não foi alcançado com a assinatura da Lei Áurea. Apesar da assinatura da lei, a luta pela sobrevivência e existência dos povos sequestrados de África continuou marcada pela perseguição, marginalização e desigualdades. No Brasil, o último país a abolir a escravidão, a realidade após esse fato refletiu a exclusão da população “liberta”, especialmente no acesso ao mercado de trabalho e à educação. Os sistemas econômicos e sociais que justificavam o uso, a manutenção do poder e a exploração desses povos tomaram novas formas de atuação e abarcaram a sociedade contemporânea com a mesma violência de séculos atrás.

Compreendo que a manutenção dos privilégios da elite colonial branca, levou à exclusão e à marginalização da população negra. Os altos índices de evasão escolar são consequência dos privilégios dessa classe dominante. A falta de acesso à educação, trabalho e moradia fortaleceu as desigualdades de classes no período pós-abolição, como constata Fernandes (2008):

Com a abolição pura e simples, porém, a atenção dos senhores se volta especialmente para os seus próprios interesses. Os problemas políticos que os absorviam diziam respeito a indenizações e aos auxílios para amparar a “crise da lavoura”. E a posição do negro no sistema de trabalho e sua integração à ordem social deixam de ser matéria política (Fernandes, 2008, p.30).

A abolição não representou a libertação da população negra escravizada, mas uma readequação e manutenção das estruturas de poder dos senhores em seus próprios interesses. Porém, foi no período pós-abolição quando vários Movimentos Negros ganharam visibilidade, que as reivindicações e as lutas pela valorização do povo negro, o combate ao racismo e

condições de vida mais justa ganharam força. Da mesma maneira, os questionamentos sobre as novas formas de escravização e as exigências dos direitos do povo negro pautam o discurso dos movimentos na luta contra a desigualdade social e isso desencadeia a implementação de leis que orientaram a elaboração de políticas públicas de reparação, como por exemplo, as cotas raciais.

Dentre organizações e Movimentos Negros, destacamos as três mais conhecidas pela atuação na luta pelos direitos sociais da população negra.

- A Frente Negra Brasileira (FNB), criada em 1931, foi uma das precursoras a reivindicar os direitos civis, o fim da discriminação racial, o acesso ao trabalho, educação e espaços públicos. O FNB influenciou movimentos e organizações que surgiram posteriormente.
- O Teatro Experimental Negro (TEN), criado em 1944 pelo ator e diretor Abdias Nascimento. Surgiu com objetivo de promover um discurso antirracista, valorizar a cultura negra e abrir espaço para atores negros no teatro. O TEN desenvolveu várias atividades que abriram espaço para a conscientização das lutas sociais.
- O Movimento Negro Unificado, criado em 1978, é uma das mais importantes organizações na luta contra o racismo. O MNU surgiu durante o período da ditadura em resposta à crescente indignação da violência racial e discriminação enfrentada pela população negra e permanece ativo e engajado na defesa de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Considerada uma das vozes mais importantes na luta contra o racismo, em suas várias frentes de atuação, o Movimento Negro Unificado contribuiu significativamente com avanços que dizem respeito às questões raciais. No contexto de lutas e conquistas dos movimentos negros, formulação de leis e diretrizes educacionais são passos importantes na promoção de educação antirracista e de respeito às diferenças.

Os povos negros durante mais de 4 séculos foram abandonados e negligenciados pelo Estado e o acesso à educação era limitado e apenas um pequeno contingente de negros “libertos” tinha o acesso à escola pública. Além disso, a vaga na escola era restrita, quando existia, era segregada e excludente. A sociedade dominante considerava como prioridade a elite branca, além disso, algumas instituições e famílias resistiam a aceitar estudantes negros. Em contrapartida, os negros se organizaram e reivindicaram seus direitos, construíram escolas e associações para suprir a carência da comunidade.

Além do acesso à educação, movimentos negros buscaram oferecer uma educação em que as histórias, as culturas e as ancestralidades dos seus povos fossem valorizadas. Reitero

que, nessa época, os espaços onde e quando eram possíveis ter aulas, reforçavam uma perspectiva eurocêntrica e retratavam a população negra de forma estereotipada e pejorativa. É nesse contexto, que surge o movimento negro, lutando e resistindo a favor do povo marginalizado na construção de um projeto educativo. A esse respeito, Gomes destaca (2011):

Nesse sentido, é possível afirmar que este movimento social apresenta historicamente um projeto educativo, construído à luz de uma realidade de luta. Esse se choca, muitas vezes, com a racionalidade hegemônica que impera na teoria social e pedagógica, visto que apresenta outro tipo de saber, construído numa história em que a diversidade étnico-racial sempre esteve presente, em que a alteridade sempre esteve pautada, não só no reconhecimento do Outro, mas na luta política de ser reconhecido como um Outro que tem direito de viver a sua diferença e ver sua cultura e sua identidade respeitadas tanto no cotidiano das escolas e dos seus currículos quanto na política educacional (Gomes, 2011, p. 137).

Historicamente, os movimentos negros se destacam pela oposição à hegemonia eurocêntrica das práticas e currículos escolares. Gomes (2011) ressalta a importância do respeito e da inclusão de estudantes que tiveram suas identidades, cultura e religiosidade sequestradas, marginalizadas e excluídas do ambiente social e escolar.

Grupos em estado de vulnerabilidade, são vítimas desse sistema opressivo de poder que transformou o Brasil nos últimos anos em um país com indicadores crescentes de violência. Apesar dos avanços significativos em políticas públicas, a população LGBTQIAPN+, negros e adeptos de religiões afro-brasileiras são vítimas de preconceitos e intolerâncias. É possível notar políticas públicas educacionais de enfrentamento aos vários tipos de preconceitos e racismo em instituições de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são exemplos de legislações que ajudam a criar caminhos necessários para a implementação de uma educação que valorize as diferenças.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), conhecida como Lei 9.394/1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, trazendo para a discussão as demandas da sociedade brasileira. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que define as aprendizagens essenciais a serem trabalhadas nas escolas brasileiras de toda a Educação Básica, da Educação Infantil até o Ensino Médio. Contribuindo com uma educação inclusiva e democrática, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em seu artigo 26 estabelece:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a

luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 1996, Art. 26).

Proporcionar aos estudantes o acesso a conteúdo referente à história e à cultura afro-brasileira e indígena é contribuir para a formação, o reconhecimento das contribuições das populações que não tiveram sua história reconhecida durante séculos.

A discussão sobre os direitos das populações compreendidas como minoritárias, possibilitou avanços na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Visando atender às necessidades dessa população, a Lei 9.394/1996, que estrutura o currículo da educação básica, foi alterada pela Lei 10.639/2003, tornando obrigatória a história e a cultura afro-brasileira nos currículos escolares da escola básica. Outra modificação aconteceu em 2008, quando o presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, promulgou a Lei 11.645/2008, marco importante para a educação brasileira, onde foram incluídos ao currículo, a história e a cultura indígena.

Uma conquista dos Movimentos Negros, que merece destaque, é a participação da professora Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, primeira negra a participar como conselheira do Conselho Nacional de Educação. Representação das vozes negras que por séculos foram silenciadas, Petronilha Beatriz foi uma das responsáveis pela elaboração do Parecer CNE/CP 003/2004. O documento fundamenta a aplicação da Lei 10.639/2003 e torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras.

Tomando como base a legislação conquistada pelos Movimentos Negros, Zubaran e Silva (2012) refletem a importância da construção de um currículo pluralista, que não silencie as vozes dos diversos povos que compõem a sociedade brasileira, afirmando:

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, evitando-se distorções, envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro. É um meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais e tem por objetivos o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas. (Parecer CNE/CP 003/2004, p. 11).

Nesse contexto, um dos desafios da educação, é a desconstrução de estereótipos que fortalecem a discriminação e o racismo. Além de influenciar políticas educacionais de combate

ao racismo, o documento orienta a revisão dos livros didáticos e recomenda práticas pedagógicas que incentivem a pluralidade e promovam um ambiente escolar inclusivo e democrático. Uma articulação que conecte os acontecimentos históricos aos desafios e necessidades atuais da população negra contribui para que estudantes construam um pensamento crítico e, assim, valorizem e identifiquem as heranças culturais das suas ancestralidades.

A construção de identidades dos estudantes e a conexão com sua história e ancestralidade acontecem quando os sujeitos se veem representados na história e cultura que contribuíram de forma positiva para a formação do país. O ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana deve desconstruir as visões estereotipadas e preconceituosas disseminadas, através dos séculos, e contribuir para a construção de identidades da população afro-brasileira e indígena.

O Parecer CNE/CP 003/04, é um documento histórico por propor uma visão mais ampla de temas antes negligenciados e invisibilizados. Esse documento valoriza as contribuições da população negra e o reconhecimento das diferentes identidades, crenças e culturas. A mudança legislativa foi resposta à luta dos movimentos sociais e indígenas que destaca a importância de uma educação que ressalte a contribuição das matrizes indígenas na formação do povo brasileiro.

A BNCC evidencia, em seu texto, a promoção de igualdade como um dos princípios orientadores e a abordagem interdisciplinar da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena em diversas áreas do conhecimento, como língua portuguesa, história, geografia e artes. Entre as dez competências gerais da BNCC, a competência 9 destaca-se pelo incentivo ao respeito à diversidade e o reconhecimento da pluralidade cultural:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BNCC, 2018, p. 10).

O acolhimento e o respeito a indivíduos e grupos sociais diversos devem ser assegurados pela educação. O respeito e a superação de preconceitos e conflitos devem focar na formação de pessoas críticas e comprometidas com a construção de uma sociedade democrática e inclusiva. Apesar do incentivo ao diálogo e o respeito à diversidade, compreendo que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não enfatiza uma educação com ênfase na educação étnico-racial. São necessárias ações contínuas dentro do currículo escolar que desconstruam a

visão hegemônica do colonizador e fortaleçam as histórias dos povos que foram silenciados ao longo da história. Da mesma forma, o ensino religioso deve promover uma visão científica das religiões, evitando qualquer forma de proselitismo e hegemonia religiosa em detrimento de outras formas de crer, ou não crer.

Oficialmente, tanto a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) quanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) subsidiam o ensino religioso no Brasil, respeitando o caráter laico do Estado e a diversidade presente no país. Especificamente, o artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases trata dessa disciplina e determina:

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Brasil, 1996).

Dessa forma a Lei de Diretrizes e Bases visa promover uma educação religiosa que reflita a riqueza das diversas crenças religiosas que compõem o mosaico religioso brasileiro. As instituições educacionais devem obrigatoriamente oferecer a disciplina do ensino religioso em sua matriz curricular, mas para o discente ela é facultativa, isto é, a responsabilidade da matrícula nessa disciplina compete ao próprio discente, caso seja maior de idade, ou ao seu responsável. O Ensino Religioso deve respeitar a laicidade do Estado, sem impor ou privilegiar uma crença específica.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) documento de referência nacional para a formulação de currículos, cursos de formação inicial e continuada e a produção de materiais didático-pedagógicos, preconiza que a área do Ensino Religioso estabeleça suas ações pedagógicas de forma não confessional. Produzido dentro das diversas áreas de conhecimento das Ciências Humanas, especificamente das Ciências da Religião, o Ensino Religioso deve investigar “os fenômenos religiosos em suas múltiplas manifestações”, como “parte integrante do substrato cultural da humanidade” (BNCC, 1997, p. 436).

Chamo a atenção para que seja observado o fato de como as religiões afro-brasileiras, nas suas diversidades, vem ao longo dos anos, como fora mencionado, sofrendo com ataques de grupos fundamentalistas cristãos que reivindicam o direito à hegemonia de ensino e práticas religiosas em instituições de ensino públicas ou particulares. Neste ambiente de tentativa de violação à laicidade do Estado, políticos de extrema-direita se utilizam do poder político para

protocolarem Projetos de Lei que concedem aos estudantes de escola pública o direito de promover cultos e leituras religiosas, sem impedimento por parte das escolas³².

Compreendo que o grande desafio da educação é discutir as diversidades. Ao longo dos séculos, uma história de polarização e hegemonia cultural pode ser observada e a matriz religiosa cristã ocupou um lugar de destaque em detrimento de religiosidades e costumes considerados subalternas. Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no que se refere ao Ensino Religioso, são das relações tecidas por meio do contexto histórico-social que o ser humano se constrói. Perceber as diversidades históricas, culturais e religiosas é possibilitar uma educação comprometida com os valores da dignidade da pessoa humana. O conhecimento se traduz em respeito e empatia. Conhecer as diversas formas de crer ou não crer, desperta nos estudantes o sentimento de empatia e pertença.

Neste sentido, a educação em um estado laico visa à formação de cidadãos críticos e responsáveis, capazes de discernir a dinâmica dos fenômenos religiosos, que perpassam a vida em âmbito pessoal, local e mundial. As diferentes crenças, grupos e tradições religiosas, bem como a ausência delas, são aspectos da realidade que devem ser socializados e abordados como dados antropológicos e socioculturais, capazes de contribuir na interpretação e na fundamentação das ações humanas (Oliveira e Cecchetti, 2010, p. 368).

Oliveira e Cecchetti (2010) chamam atenção para uma abordagem pedagógica que contemple a promoção de diversas crenças, na tentativa de compreender a dimensão humana e os modos como os sujeitos se definem e se posicionam na sociedade. A proposta de um Estado Laico, numa perspectiva de educação pluralista, colabora para formar pessoas críticas e responsáveis, capazes de desenvolver um diálogo numa concepção antirracista, para a libertação comunitária e social em geral.

A educação pública tem sofrido com as interferências de igrejas cristãs fundamentalistas que se utilizam dos espaços para realização de cultos e do proselitismo religioso. Nesses espaços, que são de todos e todas, as diversidades devem gozar do mesmo direito, sem imposição de uma determinada crença. Oferecer o ensino religioso, numa perspectiva das Ciências da Religião, é proporcionar ao estudante a formação crítica para uma consciência transreligiosa que respeite a dimensão humana e sagrada das pessoas.

³² De acordo com Projeto de Lei Ordinária do Deputado Renato Antunes, conforme proposições disponíveis em: <https://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=13862&tipoprop=p> . Acesso em 12 dez. 2024.

2.2 O lugar das religiões afro-brasileiras na escola (acolhimento/rejeição)

A escola se torna, desse modo, uma relevante via de continuidade histórica.

(Bárbara Carine)

A escola tem um papel fundamental na formação de pessoas críticas e comprometidas com a transformação de uma sociedade. Mais que uma instituição transmissora de conhecimentos, é na escola onde se renovam as esperanças em uma sociedade mais justa e inclusiva. Nesse contexto, docentes e toda a comunidade escolar são protagonistas políticos, que além de esperar dias melhores, podem contribuir com práticas pedagógicas que valorizem o diálogo com as diferentes culturas, religiosidades e etnias, possibilitando uma cultura de paz.

Historicamente, negros e indígenas foram excluídos dos locais do ensino formal, como relatei ao longo desta dissertação, e a falta de políticas públicas no período pós-abolição perpetuou os ciclos de desigualdades e marginalização dessa população. Apesar da falta de equidade no reconhecimento da pluralidade cultural e étnica, notei avanços significativos nas políticas educacionais e no reconhecimento da educação como ferramenta principal de combate à desigualdade e de valorização das contribuições dos diversos povos. Embora existam avanços em questões legislativas, a construção de um discurso crítico é censurada por uma parcela da sociedade que se beneficia dos privilégios conquistados com essa relação de poder, como afirma hooks (2021):

Está nítido, porém, que há uma lacuna fundamental entre a teoria e a prática. Não é de estranhar, portanto, que tem sido mais fácil para todos em nossa nação aceitar um discurso crítico sobre racismo, que geralmente é lido apenas por aqueles que têm algum grau de privilégio educacional, do que criar caminhos construtivos para falar sobre supremacia branca e racismo e encontrar ações construtivas que vão além do discurso (hooks, 2021, p. 69).

Inspirada na autora acima, entendo que as pessoas, enquanto seres em construção, fomentam novos saberes, experiências e formas de observar o mundo. Posto isto, a prática educativa deve desconstruir os discursos construídos em torno de uma supremacia branca e aceita pela sociedade e construir ações efetivas que reflitam a pluralidade brasileira. Educar para a libertação é um grande desafio, um processo contínuo de diálogo, reflexão e ação, que desperta na pessoa humana a capacidade de questionar, compreender e romper com as relações de poder.

Tensões e contradições fazem parte do ambiente escolar, da mesma forma, as rejeições e acolhimentos refletem as dinâmicas sociais e as complexidades humanas presentes no cotidiano escolar. Em uma sociedade plural, o acolhimento às diversas manifestações culturais e religiosas é um caminho para a inclusão e o respeito. Botelho (1999) atenta para influência do não acolhimento a estudantes e as consequências dessas manifestações de racismo que ‘influenciam a socialização das crianças e jovens negros de forma equivocada’.

Refletindo a educação como fundamental no processo de enfrentamento às desigualdades raciais, o Geledés - Instituto da Mulher Negra e Instituto Alana lançaram uma pesquisa sobre a implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileiras em escolas públicas, em Secretarias Municipais de Educação³³. Além de revelar o sentimento de gestores municipais com a falta de apoio dos governos estaduais e federal, a pesquisa revela a porcentagem de escolas que não realizam ações consistentes e contínuas para a sua aplicação. A pesquisa “LEI 10.639/03 NA PRÁTICA: EXPERIÊNCIAS DE SEIS MUNICÍPIOS NO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA” destaca que:

[...] as lacunas na implementação da lei em questão e os desafios que compõem o grave cenário das redes municipais de ensino, em que mais da metade das secretarias (53%) admitem que não realizam ações consistentes e contínuas para a sua aplicação. Esta pesquisa, que obteve a resposta de 21% de todos os municípios do país, ou seja, 1.187 Secretarias Municipais de Educação, mostra também que 18% deles não realizam nenhum tipo de ação para assegurar um currículo racialmente justo e que proporcione uma experiência escolar digna para todas as crianças e adolescentes (2023, p. 7-8).

Os dados da pesquisa em ocasião são alarmantes, pois refletem o descaso de uma parcela das instituições públicas de ensino com a educação para as relações étnico-raciais. As ausências das matrizes afro-brasileiras e indígenas nos currículos e práticas escolares, atreladas à falta de acolhimento a esses estudantes, privam toda comunidade escolar de um olhar mais amplo da pluralidade cultural e religiosa presente na sociedade brasileira. Apesar da obrigatoriedade da lei, a temática étnico-racial é costumeiramente abordada nas escolas em datas comemorativas ou na semana da consciência negra.

O privilégio das perspectivas eurocêntricas na educação brasileira ao longo dos séculos desconsiderou as contribuições e saberes dos povos afro-brasileiros e indígenas. Considero que ao ignorar essas narrativas, estudantes que só têm acesso a um lado da história reproduzem as

³³ Pesquisa disponível em: <https://alana.org.br/wp-content/uploads/2023/04/lei-10639-pesquisa.pdf> . Acesso em: 10 set. 2024.

narrativas hegemônicas, ignorando as vivências e resistências dos diversos grupos. Essa reprodução de narrativas reduz a história do negro ao período de escravização, desconsiderando o seu protagonismo nas artes e saberes que moldam a construção da sociedade brasileira.

A ausência do apoio do governo e a dificuldade dos gestores e profissionais em educação para aplicar o que está previsto nos currículos foram apontados pela pesquisa como os desafios para a implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileiras em escolas públicas. No estado de Pernambuco, dos 50 municípios que responderam à pesquisa (apenas 27% dos municípios desse estado), 38% realizam ações consistentes e perenes; 62% do total das secretarias não cumprem a lei, destes, 50% realizam ações menos estruturadas e 12% não realizam nenhum tipo de ação.

A falta de aplicação efetiva dessa legislação é reflexo de um racismo estrutural presente na sociedade. A omissão das culturas, religiosidades e contribuições dos povos negros, revela o despreparo de uma parcela de docentes e gestões escolares que por motivos pessoais, não priorizam uma educação pluralista e tentam omitir parte da história referente ao povo negro. A falta de debate crítico reforça a visão de que as culturas e religiosidades afro-indígenas são inferiores ou conflitantes com os valores morais da classe dominante. Sobre essa ótica, Botelho e Nascimento (2012) refletem:

Tratar aspectos da negritude amplifica a compreensão da diversidade étnica e cultural brasileira (uma vez que a nossa sociedade favorece uma atitude de não aceitação e de distanciamento dos valores ancestrais africanos) e possibilita o desenvolvimento de aspectos presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1998 e na LDB. (Botelho; Nascimento, 2012).

Reconhecer as contribuições, os aspectos culturais e religiosos dos diversos povos, no contexto educacional é oportuno aos estudantes para uma compreensão da pluralidade de identidades que compõem a sociedade contemporânea. As práticas educacionais, quando fomentadas numa perspectiva que valorize as diversidades, refletem diretamente os valores e os desafios da sociedade em questão. Desafios que exigem um esforço conjunto de gestores, educadores, famílias e sociedade.

As teorias de inferioridade/superioridade de raças legitimam o racismo estrutural ao atribuir qualidades positivas a um grupo em detrimento de outro, justificando práticas de segregação. Esse racismo também é identificado nos materiais pedagógicos e livros didáticos que geralmente trazem elementos que reforçam os estereótipos negativos ao mencionarem às culturas e religiosidades afro-brasileiras ou negligenciam obras e produções literárias de autores negros e indígenas.

A utilização desses materiais didáticos é frequentemente o único recurso disponível em grande parte das escolas públicas, especialmente naquelas que experienciam um contexto de precariedade. Silva (2005) chama atenção “em relação à população negra, sua presença nesses livros foi marcada pela estereotipia e caricatura”. A autora, que tem pesquisas direcionadas à representatividade dos negros em materiais didáticos, alerta para o perigo da expansão da ideologia do branqueamento que internaliza a imagem negativa do negro e positiva do branco.

A ideologia do branqueamento se efetiva no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos (Silva, 2005, p. 23).

A violência do branqueamento perpetua uma forma de dominação e apagamento cultural de grupos étnico-raciais, contribuindo para que negros e negras percam suas raízes culturais e ancestrais. Essa violência se manifesta, muitas vezes, através da falta de acesso das pessoas negras aos espaços de poder, favorecendo a hegemonia branca e reforçando o ciclo de marginalização.

Outra forma de violência que merece atenção, são os estudantes pertencentes às religiões afro-indígenas que regularmente sofrem discriminação e racismo por usarem seus fios de contas, símbolos sagrados referentes aos orixás ou declararem sua pertença religiosa. Em 2014, um aluno que não teve seu nome divulgado foi impedido de entrar na Escola Municipal Francisco Campos, no Grajaú/SP por usar as guias que faziam parte da sua iniciação no Candomblé. Segundo a mãe do estudante, a diretora havia avisado que não permitiria a presença do estudante usando guias ou quaisquer outros trajes característicos da religião em questão³⁴. Dez anos depois, uma adolescente de 14 anos foi vítima do mesmo crime e impedida de entrar no Centro Educacional 3, de Sobradinho/DF por usar os fios de contas.³⁵

As duas situações de racismo religioso contribuem para a reflexão sobre o acolhimento às diversidades e a laicidade da escola. Considerando os casos, questiono: “se é permitido o acesso de estudantes fazendo uso de terços e crucifixos sem nenhum tipo de constrangimento, por qual motivo, senão o preconceito contra as religiões afro-indígenas, os estudantes

³⁴ Notícia divulgada no portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/aluno-e-barrado-em-escola-por-usar-trajes-de-candomble/>. Acesso em: 20 out. 2024.

³⁵ Matéria disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/mae-de-vitima-de-racismo-religioso-desabafa-impedida-de-estudar>. Acesso em: 23 ago. 2024.

pertencentes a essas crenças são proibidos de usar seus guias em um ambiente que por determinação da lei deve ser laico?

Atento para o fato de que no ambiente escolar existem vários tipos de violências que suscitam a falta de acolhimento aos alunos negros e adeptos de religiões afro-brasileiras. O mesmo racismo que estrutura as relações sociais, reforça os estereótipos e compromete o rendimento desses estudantes, transformando a escola em local de exclusão e de dor. É fato que o processo de não acolhimento é fruto de um processo histórico de negação e medo do diferente, como afirma Gomes (2001):

Acredito que a dificuldade existente entre a maioria da população brasileira quanto a identificação racial é fruto da construção histórica da negação, do desprezo e do medo do diferente, sobretudo quando este se relaciona diretamente com a herança ancestral africana. Esse apelo à homogeneização ainda é muito forte no Brasil, apesar da apologia da miscigenação racial (Gomes, 2001, p. 88).

O medo do diferente reforça a rejeição da ancestralidade do povo negro e, nesse ambiente de hostilidade, a diversidade é compreendida como ameaça a ordem social. As escolas brasileiras, as quais têm o dever de promover o respeito e a igualdade, muitas vezes, negam e diluem especificidades culturais, religiosas e étnicas de negros e indígenas, dificultando uma consciência racial.

2.3 Racismo Religioso: as matrizes africanas no ambiente escolar

Exú e Ogum são, portanto, signos que nos ensinam que a convivência não precisa de uma suposição de que todos e todas pensem do mesmo modo, desejem do mesmo modo, caminhem pelos mesmos caminhos. Mas ensinam que o mundo é, de modo constante, criado coletivamente e que, entre conflitos e andanças, devemos preservar as diferenças...
(Wanderson Flor)

Histórias de perseguição e violação dos direitos humanos e não humanos não são fatos recentes na sociedade brasileira, mas, são construções históricas e realidades presentes nas vidas de negros e indígenas há mais de quinhentos anos. Denúncias de violências físicas, apagamentos culturais e perseguições religiosas marcam a chegada dos europeus e a chamada “descoberta” do Brasil é o ponto de partida para a construção ideológica eurocêntrica, como afirma Nascimento (2016):

O ponto de partida nos assinala a chamada "descoberta" do Brasil pelos portugueses, em 1500. A mediata exploração da nova terra se iniciou com o simultâneo

aparecimento da raça negra fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão (Nascimento, 2016, loc. 906).

Relata o autor que a exploração colonial do território brasileiro, marca o sofrimento e o martírio do povo negro e indígena. Essa exploração escravocrata encontra nos sistemas sociais e econômicos justificativas de domínio, através de uma narrativa que torna invisível as culturas consideradas subalternas ou não civilizadas e molda as desigualdades raciais e sociais.

A consolidação da cultura eurocêntrica teve o objetivo de legitimar a ideia de inferioridade biológica dos negros e desconstruir as histórias de lutas e conquistas dos seus povos. Essas narrativas que leem o negro, por meio da lente da inferioridade e criminalização, não são atos individuais, mas estão coletivamente inseridas em instituições políticas e estruturas sociais, justificando toda forma de racismo. Desse modo, posso afirmar que o racismo estrutural encontrou na dominação colonial europeia a construção e perpetuação de sistemas que moldam a sociedade até os dias atuais.

Para Oliveira (2021), o racismo é fruto da classificação racial consolidada principalmente pelo eurocentrismo, a partir da chegada e dominação dos portugueses ao Brasil:

[...] o racismo como conhecemos hoje é produto de uma tipologia de classificação racial consolidada principalmente no século XVI como instrumento do projeto eurocentrista [...] as ideologias expressam projetos políticos concretos e práticas concretas, assim não há como falar da ideologia eurocêntrica sem falar na emergência do capitalismo. Evidente que o racismo não nasceu com o capitalismo, mas o racismo se expressa hoje, baseado nessa classificação racial, sim (Oliveira, 2021, loc. 62).

Na opinião do autor, a classificação racial foi componente principal para sustentar a dominação colonialista e exploração econômica. Ressignificadas pelo capitalismo, as práticas discriminatórias se organizam em função dos privilégios da comunidade, majoritariamente, branca e cristã. Esse mecanismo de diferenciação justificado na superioridade/inferioridade racial legitima discursos pseudocientíficos, filosóficos e religiosos.

Posso afirmar, enquanto mulher branca e de formação cristã, que a cor da minha pele e apesar de optar por não estabelecer pertença religiosa com nenhuma instituição, que esses fatores nunca me causaram constrangimentos sociais e pessoais. Estar ao lado da estrada também não faz me isentar das dores e sofrimentos que as populações negras e indígenas padecem por causa dessa disparidade social e da manutenção de poder de uma classe

dominante. O preconceito e o racismo podem ser desconstruídos diariamente mediante o acesso a uma educação decolonial, inclusiva e plural.

Profundamente conectado ao racismo estrutural e legitimado pelas narrativas eurocêntricas, o racismo religioso encontra na estigmatização das religiões afro-brasileiras um sistema de opressão que marginaliza as expressões culturais e espirituais desse povo. Nascimento (2016) observa como estratégia racista a demonização das religiões afro-brasileiras, que ele define como racismo religioso:

O que se ataca é precisamente a origem negra africana destas religiões. Por isso, vejo uma estratégia racista em demonizar as “religiões” de matrizes africanas, fazendo com que elas apareçam como o grande inimigo a ser combatido, não apenas com o proselitismo nas palavras, mas também com ataques aos templos e, mesmo, à integridade física e à vida dos participantes destas “religiões”. Portanto, isso que visualizamos sob a forma da intolerância religiosa nada mais é que uma faceta do pensamento e prática racistas que podemos chamar de racismo religioso (Nascimento, 2016, p.168).

Neste contexto, as religiões afro-brasileiras são as principais vítimas da intolerância, essa alimentada por narrativas provenientes de setores religiosos, sociais e políticos, cuja ideologia eurocêntrica-judaico-cristã-patriarcal-ocidentalizada é disseminada e concretizada por meio de discurso de ódio, de racismo, de violências físicas e simbólicas que demonizam, entre outras, as práticas religiosas afro-brasileiras, associando-as ao mal, à perversidade e ao que há de ruim sobre a Terra. Essa intolerância, se materializa nos ataques a templos e integridades físicas dos seus praticantes, na violação da laicidade do Estado, nas perseguições e na falta de acolhimento aos estudantes e docentes de escolas públicas e particulares e no racismo religioso que reproduz os valores eurocêntricos e excludentes.

No Brasil, a violação da laicidade em ambiente escolar é uma prática recorrente. Em algumas escolas públicas e particulares, isso ocorre, fomentando a exclusão de estudantes praticantes de crenças minoritárias ou sem religião. No Estado de Pernambuco, o crescente acesso de grupos fundamentalistas de igrejas cristãs neopentecostais e católica, além da interferência de vereadores e deputados da extrema-direita nas práticas escolares tem deixado em alerta a comunidade escolar e acadêmica diante do fato da nítida violação da laicidade nas escolas públicas. As faltas de diálogo e respeito com as diversidades religiosas e culturais criam um ambiente escolar hostil e segregacionista que fere os princípios de igualdade, equidade, cidadania e laicidade, garantido na Constituição Federal de 1988 que determina:

Artigo 5º, inciso VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de cultos e suas liturgias;

Artigo 19, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

Inciso I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

Artigo 210 – parágrafo 1 – O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas e de ensino fundamental (Brasil, 1988, p. 9, 15, 64).

A conquista da liberdade religiosa e pluralidade de crenças são os pilares fundamentais do Estado Democrático de Direito. Sendo assim, é inviolável e assegurado por lei, o direito de cada pessoa praticar, ou não, qualquer religião ou filosofia de vida. Porém, a laicidade é fundamental para a garantia de que nenhuma religião seja favorecida ou discriminada nos diversos âmbitos institucionais e a neutralidade do Estado deve atuar como assegurado desses direitos. À medida que uma instituição religiosa afeta o cotidiano escolar, utilizando-se desse espaço para a promoção e proselitismo religioso o direito asseverado por lei, de não favorecimento religioso, a laicidade desse ambiente encontra-se totalmente comprometida.

A separação entre religião e poder público determina que o Estado não pode adotar ou declarar uma religião como oficial. Assim, a Constituição impede o uso de recursos públicos para financiar instituições religiosas, e, por outro lado, evita alianças que comprometam a parcialidade e autonomia de Estado. A laicidade no ambiente escolar deve ser garantida e assegurada pela regulamentação do ensino religioso nas escolas públicas, respeitando a liberdade religiosa e a proteção da diversidade cultural.

Com a matrícula facultativa e integrada nos horários regulares, o ensino religioso nas escolas públicas deve ser conduzido de forma que não promova ou favoreça uma religião específica. O reconhecimento da diversidade religiosa e o livre exercício do pensamento ressignificam as práticas fundamentalistas, como afirma Cecchetti (2020):

O reconhecimento das identidades religiosas e não religiosas, por meio do estudo das diferentes culturas, religiosidades e filosofias de vida, contribui para a promoção dos direitos humanos e para o exercício do direito à liberdade de pensamento, crença e convicção. A dinâmica do reconhecimento mobiliza a ressignificação de concepções e práticas etnocêntricas e fundamentalistas, ao mesmo tempo que instiga e problematiza relações de saberes e poderes de caráter religioso, tanto nos espaços educativos como na sociedade em geral (Cecchetti, 2020, p. 14).

Na perspectiva do autor, os estudos das diversas culturas, religiosidades e filosofias de vida são essenciais na promoção de igualdade de pensamento, reduz a intolerância religiosa e cria um ambiente propício para que as pessoas possam se expressar livremente, sem medo ou

exclusão. Ao abordar a diversidade presente nos ambientes educacionais, o ensino religioso colabora com a desconstrução de práticas hegemônicas e etnocêntricas e problematiza as ideologias fundamentalistas.

Como comuniquei anteriormente, em Pernambuco, a educação pública enfrenta grandes desafios no que diz respeito a laicidade da escola pública. Evangélicos fundamentalistas e políticos de extrema-direita, tentam institucionalizar os intervalos bíblicos e, caso consigam, será um ato de violação à laicidade do Estado. A discussão que aborda denúncias de orações e louvores no intervalo das aulas de algumas escolas públicas estaduais, mobilizou o Ministério Público de Pernambuco, a Secretária de Educação do Estado, o Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Pernambuco (Sintepe) e outros movimentos sociais para tratar do Ensino Religioso, de forma geral, nas escolas públicas do estado. Durante a conversa, a denúncia sobre os “intervalos bíblicos” foi colocada em pauta.³⁶

Apesar da garantia e proteção ao Estado Democrático de Direito que a Constituição Federal de 1988 estabelece e toda discussão sobre a garantia desses direitos, as realidades de acolhimento às religiões afro-brasileiras e indígenas são ineficientes no chão da escola. Por isso, cientistas da religião, que pesquisam o ensino não religioso das religiões nas escolas, chamam a atenção para uma tomada de consciência transreligiosa.

Reitero que a partir do momento em que as religiosidades afro-brasileiras são estigmatizadas como demoníacas, tanto os estudantes praticantes dessas religiosidades quanto outros praticantes da comunidade escolar perdem o direito de vivenciar a sua liberdade religiosa. Muitos/as docentes são vítimas de violências e racismo religioso e sentem sua integridade física ameaçada por pais e alunos que internalizam o discurso preconceituoso de religiões cristãs fundamentalistas como foi o caso da professora Sueli Santana, da rede municipal de Camaçari/BA³⁷.

A professora, adepta do candomblé, foi hostilizada por três estudantes de uma mesma família que começaram com agressões verbais, evoluindo para o apedrejamento em outubro e novembro de 2024. Os pais, desses estudantes que têm uma faixa etária entre 10 e 12 anos, foram chamados pela direção da escola para que orientassem seus filhos, mas as agressões verbais não cessaram. Reitero aqui a necessidade do diálogo religioso e do ensino religioso laico que contribuam com a desconstrução de estereótipos negativos a respeito das religiões

³⁶ Matéria disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/intervalo-biblico-ministerio-publico-debatera-cultos-religiosos-em-escolas-de-pe/>. Acesso em: 20 out. 2024.

³⁷ Matéria disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/demonia-professora-e-vitima-de-intolerancia-religiosa-por-estudantes-de-escola-na-bahia/>. Acesso em: 7 dez. 2024.

não cristãs. Atitudes fundamentalistas ferem a liberdade religiosa dos sujeitos e alimentam uma sociedade intolerante e violenta. O que chama a atenção no relato da professora são os agressores, adolescentes em processo de formação pessoal e afirmação social, que reproduzem as ideologias racistas de seu meio social, sejam elas familiares ou religiosas.

O racismo religioso contra estudantes e professores levanta questões importantes, dentre as quais: Qual é o papel da escola na formação ética e cidadã de crianças e jovens? Os ataques direcionados a praticantes de religiões afro-brasileiras e indígenas, assim como a tentativa de violação da laicidade da escola, demonstram o preconceito enraizado na sociedade brasileira? Os comportamentos dos estudantes revelam a violência reproduzida dentro do núcleo familiar e da comunidade religiosa e é transportada para outros espaços, inclusive o religioso?

3. LIGANDO AS CONTAS PARTIDAS.

“Não consigo imaginar a possibilidade de alguém ser fiel ao evangelho sem se posicionar firmemente contra o racismo no Brasil e no mundo”

(Pastor Henrique Vieira)

Há uma disposição muito explícita nessa pesquisa: explorar “como estudantes praticantes de religiões afro-brasileiras são recepcionados, ou não, em escolas públicas da rede fundamental de ensino” e ligar as contas das histórias dos negros que foram brutalmente violentados e sequestrados de África para o Brasil. Negros que sofrem na cor da pele a violência do racismo. A não aceitação dos modos de vida, das tradições, das culturas e das religiosidades por uma sociedade predominantemente branca e cristã, revisita a invisibilidade e falta de oportunidades para esses povos. Na maioria das vezes, são comunidades que não têm suas histórias reconhecidas, nem suas crenças respeitadas e, muitas vezes, sem ter suas vidas asseguradas.

O fundamentalismo cristão continua interferindo nas formas de observar o mundo, nas crenças e nas diversidades dos vários povos. Apesar do avanço em políticas públicas de reparação, a discussão antirracista não se torna eficaz quando essas narrativas fundamentalistas são utilizadas com instrumentos de poder, legitimando a intolerância e racismo de uma classe dominante. “Em nome de Jesus” terreiros são invadidos, diariamente, pessoas são violentadas e o direito à educação, em grande parte das escolas, é violado pela falta de oportunidades para essa população. Investigar as respostas dos estudantes não pertencentes a religiões afro-brasileiras, nas escolas da Rede Básica de Ensino do Estado de Pernambuco, conduziu-me por caminhos de difícil acesso à uma educação inclusiva e antirracista.

Nesse contexto, grupos políticos de extrema-direita e grupos fundamentalistas atuantes em igrejas cristãs trazem, para o chão da escola, o proselitismo religioso, que hegemoniza a educação e dificulta o acesso às histórias, às culturas e às religiosidades de outros povos. Essa epistemologia euro-cristã nega a esses estudantes os acessos às contribuições de negros e de indígenas, assim como, a construções históricas, da sociedade brasileira. Freire (2022), em sua obra “Educação como prática para a liberdade”, chama atenção para a necessidade de práticas pedagógicas que cumpram as funções de conscientização e emancipação individual e coletiva desses sujeitos. Para o autor, a conscientização é indispensável na construção de uma sociedade justa e inclusiva, pois insere os sujeitos numa postura de autorreflexão e reflexão crítica do mundo em sua volta.

“Autorreflexão que as [pessoas] levará ao aprofundamento consequentemente de sua tomada de consciência e de que resultará sua inserção na história, não mais como espectadoras, mas como figurantes e autoras”. (Freire, 2022, p. 52). Essa perspectiva freiriana encaminha esta pesquisa para um movimento de empoderamento das populações negras, das suas histórias, das suas culturas e consequentemente das suas religiosidades. Transformar os sujeitos em protagonistas das suas próprias histórias, significa permitir que os estudantes experienciem outras formas de ler a sociedade e a própria história de forma crítica e autoral. Ao contrário, negligenciar o acesso às histórias, às culturas e às contribuições dos africanos e afro-indígenas na formação do país aos estudantes, assim como toda pluralidade de pensamentos presentes na sociedade e no ambiente escolar, significa reafirmar uma educação alienante e domesticada.

A violação da laicidade do Estado e da Escola é uma realidade presente, seja pelo não cumprimento da Lei 10.639/03 e 11.645/08, que obrigam o currículo das redes de ensino a incluírem a história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, seja pelo currículo escolar eurocêntrico, seja por sua tentativa de institucionalização dos intervalos bíblicos, neste caso, refiro-me ao Estado de Pernambuco, onde se tramita uma PL (Projeto de Lei) na Câmara Legislativa Estadual para oficialização do Intervalo Bíblico³⁸. Tal iniciativa, em si, já é um ato de violação à Constituição Federal de 1988 que garante a laicidade do Estado.

A laicidade da escola deve contribuir para a criação de um espaço de reflexão onde toda comunidade escolar possa compreender o fenômeno religioso, a construção histórica dos diversos povos e as influências religiosas na sociedade. Apesar de facultativo, nas escolas públicas de Ensino Fundamental, a escola deve garantir que o ensino religioso seja livre de doutrinas, assegurando o ambiente inclusivo e acolhedor para aqueles que professam ou não uma crença ou uma filosofia diferente da religião hegemônica.

Ligar as contas do fio sagrado das religiosidades permite aos estudantes uma oportunidade de compreender e respeitar as diversas formas de crer. O racismo religioso é uma realidade presente na vida escolar de negros adeptos às religiões afro-brasileiras e em toda sociedade. Essa violência explícita e/ou velada do racismo contribui para altas taxas de evasão escolar e para que os estudantes não assumam as suas religiões professadas devido ao receio de coação.

As narrativas que demonizam as religiões afro-brasileiras, há séculos, amedrontam praticantes dessas religiosidades pela maneira violenta conforme tratadas na sociedade. Do

³⁸ Projeto de Lei ordinária 2283/2024 do Deputado Estadual Renato Antunes, que reconhece e autoriza a iniciativa voluntária dos estudantes de escolas, faculdades e universidades públicas e particulares do Estado de Pernambuco para a realização do "Intervalo Bíblico" e dá outras providências. Acesso em: 25 nov. 2024.

mesmo modo, professores, gestores e comunidade escolar não estão preparados para acolher as diferenças presentes na escola, seja pelo despreparo pedagógico, seja pela própria experiência religiosa e familiar que perpetuam e fortalecem esses estereótipos e práticas racistas.

As respostas dos estudantes e de gestores provocadas por meio dessa pesquisa é apenas uma conta da guia perante um problema maior chamado racismo religioso. É preciso desencantar, ou talvez, re-encantar a educação brasileira com epistemologias decoloniais, onde as histórias dos povos africanos sejam reconhecidas por suas forças e os povos negros por suas capacidades de resiliência. As giras devem encantar e cantar a libertação de uma sociedade que está adoecida pela intolerância. E os novos ventos de esperança devem mover as forças dos ancestrais em direção a equidade e justiça.

3.1 Os fios da caminhada: procedimentos metodológicos da investigação

Foi ligando as contas que contam o passado violento dos negros escravizados no Brasil, os vários séculos de perseguição, a tentativa de aniquilamento e a atualidade insistente, mais ainda opressora ao invisibilizar esses povos e suas crenças, que realizei essa pesquisa com estudantes em três (3) escolas públicas da Região Metropolitana da Cidade do Recife, PE. Durante a pesquisa, busquei compreender o processo de acolhimento ou rejeição de jovens pertencentes às religiões afro-brasileiras, a partir das vozes dos estudantes não pertencentes a essas religiões, através de questionário impresso, com dez perguntas abertas e de fácil compreensão.

O questionário foi aplicado por professores de Língua Portuguesa e Artes. Esses professores se dispuseram e responsabilizaram-se pela vivência dessa atividade. Saliento que a aplicação do questionário só foi realizada, após a gestão e a coordenação de cada escola autorizarem.

Na escola A³⁹, o professor de Português, distribuiu os questionários para toda a turma do oitavo ano do ensino fundamental. Cada estudante respondeu e devolveu durante a aula. Nessa turma, eu me comprometi enquanto pesquisadora, junto com o professor, como os adultos responsáveis pela aplicação da pesquisa. Essa metodologia precisou ser adaptada, após problemas estruturais no prédio da escola e mudança no calendário escolar para aulas híbridas.

Na escola B, todos os estudantes do oitavo ano do ensino fundamental responderam em casa aos questionários e entregaram-nos (na aula seguinte) à professora de Artes dessa escola

³⁹ Com o intuito de proteger a instituição de ensino e os estudantes analisados optamos pelo uso de letras para preservar a identificação dos envolvidos.

que foi a responsável por essa mediação na turma. Saliento que esses questionários foram devidamente autorizados e assinados pelos responsáveis legais dos estudantes.

Na escola C, houve a negação da aplicação dos questionários, como abordarei no tópico específico. Em outras palavras, a escola não permitiu a realização da pesquisa.

Apresentarei nessa seção o resultado das respostas dos estudantes, registrados nos questionários e analisarei se houve indícios de fala de racismo religioso, segundo Nascimento (2017):

No Brasil, os gestos violentos contra as “religiões” de matrizes africanas se configuram em meio a uma dupla marca negativa: a) a exotização e demonização, por serem crenças não-cristãs ou não ligadas à cultura que a Europa – e suas projeções no “mundo desenvolvido” – adotou para si (e isso incluiria, inclusive, uma convivência menos atritante com religiões judaicas ou islâmicas, por exemplo); b) o racismo, por serem estas “religiões” constituídas por pessoas negras e formadas por elementos africanos e indígenas. Ambas as dimensões estão interligadas, de modo que, na maioria dos casos, a própria exotização e demonização é um produto do racismo (Nascimento, 2017).

Com base no exposto acima, elegi duas categorias para análise das falas dos estudantes:

- a) **exotização**: quando as falas dos estudantes reproduzem o discurso hegemônico, no qual elementos das religiões afro-brasileiras surgem como distantes de suas realidades, envolto em misticismos e folclorizados;
- b) **demonização**: quando as falas dos estudantes reproduzem medo e violência, com base nas crenças cristãs que deformam e transfiguram elementos das religiosidades afro-brasileiras.

Considero que essas duas categorias sinalizam o racismo religioso estrutural e internalizado nos estudantes.

3.2 Sondando vozes: uma abordagem qualitativa

A escola é uma pequena amostra da sociedade em sua volta. É nesse pequeno espaço onde as diversidades estão inseridas que se reproduzem pensamentos e atitudes relacionados à diversidade religiosa, racial e de gênero. Partindo da problemática de como as religiões afro-brasileiras são recepcionadas nesse ambiente de pluralidade, procurei compreender, através das opiniões de determinado grupo, o acolhimento ou rejeição aos estudantes pertencentes a essas religiosidades. Considero que o acolhimento ao estudante pertencente a religião afro-brasileira não significa o acolhimento à religião, embora haja envolvimento diário e a construção de sentimento de amizade entre os envolvidos na pesquisa.

Desta forma, analisei uma pequena amostragem de estudantes do oitavo ano do ensino fundamental das escolas públicas, utilizando a metodologia de pesquisa qualitativa por sondagem, estruturada em questionários padronizados, com linguagem acessível. Sobre metodologia qualitativa de pesquisa, Minayo (1993) destaca “O material primordial da investigação qualitativa é a palavra que expressa a fala cotidiana, seja nas relações afetivas e técnicas, seja nos discursos intelectuais, burocráticos e políticos” Dessa forma, considerei as respostas dos questionários analisados para interpretar as crenças e valores morais expressos nas relações cotidianas dos estudantes.

Para melhor conduzir a análise de dados, limitei a amostragem para cinco estudantes por turma, utilizando critérios de idade e pertença religiosa. Os questionários foram aplicados de forma presencial sobre responsabilidade dos estudantes, pais ou responsáveis.

Para facilitar a análise desse trabalho, defini as seguintes etapas:

1. Definição do problema – Essa pesquisa partiu do contexto histórico colonizador que normalizou e perpetuou intolerâncias e racismo contra negros e praticantes de religiões afro-brasileiras. As violências construídas ao longo dos séculos se refletem na vida e nas atitudes da sociedade e, conseqüentemente, nas instituições de ensino. A partir dessa problemática, investiguei como as religiões afro-brasileiras são recepcionadas em escolas públicas do ensino básico do Estado de Pernambuco.
2. Elaboração dos questionários – como estratégia de análise das vozes dos estudantes, utilizei questionários com dez perguntas abertas, de fáceis linguagens e acessíveis ao entendimento de estudantes de oitavo ano. O questionário foi respondido em sala de aula, sob supervisão do professor responsável ou em seu domicílio, com a autorização dos pais e responsáveis.
3. Seleção amostra – a seleção de amostra correspondeu ao critério de cinco participantes por turma, idades entre 12 e 15 anos e não praticantes de religiões afro-brasileiras.
4. Coleta e interpretação dos dados – a partir das respostas dos estudantes, analisei indícios de racismo religioso, considerando a educação étnico religiosa e as contribuições das Ciências da Religião na construção de uma pedagogia pluralista.

3.3 O terreiro da pesquisa.

*Tudo que bate é tambor
 Todo tambor vem de lá
 Se o coração é o senhor, tudo é África*

*Pus em prática
Essa tática
Matemática, falou?
Enquanto a terra não for livre, eu também não sou
Enquanto ancestral de quem tá por vir, eu vou
Cantar com as menina enquanto germina o amor
É empírico, meio onírico, meio Kiriku, meu espírito
Quer que eu tire de tu a dor
(Emicida, Pastor Henrique Vieira)*

O terreiro para as religiões afro-brasileiras é espaço sagrado. Lugar onde o espiritual interage com o humano e nas giras de cada santo, o acolhimento e a transmissão de conhecimentos são sinais de resistência. A escola para essa pesquisa é idealizada como espaço que cumpre múltiplas funções dedicadas à troca de conhecimentos, ao acolhimento às pluralidades e a resistência de várias comunidades que resistem em meio à crise cultural, fortemente presente na sociedade contemporânea.

Mediante essa pesquisa, investiguei três escolas da Rede Básica de Ensino Municipais e Estaduais situadas na região metropolitana do Recife, uma na cidade do Recife, outra na cidade de Camaragibe e outra na cidade do Jaboatão dos Guararapes. Descreverei cada uma delas a seguir e utilizarei nomes fictícios para proteger a identidade de cada escola e consequentemente dos estudantes e professores envolvidos nessa pesquisa. A escola A será a de Recife, a escola B a de Camaragibe e a escola C a de Jaboatão dos Guararapes.

3.3.1 Contexto da escola A

A escola A está localizada na cidade do Recife, no Bairro da Várzea, pertencente à Rede Estadual do Estado de Pernambuco, cuja Gerência Regional é a Recife Sul (GRE Recife SUL). Durante esta pesquisa, essa escola precisou modificar seu regime de aulas para híbrido, pois, diante de graves problemas estruturais, os tetos de diversas salas cederam, obrigando a comunidade escolar a exigir a interdição da escola e a ocupação de um novo espaço para as aulas. Sem um espaço adequado, as aulas presenciais passaram a acontecer uma vez por semana, com complementação da carga horária em formato *online*. Até o momento desta escrita, os estudantes continuam sem as aulas presenciais em tempo integral, o que dificultou a comunicação com os pais e responsáveis dos estudantes. Após autorização concedida, a pesquisa foi aplicada em sala de aula com a supervisão do professor responsável e os dados serão analisados no tópico de análise de dados.

Com aspectos de cidade de interior com poucos edifícios e muitas casas residenciais, o bairro onde a escola encontra-se inserida, apesar de ser um dos bairros com custo de vida

elevado da cidade do Recife, ele apresenta um grande contraste social e têm muitas comunidades carentes de políticas públicas, como a falta de saneamento básico e de segurança. Os estudantes da escola A são na sua maioria residentes dessas comunidades ribeirinhas, localizadas à margem do Rio Capibaribe e convivem em situação de risco.

Além do catolicismo, religião dominante, há uma expressiva quantidade de igrejas evangélicas, centros espíritas e alguns terreiros afro-brasileiros. Essa miscigenação religiosa se expressa através de vários eventos culturais no coreto da praça principal e celebrações religiosas ocorridas durante todo o ano.

3.3.2 Contexto da escola B

A escola B está localizada na cidade de Camaragibe, centro, pertencente à Rede Estadual do Estado de Pernambuco, cuja gerência regional é a metropolitana sul (GRE METRO SUL). Apesar de estar localizada em um local de difícil acesso, essa escola é considerada, pela comunidade escolar, a melhor escola pública da cidade. Sua infraestrutura é adequada, com salas de aulas amplas e climatizadas, bebedouros, pátio, quadra poliesportiva, biblioteca, laboratórios de informática e de ciências, banheiros adequados, há o Núcleo de Línguas Estrangeiras (NEL) que oferece aulas de língua inglesa, francesa, espanhola e italiana aos estudantes e à comunidade escolar. Dentre as três escolas investigadas é a que oferece condições infra estruturais mais adequadas para o professor e estudante vivenciarem suas rotinas.

3.3.3 Contexto da escola C

A escola C, localizada na cidade de Jaboatão dos Guararapes, no bairro Curado II, pertence à rede municipal desse município. Ela funciona em um prédio alugado, apesar de amplo, não oferece condições adequadas para uma vivência confortável dos professores e estudantes. A escola não tem biblioteca, a maioria das salas não é climatizada, há uma quadra poliesportiva que também serve como pátio de recreação, a piscina é privatizada, e cercada com grades para que os estudantes não tenham acesso. Embora seja construída dentro da escola, essa piscina é alugada para outra instituição.

3.4 Caminhos cruzados e a encruzilhada sócio-religiosa

Para a escolha das escolas, elegi o fato de estarem localizadas na periferia da região metropolitana da Cidade do Recife, considerando a pluralidade e resiliência cultural e religiosa específicas dessas comunidades. O contexto social da Região Metropolitana do Recife e dos bairros onde as escolas se encontram localizadas ainda são carentes de políticas públicas, e as escolas geralmente servem como local de refúgio para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, garantindo o acesso à alimentação e atividades esportivas e culturais. Esses ambientes talvez sejam, na vida dos estudantes, os únicos espaços de educação que promovam os diálogos que despertam o senso crítico e o protagonismo de agentes comunitários junto às instituições de poder. Frequentemente, as religiões, nesses territórios, exercem, além das funções religiosas e espirituais, o papel de acolhimento às pessoas em situação de vulnerabilidade social, oferecendo apoio e acolhimento.

Além da escola, é na periferia onde as igrejas evangélicas neopentecostais exercem forte influência, dialogando com a população periférica através de projetos sociais implantados em regiões onde o Estado não exerce seu papel social. O fácil acesso à comunidade e a influência de uma política de extrema-direita fazem com que discursos de intolerância e racismo religioso, que demonizam as religiões afro-brasileiras, contribuam para a invisibilidade de matrizes religiosas não cristãs e para ataques a terreiros e a praticantes dessas religiões, atingindo números alarmantes nos últimos anos. Filizola e Botelho (2019) chamam atenção para o processo de colonialidade que se faz presente nas comunidades periféricas e influencia o processo educacional com narrativas que relacionam as religiões afro-brasileiras à “coisa do diabo”. Cita os autores:

Essas formas de colonialidade se fazem presentes nos processos de formação, enquanto estudantes, fomos e somos educados para relacionar tudo aquilo que está ligado ao candomblé como “coisas de negro”, “do diabo” e “de macumba”. Essa ideia é reforçada pela bancada evangélica e as igrejas de religiões cristãs, em especial, as neopentecostais, que preenchem os espaços periféricos dos grandes centros urbanos de nosso país, continuam realizando o projeto de colonialidade, que foi instalado na modernidade, realizando um trabalho que objetiva anular, descaracterizar e inferiorizar as religiões de matrizes afro-indígenas. (Filizola e Botelho, 2019).

Os autores entendem que as presenças das Igrejas Neopentecostais em espaços periféricos reforçados pela bancada evangélica de extrema-direita tornam esses territórios férteis para continuidade do processo de colonização. A imposição de “verdades teológicas” fundamentalistas desqualifica práticas religiosas não cristãs e influencia os espaços educacionais reforçando a exclusão de valores históricos e culturais dessas religiões.

Foi nessa conjuntura religiosa e política que realizei essa pesquisa em apenas duas, das três escolas selecionadas: as escolas A e B. Na escola C, não pudemos realizar nossa investigação. A seguir, relataremos e comentaremos esta situação.

3.5 Entre o silêncio e o sagrado: um não além dos não

O “Racismo é uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos humanos” (Programa Nacional de Direitos Humanos, 1998, p. 12). Essa hierarquização, que está além de comportamentos individuais, incorpora-se em instituições públicas e privadas, provocando desigualdades, exclusão e negação de direitos. Apesar da riqueza cultural e diversidade religiosa existente na sociedade, é na vida cotidiana que os desafios com a intolerância e o preconceito tornam divergente a convivência entre os sujeitos.

Nesse sentido, perpetua-se o silenciamento das vozes dos diversos povos que destoam com o que a sociedade denomina de “ordem social” e mantém essa dinâmica de poder de uma classe privilegiada que precisa ser explorada e refletida nas diversas dimensões da vida social, cultural e política. Da mesma forma, precisam ser analisados os diversos espaços de diálogos que se distanciam da sua essência e de forma consciente ou não, não abrem suas portas para pesquisa científica.

Nesse contexto, a pesquisa com a Escola C, que previamente havia sido autorizada pela gestora, ao receber os questionários padronizados para as três escolas, o professor anteriormente consultado, negou-se a participar da pesquisa, pois o setor de gestão democrática do município de Jaboatão dos Guararapes não achou pertinente a realização da pesquisa para os alunos de oitavo ano, com receio de gerar problemas entre o professor e os pais dos estudantes.

Em mensagem de áudio, via WhatsApp, tomei conhecimento sobre o desconforto do professor de história que se recusou a aplicar o questionário por temer os pais e responsáveis que pertencem a religiões cristãs. Por conseguinte, a gestão da escola consultou o setor de Gestão Democrática da secretaria de educação do município de Jaboatão dos Guararapes que por sua vez sugeriu como solução para a aplicação do questionário, que a pesquisadora mudasse/alterasse duas das questões da atividade. Por se tratar de questões de fácil acesso, sem vieses e de linguagem simples e adequada para o entendimento dos estudantes do oitavo ano, fazendo valer a autonomia enquanto pesquisadora, não concordei com a mudança nos questionários padronizados. Consequentemente a escola não acatou o questionário elaborado pela pesquisadora e não liberou a sua aplicação.

Sobre a recusa da “Escola C” podemos fazer algumas pontuações no que se refere:

- A influência das narrativas fundamentalistas cristãs, nas práticas pedagógicas e em pesquisas científicas de caráter religioso, provoca resistências e censuras às temáticas relacionadas às religiões afro-brasileiras. A marginalização e a exclusão da História e cultura dos negros reforçam os estereótipos construídos ao longo dos séculos como objeto de domínio e privilégio de uma cultura branca e uma religiosidade cristã. Muitas vezes, de forma inconsciente, essas narrativas reforçam a inserção de conteúdos religiosos cristãos, desrespeitando o princípio da laicidade do Estado.
- Medo ou receio dos pais ou responsáveis por estudantes pertencentes às religiões cristãs, considerando a pesquisa uma prática que contraria os valores da fé dessas comunidades. Vista como uma ameaça, essa narrativa reforça a estereotipização da religião afro-brasileira como demoníaca ou fora da verdade de salvação. As comunidades escolares, muitas vezes, pertencem a um ambiente familiar ou participam de comunidades religiosas, onde não há oportunidade para o diálogo e conhecimento sobre outras religiosidades e formas de viver. As ausências do diálogo inter-religioso colaboram para que gestores e professores evitem as discussões e a desavença com a diversidade religiosa e de pensamentos presentes nos ambientes escolares.
- O desconforto do professor revela insegurança para tratar a temática religiosa dentro de sala de aula, que pode ser resultado de desconhecimento ou falta de formação adequada. A sobrecarga de trabalho e o currículo engessado desmotivam profissionais da educação a tratar de temas polêmicos em sala de aula. A pressão da comunidade escolar com forte influência de grupos fundamentalistas podem ser um dos fatores que podem resultar em intolerância e desinteresse.
- O despreparo e a falta de capacitação da equipe de gestão, da instituição de ensino e da gestão democrática⁴⁰ contribuem para a postura de omissão e neutralidade mediante temas polêmicos como raciais e religiosos. Essas posturas, influenciadas por narrativas cristãs fundamentalistas, contribuem para a manutenção do racismo estrutural e da intolerância com grupos minoritários que fazem parte do ambiente escolar.
- O que temos presenciado em escolas públicas e comprovado através de pesquisas, já integrada no corpo desta dissertação, é a não aplicação ou iniciativas fragmentadas das

⁴⁰ Modelo administrativo escolar que valoriza a participação em todos os segmentos da comunidade escolar, pais, funcionários, estudantes, professores, gestores. A gestão democrática promove práticas pedagógicas mais inclusivas que atendem as necessidades da comunidade local, porém, a falta de capacitação, de diálogo e abertura de alguns membros acostumados com modelos hierárquicos podem dificultar a implementação de ações planejadas e projetos de inclusão social.

Leis 10.639/03 e 11.645/08 que tratam do ensino da história e cultura dos africanos, afro-brasileiros e indígenas em escolas da rede pública. Desse modo, os gestores não recebem uma formação sobre as leis e normativas, que desenvolvam uma pedagogia efetiva que trate de temáticas étnico-raciais e religiosas. Além dessas questões já citadas, as faltas de estruturas pedagógicas e físicas no que se refere à educação norteiam as prioridades dos gestores para questões administrativas ou de desempenho acadêmico.

- O racismo estrutural é reflexo direto das desigualdades e preconceitos das narrativas construídas e presentes nas comunidades onde as escolas estão inseridas. Essa estrutura social, econômica e política de poder valida várias manifestações de racismo, entre elas o racismo religioso. Em torno do mito construído sobre a religião verdadeira, as vozes intolerantes de religiosos fundamentalistas inferiorizam e marginalizam segmentos religiosos não cristãos, ocasionando um clima de tensão que afeta toda a comunidade escolar. Muitas vezes, a falta de gestores e professores negros e pertencentes a religiões afro-brasileiras limita a representação dessas comunidades e a referência positiva na comunidade escolar. A pressão exercida pela comunidade cristã, pais e responsáveis também podem influenciar a escola a adotar posturas que reforçam o racismo e inibem estudantes e professores a assumirem sua pertença religiosa.

Essas pontuações tentam apreender alguns comportamentos da comunidade escolar, que mantém uma estrutura racista, impossibilitando o diálogo inter-religioso em grande parte das escolas públicas brasileiras. Com um olhar mais atento à realidade da escola C, considere que a escola está inserida em uma comunidade que convive com influências de igrejas cristãs neopentecostais, além de políticos de extrema-direita que fazem parte da equipe do governo municipal. Nesse ambiente, pais e pastores exercem influência na comunidade escolar, forçando a equipe pedagógica a adotar posturas contrárias ao diálogo com as diversidades.

Apesar da Lei 10.639/03 e da Lei 11.645/08 observo que a história e a cultura dos africanos, afro-brasileiros e indígenas são exploradas de formas pontuais pela maioria dos estudantes em datas comemorativas com a semana da consciência negra. Essas leis estabelecem a obrigatoriedade dessas temáticas durante todo o ano letivo, especialmente pelos professores das disciplinas de história, literatura e educação artística. Na realidade da escola C, há poucos professores que se empenham em promover essa discussão com os estudantes, no chão da escola, com projetos consistentes, não apenas em eventos pontuais.

Nesse ambiente de difícil acesso ao diálogo e a projetos consistentes antirracistas, conclui que o racismo estrutural está fortemente alicerçado nas instituições públicas de ensino do nosso país, estado e municípios. A falta de formação e informações sobre as manifestações

de racismo sustentam posicionamentos discriminatórios e intolerantes nas diversas áreas profissionais. Em um país alicerçado e construídos com sangue e suor de negros e indígenas, que foram e ainda são escravizados, explorados e violentados, ser antirracista é uma desconstrução diária.

O diálogo com a diversidade deve ser firme, contínuo e sempre presente no terreiro da educação. Solo sagrado, onde todas as formas de crer, ou não crer, devem ser acolhidas. Nesse espaço, é preciso conhecer para respeitar.

3.6 Entre contas e o caminho: os sujeitos da pesquisa

Talvez esta frase de efeito seja uma das mais faladas em grande parte dos eventos educacionais - “a educação é uma das ferramentas mais poderosas para mudar a realidade de jovens e adultos que convivem em situação de vulnerabilidade social”. Ao propor a temática racismo religioso e escola pública, não só acreditei que a educação pluralista valoriza as diversas formas de viver, mas transforma uma sociedade intolerante e violenta, sendo capaz de proporcionar um ambiente inclusivo que promova trocas culturais e uma convivência respeitosa entre as diversas crenças.

A valorização das diversas matrizes religiosas, dentro do currículo escolar, contribui para que os estudantes pertencentes a essas religiões se sintam representados e respeitados. Muitos professores não se sentem preparados para abordar questões étnico raciais e religiosos em sala de aula. Muitos estudantes cristãos transferem para o convívio escolar as narrativas preconceituosas do senso comum; dessa forma, uma parcela predominante dos estudantes praticantes de religiões afro-brasileiras não se sente seguro em assumir socialmente sua pertença religiosa. Nesse ambiente, onde muitas vezes as políticas públicas de reparação não conseguem chegar, questiono: “qual o olhar dos estudantes que não pertencem às religiões afro-brasileiras para estudantes que são adeptos dessas religiões? ”; “A escola é lugar de acolhimento ou rejeição? ” “Qual caminho devemos trilhar para que as religiões afro-brasileiras tenham sua cultura e espiritualidade respeitadas? ”

Com essa perspectiva, para realização da análise dessa dissertação, limitei uma amostragem de cinco estudantes por cada turma de oitavo ano de escolas públicas municipais e estadual da região metropolitana do Recife, PE. Elenquei os seguintes critérios de escolhas:

Crítérios de inclusão - Participaram dessa amostragem apenas os estudantes dos 8º Anos, na faixa etária entre 12 e 15 anos, nessa faixa etária, os adolescentes encontram-se em processo de formação de personalidade, questionando e internalizando valores por meio das

relações familiares e sociais. A não pertença às religiões afro-brasileiras foi um critério de escolha, no momento da coleta, além de estarem matriculados e frequentando a Escola A, Escola B e Escola C⁴¹. Por motivos já proferidos no corpo desta dissertação, a Escola C não foi analisada.

Critério de exclusão – não puderam participar da pesquisa, os estudantes de outras turmas das escolas determinadas, os estudantes fora da faixa etária definida, os estudantes pertencentes às religiões afro-brasileiras, tampouco, estudantes da escola que não estivessem frequentando ou não estavam, no momento da aplicação do questionário na sala de aula.

3.7. As vozes dos estudantes

Vá ao jongo e pergunte, do mais novo ao mais antigo, como se aprende e escutará uma infinidade de respostas tão enigmáticas quanto os versos dos mais habilidosos versadores: “Aprendi na barra da saia!”; “Aprendi no pé de fulano!”; “Aprendi no pé de pau!”. Em uma das minhas buscas, perguntei a uma antiga senhora do candomblé sobre os seus aprendizados, ela me respondeu: “aprendi de esperar, o tempo foi meu mestre!”.

(Luiz Rufino)

Analisar as vozes dos estudantes, ajudou-me a compreender a sociedade onde as escolas estão inseridas. Da mesma forma, observar os perfis dos estudantes analisados pode responder a questões de como essas vozes se diferenciam quando dissertamos sobre racismo religioso. Segue uma tabela com o perfil dos estudantes (nomes fictícios) que tiveram as respostas dos questionários analisadas:

Tabela 1 - Nomes fictícios e perfis dos estudantes da escola A

ESCOLA A				
Nº	NOME	IDADE	SEXO	RELIGIÃO
01	Oba	15	Masculino	Nenhuma. Não posso ter essa liberdade de escolher. INFELIZMENTE.
02	Jahi	15	Masculino	Não declarou
03	Dumi	13	Masculino	Evangélico Assembleia de Deus
04	Amina	13	Feminino	Católica
05	Nia	13	Feminino	Católica Apostólica Romana

⁴¹ Nome fictício com a intenção de proteger a identidade das escolas.

Tabela 2 - Nomes fictícios e perfis dos estudantes da escola B

ESCOLA B				
Nº	NOME	IDADE	SEXO	RELIGIÃO
01	Bakari	13	Masculino	Evangélico
02	Sekou	13	Masculino	Católico
03	Adisa	13	Feminino	Agnóstico
04	Zuri	13	Feminino	Católico
05	Imani	13	Feminino	Evangélico/Cristã

Para as culturas afro-brasileiras, ouvir vai muito além de escutar o que nos dizem. Ouvir é mais que um mero ato de recepção de sons, mas são condutas que se enraízam na ancestralidade, nas espiritualidades e nas relações com as comunidades. Em nossa cultura ocidental, ouvir tornou-se um ato de resistência. É um ato que exige presença, abertura e respeito.

Ouvir as palavras escritas nesta pesquisa foi como decodificar um cântico, cantado no desespero da fuga, na esperança das conquistas ou vivenciando as culturas de comunidades subordinadas a um sistema de poder. Os estudantes falam e quem se atenta e ouve compreende o diálogo que se mistura à própria história. Foi dessa forma que ouvi a escrita dos estudantes:

Escola A – Várzea

Tabela 3 - Ocorrência de Racismo Religioso - Oba

Oba	
Perguntas	Respostas
1.O que você acha das religiões de matrizes africanas?	Perfeitas e com muito fundamento
2.Você tem amigos na escola que pertencem a religiões diferentes da sua? Se sim, quais?	Umbanda
3.Você já chamou seus amigos da escola de macumbeiros? Por quê? Em quais situações?	Nunca chamei, talvez eu tenha chamado, na época de 4º ano, mas em dia de hoje e sempre terei respeito
4.Você já fez piada ou comentários com a religião de matrizes africanas? Se sim, por quê?	Nunca, tenho o máximo de respeito
5.Você se importa se seus colegas usarem contas (um tipo de cordão no pescoço) e roupas do candomblé e umbanda na escola? Se sim, por quê?	Não me importo, até porque isso não faz mal a ninguém ele esta apenas cuidando da espiritualidade dele
6.Você acredita que brigar ou ofender as pessoas por causa de religião na escola pode ser um problema? Se sim, por quê?	Intolerância religiosa é um grande problema. Poderia acabar, mas os seres humanos estão derramando sangue em nome da paz

7.Você respeita a religião do seu colega? Se sim, por quê?	Respeito porque é senso e amor ao próximo
8.Na escola, você já viu alguém brigando por causa de religião? O que você acha dessa situação?	Situação horrível, um desinformado atacando a outra religião sem ter conhecimento
9.Você conversa ou já ouviu falar na escola sobre religiões de matrizes africanas? Em qual situação?	Eu converso sobre, nunca ouvi as escolas sobre religiões, seria necessário ter, evitaria desinformação e intolerância
10.Você acredita que sua religião é a melhor e verdadeira? Por quê?	Não existe religião “melhor” ou “verdadeira”

As vozes que chegam a mim, com a análise das respostas de Obá, revelam sentimentos reprimidos sobre a sua própria liberdade religiosa. Fora da faixa etária da maioria dos estudantes da sua turma, é questionada sobre sua pertença religiosa a declaração **“Nenhuma. Não posso ter essa liberdade de escolher. INFELIZMENTE”**, que chama minha atenção para a angústia experimentada pelo jovem de não poder assumir diante dos colegas e de toda a sociedade a religiosidade a que gostaria de pertencer. A palavra **“infelizmente”** escrita em caixa alta deixa transparecer a imagem de uma sociedade que oprime e marginaliza **“os diferentes”**. A construção ideológica entre o bem e o mal, salvação e condenação é, na maioria das vezes, a mola precursora de manutenção de poder que sentencia os sujeitos pela sua pertença religiosa.

Sem religião, o estudante admite que houve momentos em que ele se comportou de forma preconceituosa no que diz respeito às religiões afro-brasileiras, mas que ao longo da sua formação pessoal, houve um deslocamento na forma de observar e respeitar essas religiosidades. Essa assimilação não aconteceu em ambiente escolar e quando o estudante traz na sua escrita **“nunca ouvi as escolas sobre religiões”** transparece a falta de um ensino religioso ou projetos pedagógicos que contemplem e reflitam sobre a diversidade religiosa. Encontrar em Paulo Freire (2022) o aporte teórico para essa dissertação ampara a minha compreensão sobre a necessidade de uma educação que reflète, por meio de suas práticas pedagógicas, a libertação desses sujeitos. Nesse modelo de educação, os sujeitos são incentivados a olhar para a própria história e questionar as estruturas de poder que os mantêm e perpetuam as desigualdades sociais.

Oba reflète sobre a necessidade de uma formação plural. Quando ele cita um **“desinformado atacando outra religião”**, compreendo que o estudante alerta para a relação entre a falta de conhecimento e a violência. Na sua opinião, as religiões são **“atacadas”** pela demonização que a falta de conhecimento produz sobre a religião do próximo e são reproduzidas em atitudes de desrespeito e violência. Dessa forma, considero a educação

enquanto fomentadora de um posicionamento crítico e com grande potencial de mudança social.

A intolerância religiosa é apresentada pelo estudante como o grande problema da humanidade e principal causador de guerras em nome da “**paz**”. Um dos grandes problemas sociais, a intolerância religiosa reflete dentro das instituições de ensino práticas do cotidiano social.

As palavras respeito e amor aparecem nas respostas do estudante e a afirmação de que não existe uma religião melhor ou verdadeira revela, de forma positiva, o jovem que acolhe os amigos de outros credos religiosos e manifesta o desejo de que todos sejam livres para cuidar da sua própria religiosidade. De forma positiva, as vozes escritas de Oba revelam o acolhimento a essas matrizes religiosas pelo estudante analisado.

Tabela 4 - Ocorrência de Racismo Religioso - Jahi

Jahi	
Perguntas	Respostas
1.O que você acha das religiões de matrizes africanas?	A cultura é linda e respeito muito
2.Você tem amigos na escola que pertencem a religiões diferentes da sua? Se sim, quais?	Sim, Wesley
3.Você já chamou seus amigos da escola de macumbeiros? Por quê? Em quais situações?	Não porque eu respeito e minha mãe é do candomblé
4.Você já fez piada ou comentários com a religião de matrizes africanas? Se sim, por quê?	Não
5.Você se importa se seus colegas usarem contas (um tipo de cordão no pescoço) e roupas do candomblé e umbanda na escola? Se sim, por quê?	Sim porque é lindo
6.Você acredita que brigar ou ofender as pessoas por causa de religião na escola pode ser um problema? Se sim, por quê?	Sim intolerancia religiosa
7.Você respeita a religião do seu colega? Se sim, por quê?	Sim respeito a religião apesar de tudo
8.Na escola, você já viu alguém brigando por causa de religião? O que você acha dessa situação?	Não tem porque brigar somos iguais
9.Você conversa ou já ouviu falar na escola sobre religiões de matrizes africanas? Em qual situação?	Sim, com meu amigo “ele falou que queria entra” na religião
10.Você acredita que sua religião é a melhor e verdadeira? Por quê?	Sim, porque deus é maior yeshua. Mas eu respeito

Ouvindo Jahi, observei uma ponderação sobre a aceitação das religiões afro-brasileiras e no que ele acredita ser uma **“Verdade de fé”**. A certeza de que Yeshua é o deus maior, deixa explícita uma narrativa construída ao longo dos séculos. Essa narrativa demoniza e exotiza todas aquelas expressões religiosas que não fazem parte de uma matriz cristã e que permanecem na contemporaneidade, fazendo parte do imaginário de jovens e de adultos. E o termo **“apesar de tudo”** significa que na consciência do estudante existem o respeito e a salvação. Na condenação dos sujeitos, na reprodução das consciências e nas atitudes pessoais, percebi estigmas que marcam as desigualdades presentes na sociedade contemporânea.

Filho de mãe candomblecista e com amigos pertencentes à religião afro-brasileira, o estudante não deixa claro em sua fala se o diálogo com as diversas religiões aconteceu em um processo de aprendizagem no ambiente escolar, doméstico ou social. Com isso, percebo que o parentesco com a mãe candomblecista tenha possibilitado ao estudante a aproximação com essa religiosidade, mesmo que o próprio não a pratique.

O problema da intolerância religiosa como causador de discórdia foi explanado pelo estudante, que acredita que **“não há motivos para brigas”**, considerando que **“todos sujeitos são iguais”**⁴². No decorrer dessa dissertação com o aporte teórico de Flor Nascimento (2017), verifiquei que a construção do imaginário das religiões afro-brasileiras foi marcada negativamente pela exotização e demonização dessas crenças, revelando-se uma retórica racista que violenta e oprime essas práticas consideradas como cultura e religiosidade de negros.

Apesar dessa dualidade de sentimentos, a admiração pela cultura e a negação da religiosidade afro-brasileira, o estudante afirma que **“há beleza na cultura, nas vestes e nas contas dos adeptos dessas religiosidades”**. Dessa forma, entendo o respeito que ecoou das palavras de Jahi como uma demonstração de acolhimento às religiões afro-brasileiras.

Tabela 5 - Ocorrência de Racismo Religioso - Dumí

Dumí	
Perguntas	Respostas
1.O que você acha das religiões de matrizes africanas?	Na minha religião é errada
2.Você tem amigos na escola que pertencem a religiões diferentes da sua? Se sim, quais?	Sim, ele é da Igreja Batista
3.Você já chamou seus amigos da escola de macumbeiros? Por quê? Em quais situações?	Não porque ele não é da religião
4.Você já fez piada ou comentários com a religião de matrizes africanas? Se sim, por quê?	Não, nunca fiz

⁴² Entendo que o estudante usou a palavra “iguais” para tratar o aspecto de igualdade de direitos e deveres dos sujeitos.

5.Você se importa se seus colegas usarem contas (um tipo de cordão no pescoço) e roupas do candomblé e umbanda na escola? Se sim, por quê?	Não, não tenho nada contra
6.Você acredita que brigar ou ofender as pessoas por causa de religião na escola pode ser um problema? Se sim, por quê?	Sim, porque nós não podemos julgar pela sua religião ou cor de pele
7.Você respeita a religião do seu colega? Se sim, por quê?	Sim por quê cada um escolhe a sua religião
8.Na escola, você já viu alguém brigando por causa de religião? O que você acha dessa situação?	Sim, desnecessário
9.Você conversa ou já ouviu falar na escola sobre religiões de matrizes africanas? Em qual situação?	Não
10.Você acredita que sua religião é a melhor e verdadeira? Por quê?	Sim, porque eu sei desde pequeno que a minha religião é a certa.

No questionário realizado com Dumi, o estudante se apresenta como evangélico pertencente à Igreja Assembleia de Deus. Na sua escrita, identifica-se o respeito pelas religiões afro-brasileiras e a declaração de já ter presenciado brigas motivadas pela pertença religiosa. Acreditando ser desnecessárias essas discussões, Dumi diz que o respeito deve fazer parte do convívio das pessoas e da diversidade religiosa.

Em outro momento, o estudante afirma não ter nada contra as vestes e fios de contas dos praticantes dessas religiões. Mas o estudante, que afirma não fazer piadas com as religiosidades afro-brasileiras e não julgar conforme a religião e a cor da pele dos sujeitos, declara acreditar serem erradas as religiões de matrizes africanas. O processo construído com a colonização europeia e a tentativa de apagamento cultural e religioso das religiões não cristãs, como forma de manutenção de poder de uma classe dominante, precisam ser rompidos. Em nome da “verdade” as declarações de Dumi a respeito do acolhimento às pessoas de outras religiões, não surtem o efeito desejado. Como não julgar a partir de um lugar de destaque no imaginário hierárquico?

O estudante que declara não ter amigos fora desse contexto religioso cristão, nunca conversou ou ouviu falar na escola sobre as religiões afro-brasileiras. A omissão de temas relacionados a pluralidade cultural e religiosa, assim como, uma educação hegemonicamente cristã, seja essa na escola ou nos diversos espaços sociais, não oportuniza aos sujeitos o acesso a uma educação crítica. Nilma Lino (2012) contribui para a compreensão da necessidade de descolonização dos currículos escolares. O empobrecimento das instituições educacionais, com suas práticas pedagógicas arcaicas e engessadas, compromete o diálogo entre escola e realidade,

dificultando o diálogo com os diferentes e reforçando uma postura racista e preconceituosa da comunidade escolar e social.

O estudante que “**sabe desde criança que a sua religião é a certa**” apesar do respeito proferido em muitas respostas, levou-me a acreditar que não existe o acolhimento às religiões afro-brasileiras.

Tabela 6 - - Ocorrência Racismo Religioso - Amina

Amina	
Perguntas	Respostas
1.O que você acha das religiões de matrizes africanas?	Eu acho lindo, principalmente as músicas
2.Você tem amigos na escola que pertencem a religiões diferentes da sua? Se sim, quais?	Sim. Eu tenho um amigo do candomblé
3.Você já chamou seus amigos da escola de macumbeiros? Por quê? Em quais situações?	Não
4.Você já fez piada ou comentários com a religião de matrizes africanas? Se sim, por quê?	Também não
5.Você se importa se seus colegas usarem contas (um tipo de cordão no pescoço) e roupas do candomblé e umbanda na escola? Se sim, por quê?	Não
6.Você acredita que brigar ou ofender as pessoas por causa de religião na escola pode ser um problema? Se sim, por quê?	Sim, porque todo mundo deve ser respeitado de uma boa maneira, pois ninguém é lixo
7.Você respeita a religião do seu colega? Se sim, por quê?	Sim porque todos devem receber carinho e apoio
8.Na escola, você já viu alguém brigando por causa de religião? O que você acha dessa situação?	Sim, eu acho ridículo
9.Você conversa ou já ouviu falar na escola sobre religiões de matrizes africanas? Em qual situação?	Sim, os professores falam, e também minhas colegas
10.Você acredita que sua religião é a melhor e verdadeira? Por quê?	Todas as religiões são verdadeiras, e é claro que a minha religião é boa para não sei para a sociedade

Amina se declara católica, com amigos no Candomblé e acha lindas as religiosidades afro-brasileiras, principalmente as músicas. A importância do respeito é evidente em várias respostas analisadas. Quando questionada sobre Intolerância Religiosa, a estudante acredita ser um problema e que todos devem ser respeitados, pois “**ninguém é lixo**”, afirma a jovem de 13 anos.

O respeito pela religião do colega é reproduzido em suas palavras em forma de carinho e apoio. Acreditando serem ridículas as brigas presenciadas, Amina já ouviu falar sobre as religiosidades afro-brasileiras por professores e por colegas. Claudio Ribeiro (2024), contribui

com essa pesquisa na compreensão sobre o princípio pluralista na perspectiva de uma nova epistemologia teológica e das Ciências da Religião e chama atenção para que se entenda que atitudes de acolhimento e abertura aos sujeitos não se trata de renunciar às próprias visões de mundo, mas reconhecer que não existe uma verdade.

Amina reconhece essa diferença que não a faz ser menos ou mais católica, por isso deve respeitar as diversidades presentes no seu cotidiano. Quando a sua fala ecoa que todas as religiões são verdadeiras, em seguida admite que a sua pertença religiosa é boa, sua experiência é válida e faz sentido para ela. Logo em seguida, a estudante afirma “**não sei para a sociedade**”. A sociedade que exclui, persegue e violenta quem é diferente, mesmo sendo cristã/católica. As pesquisas também trazem esses dados e mostram que em maior ou menor número todas as formas de crer ou não crer passam pelo crivo da verdade. Dessa forma, as palavras que ecoam aqui me fazem acreditar que existe, por parte da estudante, o acolhimento às religiões afro-brasileiras.

Tabela 7 - - Ocorrência de Racismo Religioso - Nia

Nia	
Perguntas	Respostas
1.O que você acha das religiões de matrizes africanas?	São religiões muito bonitas que fazem bem. Eles são mais humildes do que muitas outras regiões
2.Você tem amigos na escola que pertencem a religiões diferentes da sua? Se sim, quais?	Sim, eangelica, umbanda, talvez tenha outras
3.Você já chamou seus amigos da escola de macumbeiros? Por quê? Em quais situações?	Não
4.Você já fez piada ou comentários com a religião de matrizes africanas? Se sim, por quê?	Não
5.Você se importa se seus colegas usarem contas (um tipo de cordão no pescoço) e roupas do candomblé e umbanda na escola? Se sim, por quê?	Não
6.Você acredita que brigar ou ofender as pessoas por causa de religião na escola pode ser um problema? Se sim, por quê?	Sim, porque é preconceito
7.Você respeita a religião do seu colega? Se sim, por quê?	Sim, porque todas as religiões tem suas crenças e todas são igualmente lindas
8.Na escola, você já viu alguém brigando por causa de religião? O que você acha dessa situação?	Não, muito preconceituosa
9.Você conversa ou já ouviu falar na escola sobre religiões de matrizes africanas? Em qual situação?	Sim, pelos meus amigos
10.Você acredita que sua religião é a melhor e verdadeira? Por quê?	Não sei, porque eu acredito em deus e quase todas as pregam sobre ele (só um exemplo)

Nia é enfática ao declarar a pertença à igreja “**católica apostólica romana**”. A estudante afirma que chamou os amigos de macumbeiros, mas não fez piadas e não se importa com as vestes e fios de praticantes de religiões afro-brasileiras, afirma ter amigos evangélicos, da umbanda e talvez “**outros**”. Acreditar que as religiões afro-brasileiras fazem bem e são mais humildes justifica a resposta para a pergunta sobre o respeito pela religião do colega. “**Todas as religiões têm suas crenças e todas são igualmente lindas**”, responde a estudante.

Nia é mais uma das estudantes analisadas cuja fala reafirma a máxima: “só se respeita o que se conhece.” Sua pertença religiosa não limita ao convívio com outras formas de crer e essa postura só é possível quando os sujeitos têm acesso ao universo religioso do outro, desmistificando as estereotipizações negativas construídas ao longo da história. Gilbraz Aragão (2022) defende a premissa de que dialogar é construir uma relação entre fés, sem perder a própria essência, mas transcender para um novo olhar para a diversidade. Não existem muros para o olhar da estudante sobre a religiosidade que dialoga com os amigos.

O diálogo inter-religioso não faz parte do contexto escolar. Ainda há uma relutância da comunidade escolar, dos professores, dos gestores e dos sistemas de ensino para tratarem de temas polêmicos.

Quando perguntei se a estudante acredita que sua religião é a melhor e a verdadeira, surge uma resposta sincera: “**não sei**”. Quase todas pregam sobre “Ele”, a sua formação é cristã. Apesar da fragilidade da educação, um pouco acesso à religião do outro faz com que haja o acolhimento às religiões afro-brasileiras.

Escola B – Camaragibe

Tabela 8- Ocorrência de Racismo Religioso - Bakari

Bakari	
Perguntas	Respostas
1.O que você acha das religiões de matrizes africanas?	Não tenho opinião formada porque eu nasci em lar evangélico
2.Você tem amigos na escola que pertencem a religiões diferentes da sua? Se sim, quais?	Sim, católico e evangélico
3.Você já chamou seus amigos da escola de macumbeiros? Por quê? Em quais situações?	Não, pois tenho respeito
4.Você já fez piada ou comentários com a religião de matrizes africanas? Se sim, por quê?	Não
5.Você se importa se seus colegas usarem contas (um tipo de cordão no pescoço) e roupas do candomblé e umbanda na escola? Se sim, por quê?	Não

6.Você acredita que brigar ou ofender as pessoas por causa de religião na escola pode ser um problema? Se sim, por quê?	Sim, porque é falta de etnia
7.Você respeita a religião do seu colega? Se sim, por quê?	Sim, porque cada um tem sua religião
8.Na escola, você já viu alguém brigando por causa de religião? O que você acha dessa situação?	Não, porque nem religião nem futebol e nem política deve ser discutido
9.Você conversa ou já ouviu falar na escola sobre religiões de matrizes africanas? Em qual situação?	Não
10.Você acredita que sua religião é a melhor e verdadeira? Por quê?	Sim, porque eu acredito na palavra de deus

Bakari nasceu em um lar evangélico e afirma não ter opinião formada sobre as religiões afro-brasileiras. Quando questionado sobre amizades, o estudante responde: “**evangélicos e católicos**”.

Nunca chamou os amigos de macumbeiros, não faz piadas, não se importa com as vestes e contas de pessoas praticantes de religiões afro-brasileiras e considera ofensa, brigar ou ofender alguém devido à sua escolha religiosa. Na opinião do estudante, cada pessoa faz sua escolha religiosa que deve ser respeitada.

Quando questionado se presenciou brigas por religião, justifica: “**porque nem religião nem futebol e nem política devem ser discutidos**”. Evitar o confronto de temáticas que saem da sua zona de conforto e que desconstrói uma narrativa hegemônica, exige dos sujeitos um posicionamento crítico ou um novo direcionamento pessoal para o qual as pessoas nem sempre se sentem preparadas, ou até, são desencorajadas pela própria pertença religiosa.

Paulo Freire (2022) chama atenção para a manutenção dessa alienação, que se utiliza de todas as armas para distorcer a realidade e evitar a educação de sujeitos conscientes; visto que as libertações desses sujeitos são entendidas, quase sempre, como ameaças a uma classe privilegiada. A educação que dialoga com as diferenças não faz parte do cotidiano escolar do estudante analisado. Esses tipos de abordagens provocam e exigem dos professores coragem para enfrentar o desconforto da comunidade escolar.

Quando questionado sobre se sua religião é a melhor e a verdadeira, o estudante acredita que sim, sua religião é a verdadeira, porque ele acredita “**na palavra de deus**”. Posto isso, questiono: em uma situação em que houve respeito, faltou acolhimento? Dessa forma, interpreto a resposta do estudante como ausência do acolhimento, de fato, das religiões afro-brasileiras.

Tabela 9- Ocorrência de Racismo Religioso - Sekou

Sekou	
Perguntas	Respostas
1.O que você acha das religiões de matrizes africanas?	Não tenho nada contra mas também não apoio, também não julgo quem é da religião
2.Você tem amigos na escola que pertencem a religiões diferentes da sua? Se sim, quais?	Apenas na minha antiga, mas acho que serve Duas são do candomblé e outra da umbanda
3.Você já chamou seus amigos da escola de macumbeiros? Por quê? Em quais situações?	Sim, pois quando chamava era muito novo e não sabia o verdadeiro significado. Em situações de brincadeiras.
4.Você já fez piada ou comentários com a religião de matrizes africanas? Se sim, por quê?	Não
5.Você se importa se seus colegas usarem contas (um tipo de cordão no pescoço) e roupas do candomblé e umbanda na escola? Se sim, por quê?	Não, independente da religião da pessoa, deve-se respeitar a cultura da religião daquela pessoa
6.Você acredita que brigar ou ofender as pessoas por causa de religião na escola pode ser um problema? Se sim, por quê?	Sim, pois não se deve falar mal da religião que a pessoa escolheu, e falar pode deixar a pessoa com uma insegurança ou se sentir atacada
7.Você respeita a religião do seu colega? Se sim, por quê?	Sim, por que sempre devemos respeitar as pessoas que estão ao nosso redor, independente da cor, raça, religião e etc
8.Na escola, você já viu alguém brigando por causa de religião? O que você acha dessa situação?	Sim, o tanto quanto desnecessária, cada um escolhe o que vai fazer
9.Você conversa ou já ouviu falar na escola sobre religiões de matrizes africanas? Em qual situação?	Sim, em um debate na minha antiga escola que ocorreu na aula de artes, e em algumas dúvidas.
10.Você acredita que sua religião é a melhor e verdadeira? Por quê?	Não, cada um tem uma opinião diferente sobre a sua religião, e a religião dos outros

Sekou se declara católico no que se refere a sua pertença religiosa. Suas amizades não se limitam a sua matriz religiosa, assim, possui amigos pertencentes às religiões afro-brasileiras, como Umbanda e Candomblé. Informa que **“quando era muito novo”**, em situações de brincadeiras, chamava os amigos de macumbeiros. Não faz piadas com amigos de religiões afro-brasileiras e não se importa com as vestes e os fios de contas, **“independente da religião da pessoa, deve-se respeitar a cultura da religião daquela pessoa”**.

Na antiga escola, participou de debate na aula de artes. O respeito, para o estudante, deve acontecer independentemente da **“cor, da raça e da religião”**, pois **“brigar e falar mal da religião do outro pode causar insegurança na pessoa atacada”**, afinal cada um escolhe a religião que deseja seguir. Nessas afirmações, o estudante deixa implícito que há racismo religioso ao destacar na mesma frase cor, raça e religião como elementos passíveis de racismo.

Questionado sobre o que o estudante acha das religiões de matrizes africanas ou afro-brasileira, ele disse não ter nada contra, mas também não apoia, nem julga. Sobre a verdadeira

e melhor religião. Sekou diz que **“cada um tem uma opinião diferente sobre sua religião e da dos outros”**.

Sekou é um estudante que, em algum momento, participou de uma discussão sobre diversidade religiosa e têm amigos de diferentes credos, apesar de não apoiar essas práticas. Flor Nascimento (2015) destaca a importância de problematizar academicamente as discussões sobre os povos de terreiros. Essas discussões precisam chegar ao chão da escola, no cotidiano da comunidade escolar. Como toda narrativa histórica, que apresenta apenas uma versão, é necessário incluir outras narrativas históricas para o debate. A história e a cultura dos africanos e dos afro-brasileiros precisa ser institucionalizada em Projetos Políticos Pedagógicos e no currículo escolar.

O estudante teve, mesmo que por um instante, o contato com as diversas versões históricas e culturais das religiões. A experiência inter-religiosa o despertou para a necessidade de respeitar as formas de crer dos sujeitos e seu direito de escolha. Em minha análise, a falta de apoio dessas religiões não define o comportamento do estudante. Sekou escolheu acolher seus amigos umbandistas e candomblecistas. Apesar de ainda estar fincado na narrativa hegemônica, que eleva o cristianismo a um lugar de destaque, existe o acolhimento às pessoas e não às religiões afro-brasileiras.

Tabela 10 - Ocorrência de Racismo Religioso - Adisa

Adisa	
Perguntas	Respostas
1.O que você acha das religiões de matrizes africanas?	Eu as conheço e respeito quem segue elas
2.Você tem amigos na escola que pertencem a religiões diferentes da sua? Se sim, quais?	Sim, eu tenho alguns amigos que são cristãos
3.Você já chamou seus amigos da escola de macumbeiros? Por quê? Em quais situações?	Não, pois seria discriminação se eu fizesse, é uma palavra que pode ter um sentido ofensivo
4.Você já fez piada ou comentários com a religião de matrizes africanas? Se sim, por quê?	Não. Apenas comentários sobre eu achar interessante
5.Você se importa se seus colegas usarem contas (um tipo de cordão no pescoço) e roupas do candomblé e umbanda na escola? Se sim, por quê?	Não, não me importo
6.Você acredita que brigar ou ofender as pessoas por causa de religião na escola pode ser um problema? Se sim, por quê?	Sim. Cada um tem seu ponto de vista, seus motivos e devemos respeitar
7.Você respeita a religião do seu colega? Se sim, por quê?	Sim.acredito que se ele respeita o meu pensar devo respeitar o dele (e mesmo se ele não respeitar, eu irei respeita-lo)

8.Na escola, você já viu alguém brigando por causa de religião? O que você acha dessa situação?	Não. Argumentações sobre religião pode até ter, mas nunca brigas. Eu acho que brigar por isso não ajuda em nada, só piora (desrespeitar nunca ajuda)
9.Você conversa ou já ouviu falar na escola sobre religiões de matrizes africanas? Em qual situação?	Sim,às vezes em palestras (como a que ocorreu com diferentes religiões) ou na aula
10.Você acredita que sua religião é a melhor e verdadeira? Por quê?	Não. Como eu disse, cada um tem seu ponto de vista, quem sou eu para chegar em você e dizer que o que eu penso é melhor? Cada um tem seu ponto de vista :)

Adisa é agnóstica. Uma estudante que diz conhecer as religiões afro-brasileiras e respeitar a quem as segue. Entre as amigas, diz ter amigos cristãos e acredita no poder ofensivo da palavra quando usada para discriminar alguém. Não acha interessante chamar as pessoas de macumbeiros e não se importa com as vestes e contas de fios, objetos sagrados das religiões afro-brasileiras.

As brigas, na sua opinião, ofendem as pessoas e cada um tem um ponto de vista e motivos para ser respeitado. E sobre respeito? Adisa afirma: “**ele respeita o meu pensar que devo respeitar o dele**”. Pessoalmente, mesmo que as pessoas não a respeitem ela irá respeitar. A estudante tem argumentos e sabe diferenciar argumentar de brigar. Argumentar, segundo o dicionário online de português significa: “demonstrar um conjunto de argumentos, ideias, pontos de vista sobre um determinado assunto ou tópico”⁴³. Dessa forma, o diálogo faz sentido quando as pessoas demonstram os diferentes pontos de vista, buscando uma compreensão apurada de determinado assunto. Não existe diálogo quando os sujeitos pensam iguais ou quando apenas uma das partes tem o monopólio do discurso.

O diálogo faz parte do cotidiano da estudante que, às vezes, participa de palestras com diferentes religiões ou nas aulas. E aqui, fazemos uma ressalva a abordagem inter-religiosa como um componente pedagógico que permite o aprofundamento científico das diferentes religiões.

A estudante que afirma: “**quem sou eu para chegar em você e dizer que o que eu penso é melhor**”? nos ajuda a compreender que a espiritualidade está entre, mas também além das instituições religiosas. Compreender que cada um tem seu ponto de vista nos faz acreditar que, para a adolescente autodeclarada agnóstica, existe o acolhimento às religiões afro-

⁴³ Definição de argumentar conforme dicionário online de português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/argumentar/>. Acesso em: 20 out. 2024.

brasileiras. Nesse sentido, observo que, na sua fala, há uma consciência inter-religiosa estabelecida.

Tabela 11- Ocorrência de Racismo Religioso - Zuri

Zuri	
Perguntas	Respostas
1.O que você acha das religiões de matrizes africanas?	Não conheço bem essas religiões mas eu respeito quem segue essas religiões
2.Você tem amigos na escola que pertencem a religiões diferentes da sua? Se sim, quais?	Sim. Protestante
3.Você já chamou seus amigos da escola de macumbeiros? Por quê? Em quais situações?	Não. Porque não tenho pra que fez isso
4.Você já fez piada ou comentários com a religião de matrizes africanas? Se sim, por quê?	Sim, mas eu era uma criança e achava que não era algo ofensivo
5.Você se importa se seus colegas usarem contas (um tipo de cordão no pescoço) e roupas do candomblé e umbanda na escola? Se sim, por quê?	Não
6.Você acredita que brigar ou ofender as pessoas por causa de religião na escola pode ser um problema? Se sim, por quê?	Sim, porque a escola é um lugar laico onde devemos respeitar a pessoas independente da sua religião
7.Você respeita a religião do seu colega? Se sim, por quê?	Sim. Respeitar as crenças dos outros é importante para manter um ambiente saudável
8.Na escola, você já viu alguém brigando por causa de religião? O que você acha dessa situação?	Sim. Acho desnecessário.
9.Você conversa ou já ouviu falar na escola sobre religiões de matrizes africanas? Em qual situação?	Sim. Eu ouvi alguns colegas falando sobre
10.Você acredita que sua religião é a melhor e verdadeira? Por quê?	Eu acho que cada pessoa deve ser livre para escolher sua religião que a pessoa acredita estar ligada a verdade. Então eu não acho minha realidade exclusivamente a certa

Zuri é uma jovem católica que afirma não conhecer bem as religiões afro-brasileiras, mas as respeita. Com amigos protestantes, afirma que quando criança, por acreditar não serem ofensivas, fez comentários ou piadas às religiões afro-brasileiras. Não se importa com as vestes e fios de contas dos adeptos de matrizes africanas e diz não ter motivos para chamar os amigos de macumbeiros.

Quando questiono se a estudante respeita a religião do colega, ela argumenta: “**respeitar as crenças das pessoas é importante para a manutenção de um ambiente saudável**”. Já testemunhou brigas motivadas por desavenças religiosas na escola e acha desnecessário esse tipo de situação. Na escola, ouviu colegas falando sobre as religiões afro-brasileiras, o que nos

leva a entender que a abordagem inter-religiosa não faz parte do currículo e de projetos pedagógicos.

Em outro momento, Zuri declara: “**Escola é um lugar laico**” onde devemos respeitar as pessoas independentes da religião. A estudante firma-se na ideia de que as pessoas são livres para escolher a sua religião: “**as pessoas acreditam estar ligado a verdade**” / “**Então eu não acho minha realidade exclusivamente a certa**”. Essas declarações me levam a acreditar que existe o acolhimento às religiões afro-brasileiras. Essa estudante explicita uma *consciência transreligiosa*, isto é, quando a compreensão do sagrado e das instituições religiosas não estão presas às Verdades estabelecidas em seus diversos cânones.

Tabela 12 - - Ocorrência de Racismo Religioso - Imani

Imani	
Perguntas	Respostas
1.O que você acha das religiões de matrizes africanas?	Bem, eu respeito, não tenho nada contra
2.Você tem amigos na escola que pertencem a religiões diferentes da sua? Se sim, quais?	Tenho, colegas
3.Você já chamou seus amigos da escola de macumbeiros? Por quê? Em quais situações?	Nunca chamei acho falta de respeito
4.Você já fez piada ou comentários com a religião de matrizes africanas? Se sim, por quê?	Nuca pois respeito, posso ate não apoiar mas respeito
5.Você se importa se seus colegas usarem contas (um tipo de cordão no pescoço) e roupas do candomblé e umbanda na escola? Se sim, por quê?	Não me importo
6.Você acredita que brigar ou ofender as pessoas por causa de religião na escola pode ser um problema? Se sim, por quê?	Sim, intolerancia religiosa
7.Você respeita a religião do seu colega? Se sim, por quê?	Sim. Porque ser cristã não me faz ser melhor de ninguém, mas sim melhor do que eu era
8.Na escola, você já viu alguém brigando por causa de religião? O que você acha dessa situação?	Nunca vi, mas já sofri com isso, é uma coisa que não desejo a ninguém
9.Você conversa ou já ouviu falar na escola sobre religiões de matrizes africanas? Em qual situação?	Bom eu nunca vi
10.Você acredita que sua religião é a melhor e verdadeira? Por quê?	Bom eu acho um pouco constrangedor fala sobre, mas de uma coisa eu sei, eu creio em um deus vivo!

Imani se declara evangélica/cristã. Ela diz não ter nada contra as religiões afro-brasileiras e nunca chamou os amigos de macumbeiros, “**falta de respeito**” afirma a estudante. “**Pode até não apoiar**”, mas respeita. Utilizando respostas curtas como, por exemplo, “**não me**

importo” com as vestes e fios de contas; brigar e ofender as pessoas, **“sim, é intolerância religiosa”**; já ouviu falar de religiões de matrizes africanas na escola? **“bom eu nunca vi”** e declara: **“Sim. Porque ser cristã não me faz ser melhor de ninguém, mas sim melhor do que eu era”**. Imani declara, a partir de um etnocentrismo, sua condição cristã, excluindo qualquer outra realidade; a demonização opera pelo silenciamento.

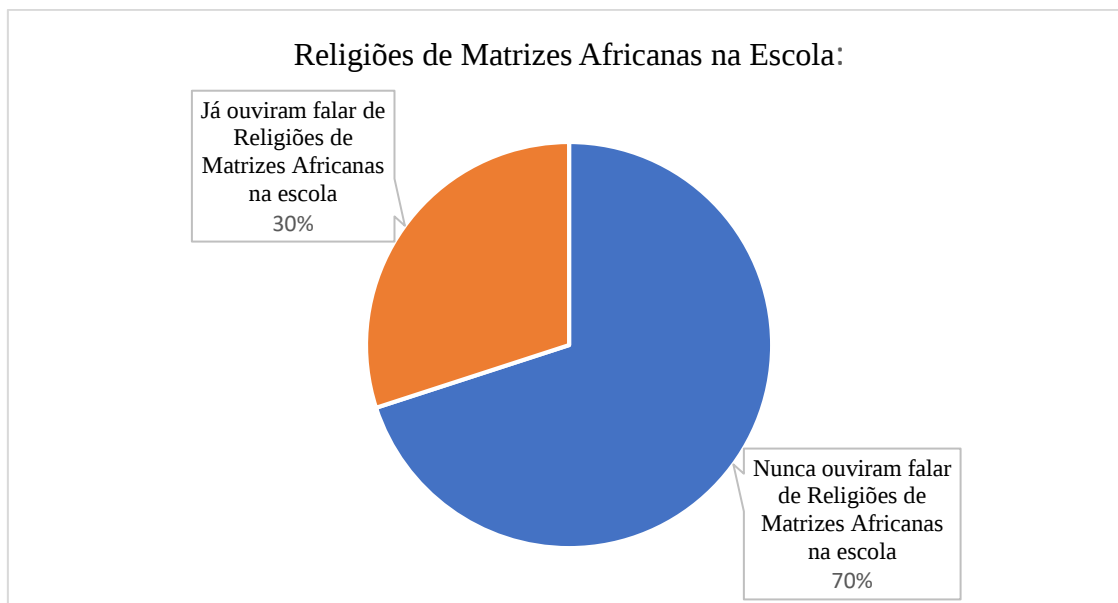
Na resposta oito (8), **“nunca vi [brigas na escola], mas já sofri com isso, é uma coisa que não desejo a ninguém”**. Quando Imani acha **“constrangedor”** o questionamento sobre se sua religião é a melhor ou verdadeira, talvez isso revele sua insegurança na exposição de seus rígidos posicionamentos, nos quais percebemos três possibilidades: o medo de iniciar um conflito; o Cristianismo é tão hegemônico que tal pergunta é irrelevante; a negação cabal de outras crenças. Considero, pois, que, para ela, não existe vida fora da sua concepção cristã, neste caso não havendo acolhimento às religiões afro-brasileiras.

3.8 O que essas vozes nos dizem?

A minha intenção como pesquisadora foi tentar compreender o fenômeno religioso que envolve as religiões afro-brasileiras e os motivos pelos quais os números de violações da liberdade religiosa desses povos crescem ano após ano. Analisar as vozes dos estudantes me possibilitou entrar um pouco na história de cada um e compreender o processo de rejeição e acolhimento a essas religiosidades em ambiente escolar.

Essas vozes ecoaram em forma de insegurança, medo, pedido de socorro, constrangimento, carinho, admiração e respeito. São vozes que falam de si, mas muito mais das pessoas ao seu redor e o quanto a comunidade pode contribuir para a perpetuação do racismo religioso. Analisar essas vozes desperta a esperança e a certeza de que devemos continuar, lutar por um mundo melhor e uma sociedade justa. A ciência cumpre o seu papel ao ouvir aqueles que ainda não conseguem se expressar e provocar o senso crítico desses sujeitos.

A escola é um espaço de promoção de diálogos. Reconhecer que a pluralidade cultural e religiosa colabora para repensar novas epistemologias que acolham as pluralidades existentes na sociedade. Em vista disso, considero importante ouvir a quantidade de estudantes que acessam uma educação inter-religiosa no ambiente escolar. Analisando a resposta da pergunta: **“você conversa ou já ouviu falar na escola sobre religiões de matrizes africanas? Em qual situação?”** Temos os seguintes dados:



Conforme o gráfico, apenas 30% dos estudantes tiveram acesso ao ensino ou a projetos que proporcionassem o conhecimento das religiões afro-brasileiras. Esses dados comprovam a ineficiência da aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornaram obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as escolas brasileiras e oferta do Ensino Religioso não confessional. Conforme Silva *et al.* (2019):

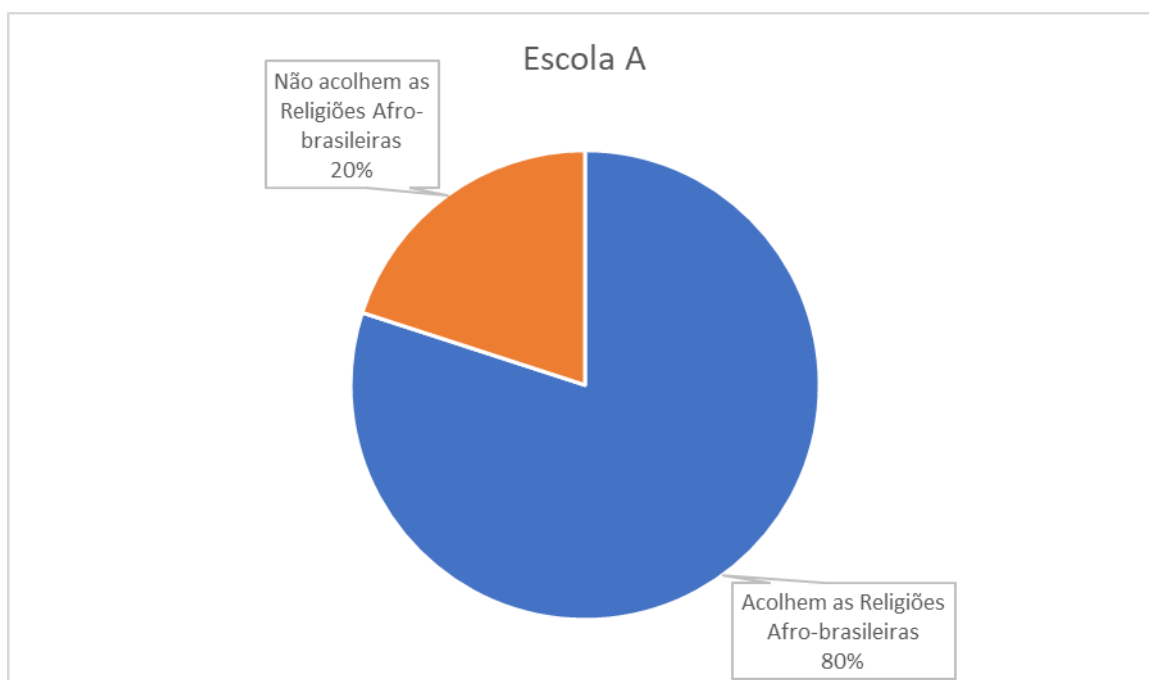
Não obstante, nos encontramos na atual sociedade brasileira com o grande desafio de promover a convivência republicana e respeito às diferentes visões de mundo, com o qual, certamente, a educação tem muito a contribuir. Nesse sentido, as Ciências da Religião e o Ensino Religioso emergem como campos privilegiados de estudo e aprofundamento do fenômeno religioso sem viés confessional ou proselitista, possibilitando uma cultura de paz e diálogo entre as religiões e com todos. (Silva et al., 2019).

De acordo com os autores, o grande desafio da sociedade contemporânea é a convivência respeitosa entre as diversas visões de mundo. Constantemente, a escola é atacada por grupos neopentecostais fundamentalistas que com apoio de políticos evangélicos de extrema-direita tentam impor um ensino religioso proselitista. Em contrapartida, a formação de professores do ensino religioso, enquanto cientistas da religião, luta para que o currículo escolar aborde a diversidade religiosa sem impor crenças, contribuindo para a formação integral do ser humano.

Diante do apresentado, o diálogo inter-religioso encontra resistências culturais e institucionais. Ampliar esse diálogo é garantir um ensino inclusivo e transformador. Apesar da falta de efetividade na implementação de uma educação laica e antirracista, os dados desta dissertação comunicam que existe acolhimento aos estudantes pertencentes às religiões afro-

brasileiras nas escolas pesquisadas, porém, não asseguram que esse acolhimento se estenda às religiosidades. Observo que o acolhimento ao estudante religioso se diferencie do acolhimento à religiosidade pela aproximação e a convivência diária com os sujeitos em questão. A não oferta de disciplinas e projetos pedagógicos que abordem a temática da pluralidade religiosa nega aos estudantes o acesso a esse conteúdo, contudo em outros momentos da sua vida social e comunitária, essa consciência transreligiosa é construída empiricamente.

Quadro 2- Porcentagem de acolhimento ou rejeição aos estudantes de religiões afro-brasileira na escola A

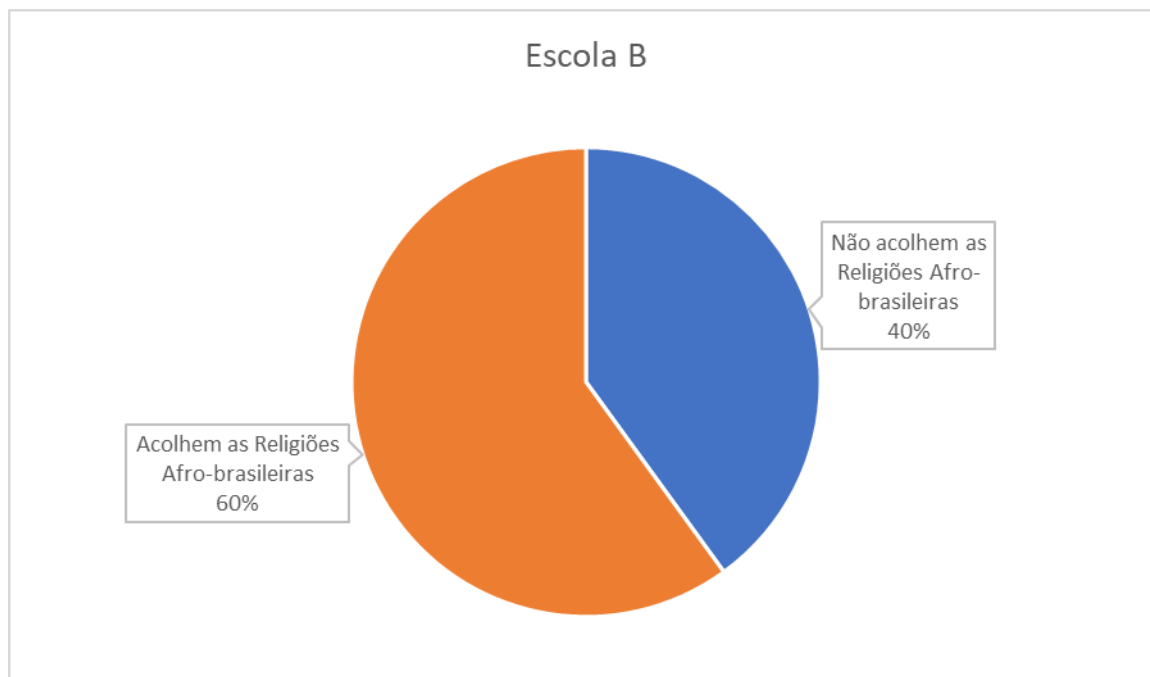


Entre os dados analisados da escola A, há um total de 80% de acolhimento aos estudantes adeptos às religiões afro-brasileiras na escola. Entre evangélicos, sem religião e católicos, a angústia de um dos estudantes se apresenta como um grito de socorro pela falta de liberdade religiosa e a violação dos seus direitos. São experiências dolorosas que convidam a refletir: até que ponto as religiões ainda são utilizadas como instrumentos de opressão?

Trazemos na bagagem uma história de perseguição, de **exotização** e de **demonização** das religiosidades afro-brasileiras. Vários séculos se passaram e essas religiosidades ainda são oprimidas e a convivência entre povos e culturas diferentes torna-se um cenário cada dia mais complexo, exigindo um grande esforço coletivo.

Enquanto o gráfico mostra que a convivência entre esses estudantes desperta o sentimento de respeito, a não aceitação das religiões de matriz africana provém de um único estudante evangélico. Nesse contexto, compreendo que o crescimento do segmento religioso fundamentalista tem contribuído para travar o diálogo inter-religioso.

Quadro 3- Porcentagem de acolhimento e rejeição aos estudantes de religiões afro-brasileiras na escola B

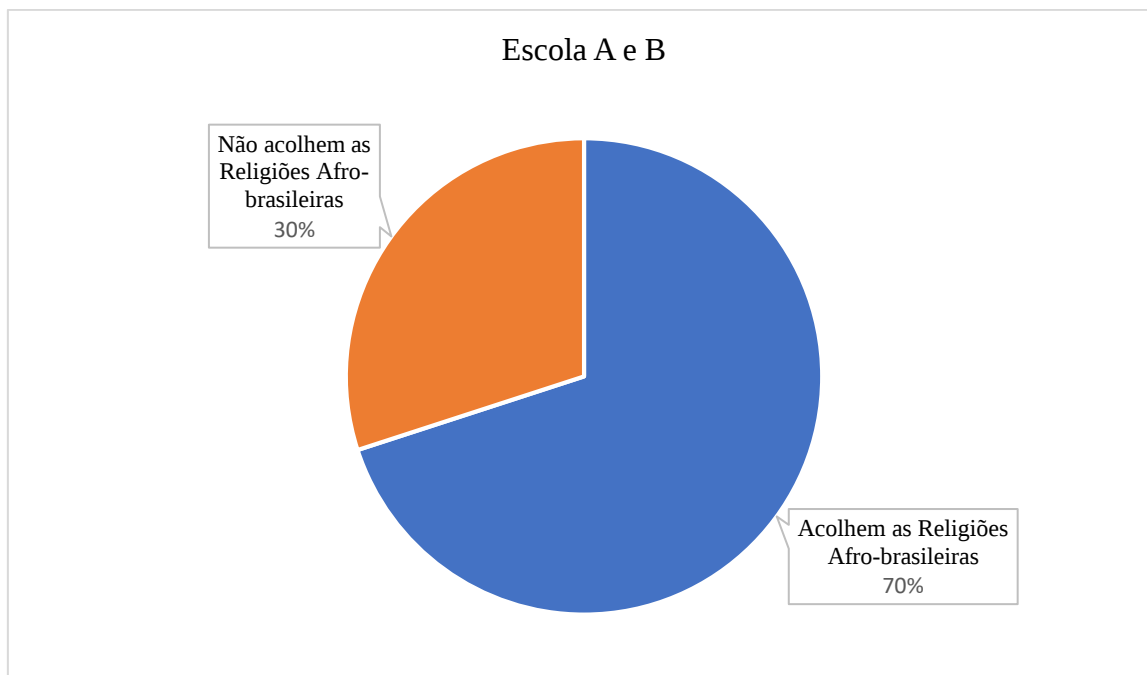


Entre os cinco (5) estudantes analisados na escola B, evangélicos, católicos e agnósticos e um total de 60% de acolhimento aos estudantes de religiões afro-brasileiras. Dos dois evangélicos, há um depoimento angustiante de uma pessoa que já sofreu com a intolerância religiosa.

Aqui compreendo que a construção ideológica entre religião “certa” ou “errada” não impossibilita essas religiosidades, que têm um número expressivo de adeptos intolerantes religiosos, também sofrerem violências religiosas. No entanto, é preciso assumir uma postura dialógica entre essas e as diversas religiões. Como já afirmei no decorrer desta dissertação, não se trata de renunciar a própria espiritualidade, mas não se apoderar e julgar a experiência religiosa do outro.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases), no que diz respeito ao Ensino Religioso, considera a promoção de uma educação que valorize a complexidade do ser humano, refletindo sobre suas manifestações culturais e espirituais. No entanto, é fundamental que a educação fomente ações que promovam o respeito e a liberdade de crença e garantam a efetiva laicidade das escolas e do Estado.

Quadro 4- Porcentagem de acolhimento e rejeição aos estudantes de religiões afro-brasileiras nas escolas A e B



Foram dois os critérios que utilizei para analisar as vozes que ecoaram das escritas dos estudantes de oitavo ano de escolas públicas da região metropolitana do Recife: **exotização** e **demonização** dos cultos e religiões afro-brasileiras.

Durante esta pesquisa procurei com linguagem simples, ao alcance de jovens de 13 e 15 anos, compreender e buscar vestígios que comprovassem o acolhimento ou a rejeição aos estudantes praticantes de religiões afro-brasileiras. Com base nas respostas dos estudantes, um total de 70% afirma acolher essas religiosidades. Dentre os 30% que rejeitam, todos são praticantes de uma mesma pertença religiosa – cristãos evangélicos.

A sociedade contemporânea assiste ao avanço de fundamentalistas evangélicos que, inseridos nas instituições públicas e privadas, têm causado conflitos na tentativa de hegemonizar as formas de crer e viver dos sujeitos. Sobre isso, Ceccethi *et al.* (2015) afirmam que “O atual crescimento dos movimentos fundamentalistas também pode ser compreendido como reação frente às tentativas de homogeneização que, de forma violenta, têm causado vários conflitos e atentados de extrema brutalidade”.

O que significa que os valores culturais e religiosos estão sendo diluídos ou ameaçados por grupos fundamentalistas que tentam apagar de forma violenta crenças e tradições não cristãs. São movimentos que rejeitam o diálogo e políticas que valorizem a pluralidade existente na sociedade brasileira.

Observo, ao longo dos anos, um avanço nas políticas de reparação, o investimento em cotas raciais, a abertura para o diálogo inter-religioso e a luta contra o racismo. Os números dessa pesquisa comprovam que esses avanços colhem tímidos frutos da luta por uma sociedade

equitativa para todos. Temos muitas lutas para travar, muitos direitos para conquistar. No coração, o desejo de que todos, todas e todes sejam não só respeitados, mas acolhidos na sua integridade, independentemente da classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aos povos vindos de África, escravizados, foram negados a dignidade de viver. Aos seus descendentes, a falta de acesso à moradia, à saúde e à educação. Foi no terreiro dessa pesquisa que esperamos encontrar uma escola que abraçasse as diversidades de pensamentos e acolhesse com respeito esses povos que por séculos não tiveram seus direitos adquiridos.

Essa dissertação é uma escrita de resistência, não apenas de pesquisadoras que pertencem às religiões afro-brasileiras, mas também daqueles que, assim como eu, acreditam que a educação é a base para uma sociedade justa e equitativa para todos os povos. Nosso objetivo não é dar voz, mas acolher as vozes de quem tem muito a nos ensinar. Escutar a escrita, ler o que as entrelinhas sugerem e acreditar que o diálogo tem o poder transformador.

O encontro com estudantes permitiu um novo olhar e desconstruiu expectativas da pesquisadora, no que diz respeito ao acolhimento aos estudantes pertencentes às religiões afro-brasileiras em ambiente escolar. A ausência dessa representação em sala de aula transparece a invisibilidade desses povos e o receio em manifestar a sua pertença religiosa, da mesma forma que a maioria dos questionários obteve respostas de uma palavra, sim ou não, que não permitiu a análise dos dados. Dessa forma, interpreto as duas situações como o resultado da ausência do diálogo inter-religioso que não permite aos estudantes o sentimento de pertença ao ambiente escolar e a falta de confiança para expressar sua religiosidade. A palavra “infelizmente” escrita em caixa alta por um dos alunos analisados é a expressão da falta de liberdade religiosa imposta por uma parcela significativa de escolas, pela família e pela sociedade.

O acolhimento aos estudantes de religiões afro-brasileiras contido na maioria das respostas dos questionários analisados me surpreendeu, quando observo o crescente número de violências e violações contra essa matriz religiosa. Apesar da obrigatoriedade das leis antirracistas, que não torna a obrigatoriedade do ensino das religiões, mas permite o encontro de estudantes com a história e com as contribuições dos afro-brasileiros, indígenas e a ausência do ensino religioso sem proselitismos de uma religião em detrimento de outra, observo o despertar uma consciência transreligiosa em estudantes.

A formação dessa consciência, acessada em contextos sociais, permitiu aos estudantes envolvidos um novo olhar através de diferentes realidades. Esse olhar ultrapassa a barreira da institucionalização religiosa e aproxima-se de uma nova visão do sagrado. Embora seja notório um avanço das legislações e do acesso à grupos de diálogos inter-religiosos, as narrativas negativas ainda ocupam os diversos espaços de poder, contribuindo para a marginalização e exclusão de comunidades religiosas não cristãs.

As narrativas construídas em torno da demonização e exotização dos povos, culturas e religiosidades afro-brasileiras são violentas e validam experiências de racismo religioso, amedrontando praticantes e não praticantes dessas religiosidades. E, em nome de uma moral procedente das religiões hegemônicas, a sociedade contemporânea não acolhe a diversidade. De acordo com Dantas (2018):

...ressurgem os velhos demônios que estão disponíveis para queimar todos os que são diferentes e vulneráveis, diante da insensatez dos que, em nome de uma moral, querem pôr fim à convivência entre pessoas com hábitos, práticas, crenças e visões de mundo diversas. (Dantas, 2018).

Nesse contexto, grupos minoritários são sufocados e a imposição de uma visão de mundo se utiliza de discursos de ódio, sufocando a pluralidade cultural e religiosa existente na sociedade brasileira.

A defesa da laicidade em um momento de grande crise cultural e religiosa na sociedade contemporânea reflete a necessidade de uma nova epistemologia que pense sobre as diversidades e provoque a sociedade em defesa de direitos iguais para todos. O Estado de Pernambuco, assim como vários estados do território brasileiro, no momento da escrita dessa dissertação, vive a tentativa de violação da laicidade do estado e consequentemente das instituições de ensino por grupos de extrema-direita e evangélicos neopentecostais.

O objetivo desses grupos é a institucionalização dos “intervalos bíblicos” e a hegemonia das religiões cristãs. A interrupção da rotina dos estudantes e o uso do espaço público para realização de cultos e louvores transformam a escola em uma extensão da igreja. A escola é espaço onde as pluralidades de pensamentos devem ser respeitadas. Defender a laicidade é defender a crença ou não crença de todos os sujeitos.

A escola deve ser lugar de humanização e promoção de uma educação pluralista, aberta ao diálogo autêntico e que proporcione a toda comunidade escolar o acesso ao conhecimento do patrimônio cultural das diferentes tradições religiosas. Foi ouvindo estudantes de oitavo ano de duas escolas públicas da Região Metropolitana do Recife que busquei compreender como acontece o acolhimento às religiões afro-brasileiras. Decidi por adolescentes entre 12 e 15 anos, por ser uma faixa etária em que se dá a construção de uma nova identidade pessoal e coletiva. Dessa forma, a identidade religiosa é senão uma afirmação social e coletiva que molda a convivência desses jovens nas comunidades onde estão inseridos. Na escola, a pertença religiosa, ou não religiosa, e o acesso ao diálogo inter-religioso interferem nas formas de convivência desses estudantes dentro e fora do ambiente escolar.

É por meio da educação para a diversidade que a promoção do diálogo encontra o rigor acadêmico e uma consciência transreligiosa. De acordo com Aragão (2021), é por meio da transreligiosidade que “assegura a tradução de uma tradição espiritual para várias outras, decifrando o significado que as une, embora igualmente as ultrapasse”. Essa consciência transreligiosa, contemplada nas respostas de alguns estudantes, transcende as fronteiras da pertença religiosa e permite que o diálogo com outras religiões favoreça uma convivência harmoniosa.

A escola deve ser um espaço laico, sem promoção do proselitismo e questões de fé. É responsabilidade das Ciências da Religião, contribuir com a construção de uma educação que promova a pluralidade religiosa e aborde as experiências fenomenológicas das religiões. Reconhecer, dialogar e respeitar as diversas religiões e a liberdade de crer, ou não crer, dos sujeitos, ampliam o papel da escola, transformando-a em espaço de inclusão e acolhimento.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, G. de S.; de OLIVEIRA, R. V.; de VASCONCELOS, E. M. R. Educação para a diversidade religiosa no Brasil. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**. Goiânia. v. 32, n. 4, p. 594-608, 2023. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/12875>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- ARAGÃO, Gilbráz S. Magia negra cresce em Pernambuco?! **Observatório Transdisciplinar das Religiões**. Mar, 2021. Disponível em: <https://www1.unicap.br/observatorio2/?p=684>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- AREIAS, Karilayn. Idosa é agredida por intolerância religiosa em Nova Iguaçu. **O Dia**. 20 ago.17. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-08-20/idosa-e-agredida-por-intolerancia-religiosa-em-nova-iguacu.html>. Acesso em: 20 fev. 2024.
- ALUNO é barrado em escola por usar trajes de candomblé. **Portal Geledés**. 03 de set de 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/aluno-e-barrado-em-escola-por-usar-trajes-de-candomble/>. Acesso em: 20 out. 2024.
- BENTO, Gabriela. Intervalo bíblico: Ministério Público debaterá cultos religiosos em escolas de PE. **CNN Recife**. 15 de out. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/intervalo-biblico-ministerio-publico-debatera-cultos-religiosos-em-escolas-de-pe/>. Acesso em: 20 out. 2024.
- BOAS, Pedro Vilas. No 1º semestre, país teve 91% dos casos de intolerância religiosa de 2023, **UOL**, São Paulo, 17 jul. 24. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/07/17/dados-violacoes-religiao-mdh.htm?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTEAAR2zK1zaiHxAC3rCnZYjLnTow9Ozhj8OMeuhXEjfy8F83NzYdhc7UqiC_4g_aem_Lb1OfyNzE-D381HXKRRCrxg&sfnsn=wiwspwa. Acesso em: 22 jan. 24.
- BOTELHO, Denise Maria. Educadores e relações raciais. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**. S. Paulo, 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/315908519_EDUCA_DORES_E_RELACOES_RACIAIS. Acesso em: 12 set. 2024.
- BOTELHO, Denise; Nascimento, Wanderson Flor do. **Educação e religiosidades afro-brasileiras: a experiência dos candomblés**. n. 17, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/24204>. Acesso em: 12 set. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Aprova o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 out. 1890.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 003/2004**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.cne.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2283/2024**, de 17 out. 2024. Autor: Antunes, Renato. Projeto de Lei Ordinária. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2024. Disponível em: <https://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=13862&tipoprop=p>. Acesso em: 25 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificando as diretrizes e bases da educação nacional para incluir, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. **Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 1998

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. O diálogo inter-religioso na perspectiva das ciências da religião. In: **Simpósio Internacional Filosófico-Teológico (FAJE), 14; Simpósio Internacional das Ciências da Religião (PUC MINAS)**, 8. 2008. Belo Horizonte.

CARDOSO, C. M. Fundamentos para uma educação na Diversidade. In: RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; NASCIMENTO, Danielle Aparecida do Santos (Org.). **Diversidade e cultura inclusiva**. São Paulo: Editora da Unesp, 2023. p. 10-30. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155241/6/unesp-nead_reei1_ei_d01_e-book.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Orientadora: Roseli Fischmann. 2005. Tese (Doutorado m Educação junto à Área Filosofia da Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 23 jan. 2024.

CECCHETTI, Élcio; OLIVEIRA, LÍlian Blanck de. Diversidade religiosa e direitos humanos: conhecer, respeitar e conviver. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**. Bauru, n. 4, p. 181-197, jun. 2015.

CECCHETTI, Élcio. Ensino Religioso: contextos e perspectivas atuais. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**. Belo Horizonte, v. 18, n. 55, p. 10-14, jan./abr. 2020.

CRIOLA. **Panorama geral do contexto de racismo religioso no Brasil**. Rio de Janeiro: Criola, 2023. Disponível em: <https://criola.org.br/lancamento-panorama-geral-do-contexto-de-racismo-religioso-no-brasil/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

‘DEMÔNIA’: Professora é vítima de intolerância religiosa por estudantes de escola na Bahia. **Carta Capital**. 27 de nov. 2024. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/educacao/demonia-professora-e-vitima-de-intolerancia-religiosa-por-estudantes-de-escola-na-bahia/>. Acesso em: 7 dez. 2024.

DICIONÁRIO de Ciências Sociais. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. 1987.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro em sociedade de classes: o legado da “raça branca”**. Vol. 1. 3 ed. São Paulo. Globo. 2008.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1972

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FILIZOLA, Gustavo Jaime; BOTELHO, Denise Maria. Lei 10.639/2003: caminhos para desconstrução do racismo epistêmico/religioso no ambiente escolar. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**. v. 11, n. 22, p. 59–78, 2019.

GIL, Gilberto; VELOSO, Caetano. **Haiti**. Cavalo de Pau, 1982. Polydor.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes**. vol. 10. nº 18. abr. de 2011, p. 133 – 154.

_____. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, p. 98-109, Jan/Abr 2012. Disponível em: http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20curriculo.pdf. Acesso em: 06 abr. 2024.

HOMEM destrói com marreta jardim em terreiro de candomblé e é denunciado por depredação e injúria. **TV Globo**. PE. 04 de jul. 24. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/peernambuco/noticia/2024/07/04/homem-destroi-com-marreta-jardim-em-terreiro-de-candomble-e-e-denunciado-por-depredacao-e-injuria-video.ghml>. Acesso em: 30 jul. 2024.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

_____. **Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança**. Tradução de Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante. 2021.

LEI 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. In: BENEDITO Beatriz Soares; CARNEIRO Suelaine; PORTELLA Tânia, org. São Paulo, SP. Instituto Alana, 2023. Disponível em: <https://alana.org.br/wp-content/uploads/2023/04/lei-10639-pesquisa.pdf>. Acesso em: 12 set. 2024.

LIMA, Claudiene dos Santos. **O racismo religioso na Paraíba.** Orientadora Ivonildes da Silva Fonseca. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia. Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2012.

MELO, Monica. Livro infantil do rapper Emicida é vandalizado por mãe de aluno com críticas às religiões de matriz africana. **G1/BA.** Bahia. 07 de mar. 23. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/03/07/livro-infantil-de-emicida-e-alvo-de-intolerancia-religiosa-praticada-por-mae-de-aluno-em-escola-de-salvador.ghtml>. Acesso em: 22 ago. 2024.

MICHAELIS. Dicionário de Língua Portuguesa. 2. ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2007.

MINAYO, M. C. S., SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementariedade? **Caderno Saúde Pública.** Rio de Janeiro. nº 9, p. 239-262. jul/set, 1993

MORI, Letícia. Narcopentecostalismo: traficantes evangélicos usam religião na briga por territórios no Rio. **BBC News Brasil.** São Paulo. 12 mai. 23. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cj5ej64934mo>. Acesso em: 30 mai. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Construção da identidade negra no contexto da globalização.** Ethnos Brasil, v. 1, n. 1, p. 11-20. mar. 2002. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_ConstrucaoDaIdentidadeNegraNoContextoDaGlobalizacao_2002.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

_____. Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania. Palestra proferida no **1º Seminário de Formação Teórico Metodológica-SP.** Disponível em: https://www.academia.edu/6967769/Diversidade_etnicidade_identidade_e_cidadania. Acesso em: 02 fev. 2024

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no **3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ,** 05 de nov. 03. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2024.

MIRANDA, Ana Paula. Entre o privado e o público: considerações sobre a (in) criminalização da intolerância religiosa no Rio de Janeiro. **Anuário Antropológico.** v. 35, n. 2, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/7034>. Acesso em: 29 fev. 2024.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2016. Disponível em Kindle. Acesso em: 10 dez. 2024.

NASCIMENTO, W. F. O fenômeno do racismo religioso: Desafios para os povos tradicionais de matrizes africanas. **Revista Eixo**. 2017. v. 6. n° 2. p. 51-56. Disponível em: <https://doi.org/10.19123/eixo.v6i2.515>. Acesso em: 22 jan. 24.

_____. Afroreligiosidade na mira do racismo. **Correio Braziliense**. Brasília/DF. 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/31433494/Afroreligiosidade_na_mira_do_racismo. Acesso em: 15 mar. 2024.

_____. Entre a educação e a política: a colonialidade. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação – RESAFE**. n. 23. P. 444-458. nov./2014-abr/2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/4708>. Acesso em: 08 ago. 2024.

_____. Sobre os candomblés como modo de vida: Imagens filosóficas entre Áfricas e Brasis. **Ensaio Filosóficos**. Vol. 13. ago. 2016.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural: Uma perspectiva histórico-crítica**. 1 ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021. Disponível em Kindle. Acesso em: 12 nov. 2024.

ONU Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948. Disponível em: <https://www.onu.org.br>. Acesso em: 23 jun. 2024.

RIOS, Alan; DUTRA, Francisco. Mãe de vítima de racismo religioso desabafa: “Impedida de estudar”. **Metrópoles**. Brasília/DF. 01 de mar. 23. Disponível em: <https://www.metropole.com.br/distrito-federal/mae-de-vitima-de-racismo-religioso-desabafa-impedida-de-estudar>. Acesso em: 23 ago. 2024

PINHEIRO, Barbara Carine Soares. **Como ser uma educadora antirracista**. São Paulo: Planeta Brasil, 2023.

RIBEIRO, Claudio de **O. Pluralismo religioso em questão**. São Paulo: Pluralidades. 2024.

SANTOS, Ivanir dos; GINO, Mariana. A menina e a pedra: uma breve delineação sobre a intolerância religiosa no Brasil. In: SANTOS, Ivanir dos; NASCIMENTO, Maria das Graças O.; CAVALCANTI, Juliana B.; GINO, Mariana; ALMEIDA, Vítor (Orgs.). **Intolerância Religiosa no Brasil: Relatório e Balanço**. Rio de Janeiro: Klínê Editor. 2016. p. 58-68.

SOUZA, Sandra Duarte de. Revista mandrágora: Gênero e religião nos estudos feministas. **Estudos Feministas, Florianópolis**. v. 12. p. 122-130, setembro-dezembro/2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/Y6WLw8Cx9kBZ8bt6ZvwqbCz/?format=pdf>. Acesso em: 02 fev. 2024.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele, org. **Superando o Racismo na escola**. 2ª ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf . Acesso em: 20 set. 2024.

SILVA, C. L.; ARAGÃO, G. de S.; LIBÓRIO, L. A. Ensino religioso laico: um olhar complexo e transdisciplinar. **Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião**, Goiânia, Brasil, v.

17, n. 1, p. 296–312, 2019. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/6945>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SILVA, Petronilha B. G. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3, p. 489-506, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/XYZ>. Acesso em: 15 jan. 2024.

_____. Conversa sobre ações afirmativas, africanidades e qualidade da educação. **Cadernos de Educação**. Ano XIII, n. 20, 1ª ed. p. 22-28.

TODOS pela Educação. Relatório de atividades 2023. São Paulo: Todos Pela Educação, 2024. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2024/04/todos-relatorio-anual-final-digital-2023.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2024

ANEXOS

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

FÓRMULARIO DE PESQUISA A NÍVEL DE MESTRADO

Escola: Escola Estadual Manoel F. Silva
Estudante
Série: 8 ^a Idade: 18
Religião: católica, mas penso em essa liberdade de religião

INFORMANTE

1. O que você acha das religiões de matrizes africanas? (Candomblé, Umbanda, Jurema)

Respeito e acho muito interessante

2. Você tem amigos na escola que pertencem a religiões diferentes da sua? Se sim, quais?

ninguém

3. Você já chamou seus amigos da escola de macumbeiros? Por quê? Em quais situações?

uma colega falou em texto chamado uma peça de 4^o anos mas ela de hoje e nem foi lá

4. Você já fez piadas ou comentários com a religião de matrizes africanas? Se sim, por quê?

mas, tanto o máximo de respeito.

5. Você se importa se seus colegas usarem contas (um tipo de cordão no pescoço) e roupas do candomblé e umbanda na escola? Se sim, por quê?

mas me incomoda, até porque não faz mal a ninguém de está apenas cuidando da apresentação dele.

6. Você acredita que brigar ou ofender as pessoas por causa de religião na escola pode ser um problema? Se sim, por quê?

intolerância religiosa é um grande problema. Porém, acho que as pessoas humanas estão desrespeitando a religião em nome da "razão"

7. Você respeita a religião do seu colega? Se sim, por quê?

respeito porque é coisa de outro mundo

8. Na escola, você já viu alguém brigando por causa de religião? O que você acha dessa situação?

situação ruim, um desrespeito a outra religião sem ter conhecimento

9. Você conversa ou já ouviu falar na escola sobre religiões de matrizes africanas? Se sim, em qual situação?

em conferência nas aulas de religião na escola na qual foi discutido a religião de matrizes africanas e o seu impacto na sociedade e na escola em geral

10. Você acredita que sua religião é a melhor e a verdadeira? Por quê?

não existe religião "melhor" ou "verdadeira"

Você está sendo convidado para participar da pesquisa de mestrado "O FIO QUE CONTA: REJEIÇÕES E ACOIHMENTOS DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS EM AMBIENTE ESCOLAR".

Você foi selecionado e sua participação não é obrigatória.

A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.

Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Universidade Católica de Pernambuco.

Os objetivos deste estudo são investigar a recepção ou rejeições das religiões de matrizes africanas nas Escolas Públicas do Estado de Pernambuco.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário com 10 perguntas abertas sobre religiões de matrizes africanas.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.

Os dados não serão divulgados e o pesquisador se utilizará de nomes fictícios de forma a preservar sua identificação.

Declaro que entendi os objetivos e minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Recife, 27 de 05 de 2024

Assinatura do PARTICIPANTE DA PESQUISA

Assinatura do PAI / MÃE ou RESPONSÁVEL LEGAL

PESQUISADOR RESPONSÁVEL:

Cynthia Virginia Farias D'Amorim

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião

Universidade Católica de Pernambuco

Cynthia Virginia Farias D'Amorim

Assinatura

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

FÓRMULARIO DE PESQUISA A NÍVEL DE MESTRADO

Escola:	MATHEUS DE ALMEIDA SENADOR NOVAES FILHO		
Estudante:			
Série:	8.º B	Idade:	15
Religião	VARZEA		

1. O que você acha das religiões de matrizes africanas? (Candomblé, Umbanda, Jurema)

A CULTURA É LINDA RESPEITO ALTO

2. Você tem amigos na escola que pertencem a religiões diferentes da sua? Se sim, quais?

SIM WESLEY

3. Você já chamou seus amigos da escola de macumbeiros? Por quê? Em quais situações?

NÃO PORQUE EU RESPEITO E MINHA MÃE É DO CANDOMBLÉ

4. Você já fez piadas ou comentários com a religião de matrizes africanas? Se sim, por quê?

NÃO

5. Você se importa se seus colegas usarem contas (um tipo de cordão no pescoço) e roupas do candomblé e umbanda na escola? Se sim, por quê?

SIM PORQUE É LINDO

6. Você acredita que brigar ou ofender as pessoas por causa de religião na escola pode ser um problema? Se sim, por quê?

SIM INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

7. Você respeita a religião do seu colega? Se sim, por quê?

SIM RESPEITO A RELIGIÃO APESAR DE TUDO

8. Na escola, você já viu alguém brigando por causa de religião? O que você acha dessa situação?

NÃO TEM PORQUE BRIGAR SOMOS IGUAIS

9. Você conversa ou já ouviu falar na escola sobre religiões de matrizes africanas? Se sim, em qual situação?

SIM COM MEU AMIGO "ELE FALOU QUE QUERIA ENTRAR NA REJEIÇÃO."

10. Você acredita que sua religião é a melhor e a verdadeira? Por quê?

SIM PORQUE DEUS É MAIOR YESHUA.
MAIS EU RESPEITO

Você está sendo convidado para participar da pesquisa de mestrado "O FIO QUE CONTA: REJEIÇÕES E ACOLHIMENTOS DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS EM AMBIENTE ESCOLAR".

Você foi selecionado e sua participação não é obrigatória.

A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.

Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Universidade Católica de Pernambuco.

Os objetivos deste estudo são investigar a recepção ou rejeições das religiões de matrizes africanas nas Escolas Públicas do Estado de Pernambuco.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário com 10 perguntas abertas sobre religiões de matrizes africanas.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.

Os dados não serão divulgados e o pesquisador se utilizará de nomes fictícios de forma a preservar sua identificação.

Declaro que entendi os objetivos e minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Recife, PE de 27/05/ de 2024

Assinatura do PARTICIPANTE DA PESQUISA

Assinatura do PAI / MÃE ou RESPONSÁVEL LEGAL

PESQUISADOR RESPONSÁVEL:

Cynthia Virginia Farias D'Amorim

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião

Universidade Católica de Pernambuco

Cynthia Virginia Farias D'Amorim

Assinatura

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

FÓRMULARIO DE PESQUISA A NÍVEL DE MESTRADO

Escola: <u>Eretem Sanador no Pcs F.2HU</u>	
Estudante:	
Série: <u>Q- A</u>	Idade: <u>13</u>
Religião: <u>evangelico Assembleia de Deus</u>	

1. O que você acha das religiões de matrizes africanas? (Candomblé, Umbanda, Jurema)
na minha religião é errado
2. Você tem amigos na escola que pertencem a religiões diferentes da sua? Se sim, quais?
Sim, ele é da igreja batista
3. Você já chamou seus amigos da escola de macumbeiros? Por quê? Em quais situações?
não, porque ele não é da religião.
4. Você já fez piadas ou comentários com a religião de matrizes africanas? Se sim, por quê?
não, nunca fiz
5. Você se importa se seus colegas usarem contas (um tipo de cordão no pescoço) e roupas do candomblé e umbanda na escola? Se sim, por quê?
não, não tenho nada contra
6. Você acredita que brigar ou ofender as pessoas por causa de religião na escola pode ser um problema? Se sim, por quê?
Sim, porque nós não podemos sugar pela sua religião ou Lord de Pele
7. Você respeita a religião do seu colega? Se sim, por quê?
Sim, por que cada um escolhe a sua religião
8. Na escola, você já viu alguém brigando por causa de religião? O que você acha dessa situação?
Sim, desnecessária

9. Você conversa ou já ouviu falar na escola sobre religiões de matrizes africanas? Se sim, em qual situação?

na

10. Você acredita que sua religião é a melhor e a verdadeira? Por quê?

Sim, porque eu sou do Candomblé e acredito que a minha religião é a melhor

Você está sendo convidado para participar da pesquisa de mestrado **"O FIO QUE CONTA: REJEIÇÕES E ACOLHIMENTOS DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS EM AMBIENTE ESCOLAR"**.

Você foi selecionado e sua participação não é obrigatória.

A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.

Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Universidade Católica de Pernambuco.

Os objetivos deste estudo são investigar a recepção ou rejeições das religiões de matrizes africanas nas Escolas Públicas do Estado de Pernambuco.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário com 10 perguntas abertas sobre religiões de matrizes africanas.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.

Os dados não serão divulgados e o pesquisador se utilizará de nomes fictícios de forma a preservar sua identificação.

Declaro que entendi os objetivos e minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Recife, 28 de maio de 2024

Assinatura do PARTICIPANTE DA PESQUISA

Assinatura do PAI / MÃE ou RESPONSÁVEL LEGAL

PESQUISADOR RESPONSÁVEL:

Cynthia Virginia Farias D'Amorim

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião

Universidade Católica de Pernambuco

Cynthia Virginia Farias D'Amorim

Assinatura

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

FÓRMULARIO DE PESQUISA A NÍVEL DE MESTRADO

Escola: <u>Semaden Natividade, Filhino</u>	
Estudante:	
Série: <u>8-A</u>	Idade: <u>43</u>
Religião: <u>Católica</u>	

1. O que você acha das religiões de matrizes africanas? (Candomblé, Umbanda, Jurema)

Eu acho lindo, principalmente as músicas

2. Você tem amigos na escola que pertencem a religiões diferentes da sua? Se sim, quais?

Sim. Tenho um amigo de candomblé

3. Você já chamou seus amigos da escola de macumbeiros? Por quê? Em quais situações?

Não

4. Você já fez piadas ou comentários com a religião de matrizes africanas? Se sim, por quê?

Também não.

5. Você se importa se seus colegas usarem contas (um tipo de cordão no pescoço) e roupas do candomblé e umbanda na escola? Se sim, por quê?

Não.

6. Você acredita que brigar ou ofender as pessoas por causa de religião na escola pode ser um problema? Se sim, por quê?

Sim, porque todo mundo deve ser respeitado de uma boa maneira, para ninguém se ofender

7. Você respeita a religião do seu colega? Se sim, por quê?

Sim, porque todos devem respeitar o outro e a fé dele.

8. Na escola, você já viu alguém brigando por causa de religião? O que você acha dessa situação?

Sim, eu acho ruim

9. Você conversa ou já ouviu falar na escola sobre religiões de matrizes africanas? Se sim, em qual situação?

Sim, os professores falam e também ministras
lições.

10. Você acredita que sua religião é a melhor e a verdadeira? Por quê?

Todas as religiões são verdadeiras, e é
claro que minha religião é boa para nós e
para a sociedade.

Você está sendo convidado para participar da pesquisa de mestrado **"O FIO QUE CONTA: REJEIÇÕES E ACOLHIMENTOS DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS EM AMBIENTE ESCOLAR"**.

Você foi selecionado e sua participação não é obrigatória.

A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.

Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Universidade Católica de Pernambuco.

Os objetivos deste estudo são investigar a recepção ou rejeições das religiões de matrizes africanas nas Escolas Públicas do Estado de Pernambuco.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário com 10 perguntas abertas sobre religiões de matrizes africanas.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.

Os dados não serão divulgados e o pesquisador se utilizará de nomes fictícios de forma a preservar sua identificação.

Declaro que entendi os objetivos e minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Recife, 28 de Maio de 2024

Assinatura do PARTICIPANTE DA PESQUISA

Assinatura do PAI / MÃE ou RESPONSÁVEL LEGAL

PESQUISADOR RESPONSÁVEL:

Cynthia Virginia Farias D'Amorim

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião
Universidade Católica de Pernambuco

Cynthia Virginia Farias D'Amorim
Assinatura

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

FÓRMULARIO DE PESQUISA A NÍVEL DE MESTRADO

Escola: <u>Semeador Novos Filho</u>	
Estudante:	
Série: <u>9ª</u>	Idade: <u>13</u>
Religião: <u>Catolica - apostolica Romana</u>	

1. O que você acha das religiões de matrizes africanas? (Candomblé, Umbanda, Jurema)

São religiões muito bonitas que fazem bem. Elas são mais humildes do que muitas outras religiões.

2. Você tem amigos na escola que pertencem a religiões diferentes da sua? Se sim, quais?

Sim, evangelica, umbanda, talvez tenha outras.

3. Você já chamou seus amigos da escola de macumbeiros? Por quê? Em quais situações?

Não

4. Você já fez piadas ou comentários com a religião de matrizes africanas? Se sim, por quê?

Não

5. Você se importa se seus colegas usarem contas (um tipo de cordão no pescoço) e roupas do candomblé e umbanda na escola? Se sim, por quê?

Não

6. Você acredita que brigar ou ofender as pessoas por causa de religião na escola pode ser um problema? Se sim, por quê?

Sim, porque é preconceito

7. Você respeita a religião do seu colega? Se sim, por quê?

Sim, porque todas as religiões tem suas crenças e todas são igualmente lindas.

8. Na escola, você já viu alguém brigando por causa de religião? O que você acha dessa situação?

Não, muito preconceituosa

9. Você conversa ou já ouviu falar na escola sobre religiões de matrizes africanas? Se sim, em qual situação?

Sim, pelos meus amigos

10. Você acredita que sua religião é a melhor e a verdadeira? Por quê?

Não sei, porque eu acredito em Deus e quase todos os pregam sobre ele (so um exemplo)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa de mestrado **"O FIO QUE CONTA: REJEIÇÕES E ACOIHMENTOS DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS EM AMBIENTE ESCOLAR"**.

Você foi selecionado e sua participação não é obrigatória.

A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.

Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Universidade Católica de Pernambuco.

Os objetivos deste estudo são investigar a recepção ou rejeições das religiões de matrizes africanas nas Escolas Públicas do Estado de Pernambuco.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário com 10 perguntas abertas sobre religiões de matrizes africanas.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.

Os dados não serão divulgados e o pesquisador se utilizará de nomes fictícios de forma a preservar sua identificação.

Declaro que entendi os objetivos e minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Recife, _____ de _____ de 2024

Assinatura do PARTICIPANTE DA PESQUISA

Assinatura do PAI / MÃE ou RESPONSÁVEL LEGAL

PESQUISADOR RESPONSÁVEL:

Cynthia Virginia Farias D'Amorim

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião s

Universidade Católica de Pernambuco

Cynthia Virginia Farias D'Amorim

Assinatura

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

FÓRMULARIO DE PESQUISA A NÍVEL DE MESTRADO

Escola: <u>Minister Fátima Pernambuco</u>
Estudante:
Série: <u>8º ano</u> Idade: <u>13 anos</u>
Religião: <u>Cristianismo</u>

1. O que você acha das religiões de matrizes africanas? (Candomblé, Umbanda, Jurema)

Não tenho opinião formada porque eu não sei em qual religião

2. Você tem amigos na escola que pertencem a religiões diferentes da sua? Se sim, quais?

Sim, católicos e cristãos

3. Você já chamou seus amigos da escola de macumbeiros? Por quê? Em quais situações?

Não, pois tenho respeito

4. Você já fez piadas ou comentários com a religião de matrizes africanas? Se sim, por quê?

Não

5. Você se importa se seus colegas usarem contas (um tipo de cordão no pescoço) e roupas do candomblé e umbanda na escola? Se sim, por quê?

Não

6. Você acredita que brigar ou ofender as pessoas por causa de religião na escola pode ser um problema? Se sim, por quê?

Sim, porque é falta de respeito

7. Você respeita a religião do seu colega? Se sim, por quê?

Sim, porque cada um tem sua religião

8. Na escola, você já viu alguém brigando por causa de religião? O que você acha dessa situação?

Não, porque nem religião nem futebol e nem política deve ser discutido

9. Você conversa ou já ouviu falar na escola sobre religiões de matrizes africanas? Se sim, em qual situação?

Não

10. Você acredita que sua religião é a melhor e a verdadeira? Por quê?

Sim, porque eu acredito na palavra de Deus

Você está sendo convidado para participar da pesquisa de mestrado **"O FIO QUE CONTA: REJEIÇÕES E ACOLHIMENTOS DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS EM AMBIENTE ESCOLAR"**.

Você foi selecionado e sua participação não é obrigatória.

A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.

Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Universidade Católica de Pernambuco.

Os objetivos deste estudo são investigar a recepção ou rejeições das religiões de matrizes africanas nas Escolas Públicas do Estado de Pernambuco.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário com 10 perguntas abertas sobre religiões de matrizes africanas.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.

Os dados não serão divulgados e o pesquisador se utilizará de nomes fictícios de forma a preservar sua identificação.

Declaro que entendi os objetivos e minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Recife, 07 de maio de 2024

Assinatura do PARTICIPANTE DA PESQUISA

Assinatura do PAI / MÃE ou RESPONSÁVEL LEGAL

PESQUISADOR RESPONSÁVEL:

Cynthia Virginia Farias D'Amorim

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião
Universidade Católica de Pernambuco

Cynthia Virginia Farias D'Amorim

Assinatura

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

FÓRMULARIO DE PESQUISA A NÍVEL DE MESTRADO

Escola: <u>Ministro João de Barros</u>	
Estudante: _____	
Série: <u>2ª A</u>	Idade: <u>13 anos</u>
Religião: <u>agnóstico</u>	

1. O que você acha das religiões de matrizes africanas? (Candomblé, Umbanda, Jurema)

Eu as respeito e respeito quem segue elas

2. Você tem amigos na escola que pertencem a religiões diferentes da sua? Se sim, quais?

Sim. Eu tenho alguns amigos que são cristãos.

3. Você já chamou seus amigos da escola de macumbeiros? Por quê? Em quais situações?

Não. Isso seria discriminação se eu fizesse, é uma palavra que pode ter um sentido ofensivo.

4. Você já fez piadas ou comentários com a religião de matrizes africanas? Se sim, por quê?

Não. Apesar de comentários sobre eu achar interessante.

5. Você se importa se seus colegas usarem contas (um tipo de cordão no pescoço) e roupas do candomblé e umbanda na escola? Se sim, por quê?

Não, não me importo.

6. Você acredita que brigar ou ofender as pessoas por causa de religião na escola pode ser um problema? Se sim, por quê?

Sim. Tudo tem seu ponto de vista, seus motivos e devemos respeitar.

7. Você respeita a religião do seu colega? Se sim, por quê?

Sim, acredito que se ele respeita o meu pensar, devo respeitar o dele (e mesmo se ele não me respeitar, eu me respeito).

8. Na escola, você já viu alguém brigando por causa de religião? O que você acha dessa situação?

Não. Argumentação sobre religião pode até ter, mas nunca a briga. Eu acho que brigar por isso não ajuda em nada, só piora (desrespeitar nunca ajuda).

9. Você conversa ou já ouviu falar na escola sobre religiões de matrizes africanas? Se sim, em qual situação?

Sim, às vezes em palestras (como uma que ocorreu com diferentes religiões) ou na aula.

10. Você acredita que sua religião é a melhor e a verdadeira? Por quê?

Não. Como eu disse, cada um tem seu ponto de vista, quem sou eu para chegar um avô e dizer que o que eu penso é melhor? Cada um tem seu ponto de vista.

Você está sendo convidado para participar da pesquisa de mestrado **"O FIO QUE CONTA: REJEIÇÕES E ACOLHIMENTOS DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS EM AMBIENTE ESCOLAR"**.

Você foi selecionado e sua participação não é obrigatória.

A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.

Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Universidade Católica de Pernambuco.

Os objetivos deste estudo são investigar a recepção ou rejeições das religiões de matrizes africanas nas Escolas Públicas do Estado de Pernambuco.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário com 10 perguntas abertas sobre religiões de matrizes africanas.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.

Os dados não serão divulgados e o pesquisador se utilizará de nomes fictícios de forma a preservar sua identificação.

Declaro que entendi os objetivos e minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Recife, 7 de maio de 2024

Assinatura do PARTICIPANTE DA PESQUISA

Assinatura do PAI / MÃE ou RESPONSÁVEL LEGAL

PESQUISADOR RESPONSÁVEL:

Cyntia Virginia Farjas D'Amorim

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião s

Universidade Católica de Pernambuco

Cyntia Virginia Farjas D'Amorim

Assinatura

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

FÓRMULARIO DE PESQUISA A NÍVEL DE MESTRADO

Escola:	Mimimato Iolene Passarinho		
Estudante:			
Série:	8 ^a	Idade:	43
Religião	Católica		

1. O que você acha das religiões de matrizes africanas? (Candomblé, Umbanda, Jurema)

Não sempre tem essas religiões, mas eu respeito quem segue essas religiões.

2. Você tem amigos na escola que pertencem a religiões diferentes da sua? Se sim, quais?

Sim. Batista.

3. Você já chamou seus amigos da escola de macumbeiros? Por quê? Em quais situações?

Não, porque não tenho pra que.

4. Você já fez piadas ou comentários com a religião de matrizes africanas? Se sim, por quê?

Sim, mas eu era uma criança e achava que não era algo bom.

5. Você se importa se seus colegas usarem contos (um tipo de cordão no pescoço) e roupas do candomblé e umbanda na escola? Se sim, por quê?

Não.

6. Você acredita que brigar ou ofender as pessoas por causa de religião na escola pode ser um problema? Se sim, por quê?

Sim, porque a escola é um lugar onde devemos respeitar a pessoa independente de sua religião.

7. Você respeita a religião do seu colega? Se sim, por quê?

Sim, respeitar as pessoas das outras é importante para manter um ambiente saudável.

8. Na escola, você já viu alguém brigando por causa de religião? O que você acha dessa situação?

Sim. Algo de menor.

9. Você conversa ou já ouviu falar na escola sobre religiões de matrizes africanas? Se sim, em qual situação?

Sim. Eu souri alguns colegas falando sobre.

10. Você acredita que sua religião é a melhor e a verdadeira? Por quê?

Eu acho que cada pessoa deve ser livre para escolher sua religião que a pessoa acredita estar ligada a verdade. Então eu não acho minha religião exclusiva de a b ta.

Você está sendo convidado para participar da pesquisa de mestrado **"O FIO QUE CONTA: REJEIÇÕES E ACOILHIMENTOS DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS EM AMBIENTE ESCOLAR"**.

Você foi selecionado e sua participação não é obrigatória.

A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.

Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Universidade Católica de Pernambuco.

Os objetivos deste estudo são investigar a recepção ou rejeições das religiões de matrizes africanas nas Escolas Públicas do Estado de Pernambuco.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário com 10 perguntas abertas sobre religiões de matrizes africanas.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.

Os dados não serão divulgados e o pesquisador se utilizará de nomes fictícios de forma a preservar sua identificação.

Declaro que entendi os objetivos e minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Recife, 08 de Maio de 2024

Assinatura do PARTICIPANTE DA PESQUISA

Assinatura do PAI / MÃE ou RESPONSÁVEL LEGAL

PESQUISADOR RESPONSÁVEL:

Cyntia Virginia Farias D'Amorim

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião s
Universidade Católica de Pernambuco

Cyntia Virginia Farias D'Amorim

Assinatura

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

FÓRMULARIO DE PESQUISA A NÍVEL DE MESTRADO

Escola:	Miguel de Almeida Passos
Estudante:	
Série:	8ª A
Idade:	13 anos
Religião:	Evangelica / Cristã

1. O que você acha das religiões de matrizes africanas? (Candomblé, Umbanda, Jurema)

Bem ou respeito, não temo modo contra.

2. Você tem amigos na escola que pertencem a religiões diferentes da sua? Se sim, quais?

Tenho, colegas.

3. Você já chamou seus amigos da escola de macumbeiros? Por quê? Em quais situações?

Nunca chamei, acho falta de respeito.

4. Você já fez piadas ou comentários com a religião de matrizes africanas? Se sim, por quê?

Nunca pois respeito, pois não não opino mas respeito.

5. Você se importa se seus colegas usarem contas (um tipo de cordão no pescoço) e roupas do candomblé e umbanda na escola? Se sim, por quê?

Não me importa.

6. Você acredita que brigar ou ofender as pessoas por causa de religião na escola pode ser um problema? Se sim, por quê?

Sim intolerância religiosa

7. Você respeita a religião do seu colega? Se sim, por quê?

Sim, porque, ser cristão não me faz ser malha de ninguém, mas sim malha de quem eu sou.

8. Na escola, você já viu alguém brigando por causa de religião? O que você acha dessa situação?

Nunca vi, mas já sofri com isso, é uma coisa que eu não quero a ninguém.

9. Você conversa ou já ouviu falar na escola sobre religiões de matrizes africanas? Se sim, em qual situação?

Bem ou pouco não.

10. Você acredita que sua religião é a melhor e a verdadeira? Por quê?

Bem eu acho um pouco constrangedor, pelo
belere, mas de um lado ou de outro
em um Deus único!

Você está sendo convidado para participar da pesquisa de mestrado **"O FIO QUE CONTA: REJEIÇÕES E ACOLHIMENTOS DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS EM AMBIENTE ESCOLAR"**.

Você foi selecionado e sua participação não é obrigatória.

A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.

Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Universidade Católica de Pernambuco.

Os objetivos deste estudo são investigar a recepção ou rejeições das religiões de matrizes africanas nas Escolas Públicas do Estado de Pernambuco.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário com 10 perguntas abertas sobre religiões de matrizes africanas.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.

Os dados não serão divulgados e o pesquisador se utilizará de nomes fictícios de forma a preservar sua identificação.

Declaro que entendi os objetivos e minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Recife, 07 de abril de 2024

Assinatura do PARTICIPANTE DA PESQUISA

Assinatura do PAI / MAE ou RESPONSÁVEL LEGAL

PESQUISADOR RESPONSÁVEL:

Cyntia Virginia Farias D'Amorim

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião s
Universidade Católica de Pernambuco

Cyntia Virginia Farias D'Amorim

Assinatura

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

FÓRMULARIO DE PESQUISA A NÍVEL DE MESTRADO

Escola: <u>Ministério de Educação</u>
Estudante: _____
Série: <u>8º ano (A)</u> Idade: <u>18</u>
Religião: <u>Católica</u>

- O que você acha das religiões de matrizes africanas? (Candomblé, Umbanda, Jurema)
Não tenho nada contra, mas também não opino. Também não fulgo quem é da religião.
- Você tem amigos na escola que pertencem a religiões diferentes da sua? Se sim, quais?
Apenas na minha antiga, mas acho que nem todos são do candomblé e outros da umbanda.
- Você já chamou seus amigos da escola de macumbeiros? Por quê? Em quais situações?
Sim, pois quando chamamos era muito ruim, e não sabia o verdadeiro significado. Em situações de brincadeiras.
- Você já fez piadas ou comentários com a religião de matrizes africanas? Se sim, por quê?
Não
- Você se importa se seus colegas usarem contas (um tipo de cordão no pescoço) e roupas do candomblé e umbanda na escola? Se sim, por quê?
Não, independente da religião da pessoa, deve-se respeitar o culto da religião daquela pessoa.
- Você acredita que brigar ou ofender as pessoas por causa de religião na escola pode ser um problema? Se sim, por quê?
Sim, pois não se deve falar mal da religião que a pessoa escolheu, e falar pode causar a perda com um insegurança, ou se sentir ofendida.
- Você respeita a religião do seu colega? Se sim, por quê?
Sim, pois que sempre devemos respeitar os valores que estão em nossa religião, independente de qual seja, religião e etc.
- Na escola, você já viu alguém brigando por causa de religião? O que você acha dessa situação?
Sim, as vezes quando desobedecemos, quando um escolhe o que não fazer.

9. Você conversa ou já ouviu falar na escola sobre religiões de matrizes africanas? Se sim, em qual situação?

Sim, em um debate na minha antiga escola que ocorreu na aula de artes, e em algumas discussões sobre a religião

10. Você acredita que sua religião é a melhor e a verdadeira? Por quê?

Não, cada um tem uma opinião diferente sobre sua religião, e as religiões são diferentes

Você está sendo convidado para participar da pesquisa de mestrado "O FIO QUE CONTA: REJEIÇÕES E ACOLHIMENTOS DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS EM AMBIENTE ESCOLAR".

Você foi selecionado e sua participação não é obrigatória.

A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.

Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Universidade Católica de Pernambuco.

Os objetivos deste estudo são investigar a recepção ou rejeições das religiões de matrizes africanas nas Escolas Públicas do Estado de Pernambuco.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário com 10 perguntas abertas sobre religiões de matrizes africanas.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.

Os dados não serão divulgados e o pesquisador se utilizará de nomes fictícios de forma a preservar sua identificação.

Declaro que entendi os objetivos e minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Recife, 08 de maio de 2024

Assinatura do PARTICIPANTE DA PESQUISA

Assinatura do PAI / MÃE ou RESPONSÁVEL LEGAL

PESQUISADOR RESPONSÁVEL:

Cynthia Virginia Farias D'Amorim

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião s
Universidade Católica de Pernambuco

Cynthia Virginia Farias D'Amorim

Assinatura